

UNIVERSIDADE DO MINHO

NÚCLEO DISTRITAL DE BRAGA DA REDE EUROPEIA ANTI - POBREZA /PORTUGAL

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA



## **A Dinâmica das Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende**

**Orientadores:** Prof. Doutora Engrácia Leandro  
(Docente da Universidade do Minho)

Dr. Carlos Aguiar Gomes  
(Coordenador do Núcleo Distrital de Braga da REAPN)

**Realizado por:** Liliana Sofia da Silva Oliveira Vilas Boas  
(Aluna nº 34 136)

**Julho de 2005**

## **Agradecimentos:**

**À Professora Doutora Engrácia Leandro, minha orientadora de estágio da Universidade do Minho, pela dedicação, compreensão e acompanhamento.**

**Ao Dr. Carlos Aguiar Gomes, Coordenador no Núcleo Distrital de Braga da REAPN, pelo apoio e orientação que sempre me deu, mas sobretudo, pela amizade que sempre demonstrou.**

**À Dra. Isabel Amorim, Socióloga do Núcleo Distrital da REAPN, pela presença, disponibilidade, atenção e ajuda que sempre me prestou.**

**E, a todos aqueles que estiveram ao meu lado e me motivaram a alcançar as metas, em especial os meus pais, namorado, irmão, cunhada e amigos.**

## ÍNDICE

Agradecimentos	Pág.
<b>Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>Objecto de Estudo</b> .....	<b>7</b>

### Capítulo I

#### 1- ASPECTOS METODOLÓGICOS

- Delimitação do Trabalho de Investigação.....	9
- Administração das Técnicas de Investigação.....	10
- Inquérito por Questionário.....	12
- Análise Documental.....	14

#### 2- ASPECTOS TEÓRICOS

- Estado Providência e Sociedade-Providência.....	15
- Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal.....	18
- O Voluntariado.....	20
- As Novas Formas de Pobreza.....	24
- Espaço Rural e Espaço Urbano.....	27
- Pobreza em Portugal.....	30
- Conceitos Fundamentais sobre a Pobreza e Exclusão Social.....	33
- Políticas Sociais em Portugal.....	40

#### 3 – AS HIPÓTESES DE TRABALHO

- Hipóteses.....	46
------------------	----

### Capítulo II – Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos em Análise

<b>2.1. – Caracterização Sócio-Económica dos dois Concelhos</b> .....	<b>47</b>
---	-----------

#### 2.2. - População

2.2.1. - Área, população residente, Freguesias, Densidade Populacional e Variação da População.....	51
2.2.2. - Alguns Indicadores demográficos.....	55

#### 2.3. - Educação

2.3.1. - Níveis de Escolaridade e Taxa de Analfabetismo.....	56
2.3.2. - Taxa de Abandono Escolar.....	58
<b>2.4. – Trabalho Infantil.....</b>	<b>60</b>
<b>2.5. - Saúde</b>	
2.4.1 - Infra-estruturas e pessoal médico.....	62
<b>2.6. - Habitação</b>	
2.6.1. - Tipologia dos Alojamentos.....	64
<b>2.7. - Emprego</b>	
2.7.1. - População Empregada e População Activa.....	65
2.7.2. - População Desempregada.....	66
2.7.3. – Desemprego de Longa Duração.....	68
<b>2.8. - Protecção Social</b>	
2.8.1. - Valências e Público-Alvo no Distrito de Braga.....	70
2.8.2. - Valências e Público-Alvo nos Concelhos em análise.....	71
2.8.3. - Beneficiários do RSI em relação à População Residente.....	72
<b>2.9. - Tecido Económico</b>	
2.9.1. - Sectores de Actividade empresarial e pessoal ao serviço.....	72
<b>2.10. – Cultura e Lazer.....</b>	<b>74</b>
 <b>Capítulo III – Análise dos dados obtidos através da aplicação do Inquérito</b>	
<b>- Caracterização Institucional</b>	
Antiguidade, Natureza jurídica, Âmbito de Intervenção e Dimensão.....	76
Públicos-Alvo de Intervenção.....	82
Valências/Actividades.....	83
Técnicos Superiores.....	85
Práticas de Voluntariado.....	87
Categorias Profissionais dos Voluntários.....	90
Meios Informáticos.....	91

<b>- Modelos de Gestão e Prioridades de Organização</b>	
Cargos Directivos.....	93
Profissão dos cargos Directivos.....	94
Pertença a Organismos Institucionais.....	97
Formas para Melhorar os Recursos Humanos.....	98
<b>- Identificação e Caracterização dos principais Problemas Sociais na Área Geográfica de Intervenção das Instituições</b>	
Problemas Sociais identificados na área de intervenção das instituições.....	99
<b>- Desenvolvimento e Formas de Actuação, Trabalho e Intervenção</b>	
Respostas Sociais.....	104
Formas Utilizadas para Detectar os Problemas Sociais.....	105
Auto-Avaliação das Instituições face à sua intervenção.....	106
Tipo de Trabalho/Colaboração.....	108
Fontes de Financiamento.....	111
Participação/Desenvolvimento de Projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários.....	111
Motivo de não participação em Projectos.....	112
<b>- Representações sobre a exclusão Social e Formas de Intervenção Social para a sua Atenuação ou Resolução</b>	
Vulnerabilidade dos Grupos Sociais.....	114
Responsabilização pela resolução dos Problemas Sociais.....	117
Apoio Financeiro do Estado .....	119
Beneficiários da Intervenção Social.....	120
Forma de Actuação mais adequada no combate à exclusão Social.....	121
<b>Conclusão.....</b>	<b>122</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>127</b>
<b>Anexos</b>	
Anexo 1 – Lista dos Participantes	
Anexo 2 – Inquérito por Questionário	
Anexo 3 – Projectos das Instituições Inquiridas	
Anexo 4 – Quadros da Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos em análise	

## INTRODUÇÃO

Só em finais dos anos 80 do século XX é que o Governo toma consciência da persistência de casos de Pobreza em alguns segmentos sociais, apesar do significativo crescimento económico. A Exclusão social surge com a agudização das desigualdades sociais que acompanham o crescimento económico (Dicionário de Sociologia:2000).

Hoje, não podemos olhar para a Pobreza como uma consequência inevitável de uma herança do passado, mas como resultado de processos estruturais complexos. A Pobreza vive, cresce e reproduz-se na estrutura da sociedade e só com mudanças estruturais é que ela poderá ser atenuada e/ou erradicada.

A pessoa que vive em situação de pobreza e exclusão social vê o seu círculo de relações sociais reduzido, situação que poderá ser agravada caso não tenha emprego. Pela sua condição social de vulnerabilidade não tem possibilidades de escolha, encontra-se destituído de poder, não consegue fazer-se ouvir ou valer dos seus direitos, e encontra-se desprovido de segurança. É uma situação que no limite, poderá levar à perda de identidade social, à redução da auto-estima, de motivação, de esperança por um futuro melhor e próspero, e à redução de sentimentos de pertença a um determinado grupo/ sociedade. Poderá mesmo significar “ser excluído”. O facto de se encontrar nessa situação pode conduzir à exclusão de domínios que compõem a vida em sociedade (a nível social, a nível económico, a nível simbólico, a nível institucional e político, entre outros). Viver em situação de pobreza não significa que seja excluído de todos os domínios em simultâneo, porque pode-se estar excluído do sistema económico (por exemplo, estar desempregado), mas estar-se integrado no sistema social (por exemplo, ter boas relações familiares e de vizinhança). O pobre é um cidadão que vê limitado o exercício dos seus direitos (reduzida participação associativa, política, etc.), daí que a exclusão social tem uma estreita ligação com as questões da cidadania e com o exercício dos direitos.

Daí que é necessário encontrar respostas que se complementem numa intervenção comunitária de formação da sociedade e dos seus mecanismos que são, muitas vezes, reprodutores de pobreza e exclusão social. Se não houver união entre os vários agentes e actores que estão no terreno, então tornar-se-à mais difícil responder às necessidades e exigências daqueles que vivem e sentem a pobreza e a exclusão, e que os impede de participarem de uma forma digna na sociedade de que fazem parte (Actas do Fórum de Discussão: 2004).

A Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN) desenvolve a sua participação ao nível do combate à Pobreza e Exclusão Social, utilizando como instrumentos a Informação, a Formação e a Investigação. Tem como objectivos estabelecer e dinamizar uma rede entre instituições, grupo e pessoas que trabalhem no terreno na luta contra a pobreza e exclusão social, colaborar na concepção de programas e promover acções de vários âmbitos para aumentar a

eficácia da acção e políticas sociais na luta contra a pobreza e exclusão social, incentivar a promoção de acções inovadoras (está a decorrer uma formação sobre “Activar a Participação”, cujo objectivo é criar um observatório local para que na concretização de projectos sejam incluídos, os próprios excluídos, no processo), garantir a função de grupo de pressão para os menos favorecidos e promover a integração social e o desenvolvimento cultural e económico. Tem como pressupostos de intervenção o parceria e a participação, a abertura institucional face aos problemas e às respostas tradicionais, a formação e informação contínua e alargada, intercâmbio de serviços, saberes e experiências, a promoção e divulgação de iniciativas inovadoras e modelares, bem como um entendimento da luta contra a pobreza e exclusão social enquanto estratégia transversal a todas as medidas e políticas.

De forma a concretizar no terreno o princípio da subsidiariedade, foram constituídos núcleos distritais de desenvolvimento e luta contra a pobreza. Desta forma, existem hoje 12 núcleos distritais (Braga, Porto, Aveiro, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Évora, Setúbal e Faro), e até meados do 2º semestre do corrente ano, vão ser implementados seis novos núcleos (Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu, Leiria e Portalegre), ficando o território continental coberto pela intervenção da REAPN. O núcleo de Braga, e todos os outros, têm como forma de actuação o apoio, a dinamização e a formação das instituições dos respectivos concelhos, assim como a partilha da informação e dos conhecimentos entre os envolvidos. Como entidade formadora, tem como objectivo capacitar e qualificar os agentes sociais e institucionais para um trabalho mais eficaz e, desenvolver uma nova postura de acção junto dos associados, através do debate e discussão de problemáticas no âmbito social.

A investigação que se apresenta tem como principal objectivo abordar a questão da Pobreza e Exclusão Social, fazendo uma caracterização institucional nos concelhos de Barcelos e Esposende, de forma a perceber como elas se caracterizam, o que fazem na sua intervenção e como percebem os problemas ao nível local. É uma análise que será conciliada com um enquadramento teórico apropriado, tornando a problemática dos fenómenos mais objectivos.

Em relação à organização do trabalho está dividida em três capítulos. O Capítulo I aborda a problemática e o enquadramento teórico do fenómeno, bem como faz referência à metodologia utilizada neste estudo. No capítulo II far-se-à uma caracterização Sócio-económica dos dois concelhos, com referência ao distrito e ao país, e finalmente o Capítulo III é dedicado inteiramente à análise dos dados recolhidos através dos questionários ministrados às instituições.

As transformações sociais registadas nas últimas décadas trouxeram às sociedades novos fenómenos, que conferiram características diferentes à realidade social.

Esta investigação contribui para um maior e melhor conhecimento científico, para que em trabalhos futuros haja uma actuação melhor direccionada para a resolução ou atenuação dos problemas sociais existentes, numa realidade em constantes mutação.

## **OBJECTO DE TRABALHO**

No âmbito deste trabalho de investigação onde nos debruçamos sobre a temática das dinâmicas das entidades particulares não lucrativas de solidariedade social dos concelhos de Barcelos e Esposende, pretendemos saber em que linhas elas trabalham, com que meios e limitações, com ajudas de quem, em benefício de que grupos sociais, respondendo a que problemas e com que valências e técnicos o fazem.

Neste sentido, as instituições procuram dar resposta aos problemas sociais existentes, para que os grupos desfavorecidos possam sair da situação em que se encontram, e não se afundem ainda mais na sua pobreza. Esta pode assumir várias formas, afectando de forma diferente as pessoas que vivem em sociedade ou excluídos desta.

O fenómeno da pobreza é variável no tempo e no espaço, e é determinado pela referência aos valores instituídos na sociedade. Segundo Bruto da Costa (1998), a pobreza pode ser definida em termos de uma privação resultante da falta de recursos, reflectindo-se nas próprias condições reais de existência, geralmente precárias, e pela falta de recursos económicos, sociais e culturais. De forma a completar esta ideia, Luís Capucha (1998) afirma que *«são pobres as pessoas, famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que o excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis, segundo a norma nesses países em que vivem»*.

Assim, e de forma a tornar este trabalho mais coerente e com um fio condutor, surge a seguinte pergunta de partida:

### **- *Conseguirão as Instituições de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende responder às necessidades do seu público-alvo de intervenção?***

Com esta pergunta de partida pretende-se abordar a forma de intervenção das instituições no seu terreno, com que meios técnicos e humanos o fazem, respondendo às necessidades de quem e a forma como as identificam. Assim, conseguiremos identificar quais os grupos alvo mais visados em cada concelho, quais as respostas sociais (in)existentes para eles, a quem respondem com prioridade e quem fica de fora nesta área de intervenção.

A pobreza não remete somente para a precariedade económica, mas também se revela na falta de capital material, na reduzida rede de relações sociais na ocupação dos cargos pouco qualificados, associando-se a uma vida sem aspirações para o futuro, sem possibilidade de escolha e com uma reduzida participação na vida social e política. É, portanto, um fenómeno que assume um carácter multidimensional que é analisado através de uma combinação de vários factores que induzem certos conjuntos da população à situação de pobreza e exclusão social.

Pode mesmo falar-se de ciclo vicioso da pobreza quando existem carências múltiplas e interdependentes, que remetem para factores económicos, sociais e psicológicos, sob a forma de uma luta constante pela sobrevivência, ausência de poupança, o desemprego, salários baixos, famílias instáveis e formas de solidariedade familiar que vivem em simultâneo com a violência física, a falta de qualificação profissional e moral.

O conceito de pobreza e exclusão social, apesar de serem distintos na sua natureza conceptual, são multidimensionais e complexos, afectando as pessoas quer em termos individuais, quer em termos familiares. Daí ser extremamente importante o papel das instituições que com eles trabalham na luta diária contra a sua “*condição inferior*”.

## **CAPÍTULO I**

### **1- Aspectos Metodológicos**

#### **Delimitação do Trabalho de Investigação**

Um Trabalho de Investigação é acima de tudo *“compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações”* (QUIVY:1992).

No presente trabalho de Investigação foram seleccionadas como objecto de estudo as Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social dos Concelhos de Barcelos e Esposende que nos darão a conhecer melhor a sua realidade institucional. Optou-se pela aplicação do Inquérito por Questionário, como técnica de investigação, que nos permite caracterizar as formas de organização da sociedade civil quanto à Natureza Jurídica, Modelos de Gestão e Prioridades de Organização, Problemas Sociais, Formas de Intervenção e Percepção em relação aos fenómenos da Pobreza e Exclusão Social, para que desta forma possamos entender a sua dinâmica na área da intervenção e solidariedade social.

## Administração das Técnicas de Investigação

*«Todos os bons manuais de metodologia costumam prevenir os seus utilizadores de um uso cego, tipo receita, dos seus ensinamentos. Procura-se quase sempre mostrar, através da ilustração, que o caminho da pesquisa se faz caminhando. E que, para que a jornada chegue ao fim com êxito, torna-se necessário, mais do que a aplicação rigorosa dos métodos e das técnicas, que a pesquisa seja encarada como um processo reflexivo».*

*João Ferreira de Almeida (ALMEIDA et al:1980)*

A metodologia de qualquer investigação científica em Ciências Sociais comporta três etapas fundamentais que não devem ser descuradas: a Ruptura (onde se pretende romper com as falsas evidências e com os (pré) conceitos sobre determinada realidade ou fenómeno); a Construção (onde não pode haver, em Ciências Sociais, uma verificação frutuosa sem um quadro teórico de referência, onde tudo deve seguir uma sequência lógica numa bagagem conceptual validamente constituída), e por último a Verificação (onde se irá verificar pelos factos, as proposições referidas no trabalho, com a ajuda das técnicas de recolha de informação). Para Piedade Lalanda (1999), a pesquisa científica é a *“arte de descobrir”*, e a produção do conhecimento científico exige o recurso ao método científico, no respeito pelas suas etapas, de forma a romper com aquilo que já se sabe, o que implica, segundo Giddens (2000) *«pensarmo-nos fora das rotinas familiares da vida quotidiana»* e romper com o senso comum.

Ora, uma investigação é algo que se procura, não tem a finalidade de encontrar certezas, mas de aprofundar o conhecimento sobre um determinado fenómeno, e de preferência abanar as certezas que pareciam inequívocas, deixar no ar algumas interrogações para que o trabalho do investigador, mas também daqueles que actuam sobre ou com o fenómeno em causa, não parem e não tomem como certas todas as conclusões a que chegaram. É da inteira responsabilidade do investigador social, e também seu objectivo abalar com as estruturas mais sólidas que estagnaram no tempo, de forma a espicaçar as consciências e a mente daqueles que nelas trabalham, para que a metodologia e o desempenho sejam cada vez mais melhorados.

Para Pires de Lima, a epistemologia que acompanha a metodologia deve controlar o uso correcto dos instrumentos técnicos de verificação, em relação aos níveis e aos objectos de análise. A concretização destes objectivos exige a problematização teórica dos elementos da realidade social relacionadas pelas questões que lhes são postas, o que obriga a um conjunto de conhecimentos que não se improvisa e requer, em consequência, uma competência só possível mediante a formação qualificada, a consciência da estrutura da sociedade e da personalidade, e a vigilância crítica permanente dos responsáveis pelas técnicas científicas a aplicar (LIMA:1994).

No âmbito do meu estágio curricular realizado no Núcleo de Braga da REAPN, tinha como missão a continuidade dos estudos que tinham sido iniciados anteriormente, de forma a fazer uma caracterização institucional das entidades particulares não lucrativas de solidariedade social do

Distrito de Braga. O projecto foi iniciado em 2003 com a Dinâmica das ONG's no concelho de Braga. Em seguida foram estudados os concelhos mais rurais do distrito (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Terras de Bouro e Vieira do Minho), e o presente estudo, incide sobre os concelhos de Barcelos e Esposende.

Para identificar as instituições, foi possível recorrer a uma listagem fornecida pelo Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Braga, para além de uma pesquisa na internet, onde foi possível identificar outras instituições particulares de solidariedade social.

Depois de identificadas, procedeu-se à aplicação do Inquérito por Questionário, tendo sido enviados (por correio) um total de 60 questionários, acompanhados por um ofício onde se esclareciam os objectivos do estudo e onde estava determinada a data limite para a sua devolução.

O envio e recepção dos questionários foi feita de forma gradual, até à data limite, tendo sido necessário, posteriormente, fazer alguns contactos telefónicos, de forma a sensibilizar as instituições para a importância da sua participação no estudo, tendo sido igualmente enviados uma 2ª via dos questionários para instituições que disseram não ter recebido, de forma a abranger o maior número possível de entidades de solidariedade social, e termos a maior representatividade das instituições.

Desta forma, fazem parte do concelho de Barcelos 25 Instituições e 18 Instituições do Concelho de Esposende. E é sobre as 43 Instituições (que responderam ao questionário) que recairá o nosso trabalho de Investigação, o que representa 71,7% no total das instituições dos dois Concelhos, como se pode verificar no Quadro seguinte.

	<b>BARCELOS</b>	<b>ESPOSENDE</b>
<b>N.º Inquéritos Ministrados</b>	<b>37</b>	<b>23</b>
<b>N.º Inquéritos Recebidos</b>	<b>25</b>	<b>18</b>
<b>% Inquéritos Recebidos</b>	<b>67,6%</b>	<b>78,3%</b>

Este trabalho de investigação tem por finalidade conhecer a realidade sobre a dinâmica das ONG's dos concelhos de Barcelos e Esposende para que possamos conhecer as respostas sociais aos problemas que têm e em relação a que grupos, saber que valências é que têm e os recursos humanos existentes de que dispõem, saber que tipo de parcerias têm e com quem, e se trabalham ou não com o trabalho voluntário.

Uma ampla variedade de métodos e técnicas podem ser empregues como orientação dos trabalhos de investigação (MANN:1973). De destacar que o método utilizado para o presente trabalho foi o inquérito por questionário e a análise documental.

## **Inquérito por Questionário**

*«Toda a acção de pesquisa se traduz no acto de perguntar. Isto é válido para todo o questionamento científico. Por isso todas as regras metodológicas têm como objectivo exclusivo o de esclarecer o modo de obtenção de respostas».*

*(Virgínia Ferreira in SILVA; PINTO, 1986)*

O Inquérito por Questionário é uma técnica muito utilizada em Ciências Sociais devido à possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e proceder à análise de correlações. Assegura a fiabilidade dos dados recolhidos, dados quantitativos, uma vez que normalmente se rege pela adopção de amostras por quotas, mas também pela sua sistematicidade (Dicionário de Sociologia:2002). É uma técnica de Administração Directa (quando é o responsável pela Instituição que o preenche) e a representatividade das respostas é limitada por uma margem de erro que tem o seu sentido para a totalidade das instituições em estudo. No entanto, é também uma técnica que limita muito o conteúdo das questões, uma vez que são na sua maioria, perguntas fechadas, não podendo desta forma serem aprofundadas. No entanto, com uma boa elaboração do Questionário é possível ao investigador recolher um conjunto de respostas de forma clara e credível.

Segundo Virgínia Ferreira (SILVA; PINTO:1986), o inquérito continua a ser o único instrumento que permite detectar a presença e intensidade de certas características e práticas de indivíduos em níveis de eficácia e eficiência adequados. A sua natureza quantitativa e a sua capacidade de “objectivar” informação conferem-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade e de uma ciência dominadas pela lógica formal e burocrático-racional, mais apropriada à captação dos aspectos contabilizáveis dos fenómenos.

De forma a tornar a leitura mais fácil, segue-se um esquema da estrutura do questionário ao qual as Instituições gentilmente responderam, e de onde foi possível obter informações necessárias para o trabalho de investigação.

**Grelha das Variáveis Independentes**

Conceito	Dimensões	Indicadores	Inquérito Pergunta(s) n.º
<b>ONG's de Solidariedade Social</b>	Caracterização	Data de fundação	1
		Natureza jurídica	2
		Área geográfica de intervenção	3
		Número de funcionários	4
		Públicos – alvo	5
		Valências/actividades	6
		Recursos Humanos Técnicos	7
		Práticas de voluntariado	8 e 9
		Recursos informáticos	10, 11, 12, e 13

**Grelha das variáveis Dependentes**

Conceito	Dimensões	Indicadores	Inquérito Pergunta(s) n.º
<b>A Dinâmica das ONG's de Solidariedade Social</b>	Modelos de gestão e prioridades de organização	Os dirigentes	da 14 à 21
		(Não)Integração em organismos institucionais	22
		Melhoria do desempenho dos recursos humanos	23
	Problemas Sociais	Principais problemas sociais na área de intervenção	24
	Desenvolvimento e formas de actuação de trabalho e intervenção	Respostas sociais (prioritárias)	25
		Formas para detecção dos problemas sociais	26
		Auto-avaliação da actuação relativamente aos problemas identificados	27
		Tipos de trabalho/colaboração com outras entidades	28
		Principais fontes de financiamento	29
		(Não)Participação em projectos no âmbito de Programas nacionais e/ou comunitários	30
		Projectos desenvolvidos	31
		Motivos da não participação/promoção de projectos	32
		(Des)Interesse no desenvolvimento de projectos	33, 34 e 35
		Representações sobre a exclusão social/pobreza e formas de intervenção para a sua atenuação	Identificação e grau de vulnerabilidade dos grupos sociais
	Atribuição das responsabilidades pela resolução dos problemas sociais		37
	Opinião sobre o apoio financeiro do Estado		38
	Identificação dos principais beneficiários directos de intervenção		39
	Percepção das formas de actuação mais eficazes		40, 41 e 42

Como técnica adjacente, foi usado o SPSS (*Statistical Program for Social Sciences*), na análise estatística dos dados.

O questionário foi previamente codificado para uma melhor gestão da informação. Segundo MANN (1973) «a codificação abrange todas as respostas, ou a falta de respostas, e nenhuma resposta se enquadra em mais de um código», o que facilita a comparação e o cruzamento das variáveis, analisando as respostas globais de diferentes categorias sociais.

Como todo o documento tem um contributo a dar, ao somarmos as hipótese que pusermos à prova, iremos obter resposta(s) à nossa questão inicial. É face aos resultados obtidos e com a ajuda deste programa informático, que se irá proceder à manutenção ou rejeição das hipóteses, de forma a agregar a multiplicidade de respostas e sentidos, num discurso unívoco (QUIVY:1992).

## **Análise Documental**

Para complementar estas técnicas e tornar a pesquisa sociológica mais credível, foram consultados documentos oficiais como é o caso das estatísticas do INE, relatórios e estudos existentes no Núcleo da REAPN, bibliografias disponíveis nas bibliotecas, bem como foram utilizados alguns documentos jornalísticos que continham informação útil ao presente estudo.

Para J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto (OLIVEIRA;PAIS; CABRITO:1985), «a análise documental baseando-se na leitura “social” de documentos vários, permite-nos desmontar as mensagens e identificar, por exemplo, os valores dominantes de uma sociedade».

As informações recolhidas foram devidamente articuladas de forma a criar um encadeamento lógico de dados, para compreender os fenómenos sociais em estudo (MANN:1973).

É uma técnica muito utilizada na fase exploratória da maioria das investigações em Ciências Sociais, o que revela ser uma boa técnica, sempre em mudança e muito precisa (QUIVY:1992).

## **2- Aspectos Teóricos**

## Estado-Providência e Sociedade - Providência

*“O problema com o Estado-Providência português resulta da sua natureza híbrida, que combina ao mesmo tempo, corporativismo, universalismo e liberalismo; da mesma forma que a Sociedade combina interesses corporativos, solidarísticos e de mercado”.*

(HESPANHA: 2001)

No contexto europeu, Portugal afirmava-se como um dos países em que a institucionalização dos direitos sociais e o desenvolvimento dos instrumentos necessários ao exercício de uma política social consequente se revelou mais tardio e problemático. A este facto não são estranhas duas circunstâncias históricas que marcaram a evolução da sociedade portuguesa ao longo do século XX, e sobretudo na 2ª metade deste século: a persistência de um regime ditatorial até à entrada na década de 70, que adiou a modernização do aparelho administrativo e o estabelecimento dos direitos de cidadania que entretanto se difundiam no resto da Europa; o carácter tardio do processo de desruralização da sociedade portuguesa, isto é, da sua industrialização, terciarização e urbanização (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

No período que antecede a Revolução de Abril não poderíamos falar de uma política de bem-estar social, porque as medidas que existiam estavam sobre a alçada de organizações, de grupos, também eles dependentes das redes de relações sociais primárias (dependentes do apoio da família, dos vizinhos, dos amigos).

Após o 25 de Abril de 1974, sob o efeito da conjuntura revolucionária, emerge a convicção de que o Estado teria que ser o prestador universal de bem-estar social, e existiria ainda a necessidade de criar uma nova formação política, e desenvolveram-se os primeiros programas para a construção de um Estado-Providência, que se reflectiu no crescimento das despesas públicas em protecção social. Mas no decorrer deste período, o que acabou por surgir foi um Estado Paralelo, uma vez que existia em simultâneo em Estado Formal e um Estado Informal. Ou seja, existe um Estado que se baseia no modelo Fordista no que respeita à regulação social, não acontecendo o mesmo em termos práticos no sistema salarial, pois estaríamos perante um Estado marcadamente instável. Contudo, mais tarde o Estado Paralelo foi substituído por um Estado Heterogéneo que ambicionava estabelecer uma relação triangular entre a regulação social estável, as relações de produção e de troca caracterizadas pela heterogeneidade, e por fim, com os mercados de trabalho segmentados e descontínuos (SANTOS:1993).

Muitos autores têm vindo a analisar o sistema português. Leibfried e Pierson (1992) caracterizam o “modelo latino-mediterrânico” por um regime de protecção social inspirado pelo

catolicismo social, em que a «par de um Estado-Providência rudimentar e residual, se mantêm velhas tradições de provisão de prestações sociais através de organizações religiosas, de prestações familiares de tipo paternalista e de caridade exercida por particulares, desempenhando o sector associativo um papel importante» (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

Rhodes e Palien (1997) apresentam uma visão sintética dos atributos do modelo social sul-europeu: persistência de práticas clientelares, fraqueza das estruturas estatais, importância do papel da sociedade civil (família e 3º sector), papel das redes familiares para compensar as lacunas da protecção social, ausência de uma coligação de forças a favor de um Estado-Providência desenvolvido e redistributivo, disparidades políticas, culturais e de classe» (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

A Sociedade Portuguesa é assim considerada como sendo uma Sociedade semi-periférica devido ao nível intermédio do seu desenvolvimento económico face ao sistema mundial, assumindo estas características não só em termos de produção, mas também ao nível de desenvolvimento das suas políticas sociais de regulação social.

Daí que, face à especificidade da nossa sociedade, Santos (1993) fala não de um verdadeiro Estado-Providência (no sentido do próprio termo), mas de um semi-Estado-Providência, pois o seu défice de actuação enquanto tal é compensado pela actuação de uma Sociedade suficientemente rica em relações de comunidade, interconhecimento e entreajuda, fenómeno a que o autor chama de Sociedade-Providência.

Em Portugal, o défice da providência estatal deve-se ao facto do Estado ser compensado pela providência socialmente produzida, daí que o «Estado-Providência fraco co-existe com uma Sociedade-Providência forte» (SANTOS:1993). O Estado-Providência assenta, segundo Nunes (1995), em princípios de igualitarismo tendo como objectivo reduzir as desigualdades criadas pelo mercado. A Sociedade-Providência faz circular bens e serviços com base nas definições de obrigação moral construídas nos espaços de interconhecimento, tornando-se patente a sua fraqueza, enquanto modo de organização da solidariedade, para com aqueles que se encontram fora desses espaços (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

As Solidariedades primárias têm desempenhado no nosso país, um papel fulcral na resposta às mais diversas necessidades: da esfera económica aos cuidados das crianças e dos idosos, passando pela construção da habitação. A Sociedade-Providência tem respondido às carências das famílias e colmatado o défice da provisão estatal. Mas a par da amizade e da solidariedade familiar, surgem as solidariedades territoriais, de género ou de classe em base associativa ou sindical (HESPANHA; PORTUGAL:2002). São estes os vectores mais importantes que configuram as novas solidariedades modernas, não só pela provisão dos bens e apoios directos, mas pela via reivindicativa, obrigando os grupos dominantes e, em particular o Estado, a providenciar os apoios mínimos aos cidadãos, principalmente àqueles que são vítimas de Exclusão Social. Rodrigues (2000) afirma que o modelo de Sociedade de Providência é típico dos países frágeis e, vem substituir um Estado omissos nos domínios das políticas sociais, de modo a

defender os grupos sociais desfavorecidos e que acumulam um conjunto alargado de “*handicaps*”, tornando-os mais susceptíveis aos processos de exclusão social.

A escassez de meios, a sobrecarga das mulheres, os elevados custos materiais e emocionais para os elementos envolvidos, a incapacidade de assimilar conceitos como a igualdade, a cidadania e direitos, a rigidez espacial, a tendência para criar e reproduzir formas de controlo social (SANTOS:1993), levou à redescoberta das redes informais de solidariedade, e sobretudo a família são um elemento importante para o apoio social. Aliás, Déchaux (1996) diz mesmo que «*a questão familiar passa a estar no centro da questão social*» (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

Mas é preciso ter em conta que a Sociedade-Providência não oferece os mesmos serviços que o Estado-Providência, ela é avessa à igualdade e não distingue tão bem entre desigualdades legítimas e ilegítimas. Ela cria dependências, é hostil à cidadania e aos direitos porque as relações sociais são assentes na reciprocidade complexa de actos de boa vontade (SANTOS:1993).

O enfraquecimento do Estado-Providência pode arrastar consigo um processo semelhante na Sociedade-Providência. Como afirma Claude Martin (1996), é aqui que pode residir a especificidade do Sul da Europa: os sistemas públicos de protecção social constituíram-se durante um período de recessão económica, que impediu o seu completo desenvolvimento, ao mesmo tempo que a família passava por um profundo processo de transformação relativamente à sua morfologia, valores e relações com o Estado e o mercado de trabalho (HESPANHA; PORTUGAL:2002).

O Estado não consegue por si só cobrir todos os riscos sociais. Tem vindo a encontrar mecanismos de parceria e cooperação com instituições privadas, abrindo caminho a um designado “*Welfare-Mix*”, que resulta do enfraquecimento estatal e da incapacidade do mercado, deixando desta forma, caminho aberto para uma intervenção de um Terceiro Sector de decisiva importância para cobrir os riscos sociais e garantindo o bem-estar geral dos cidadãos (RODRIGUES:2000). A transferência de serviços públicos para o sector privado assumiu novas formas. O Terceiro Sector é «*(...) constituído por diferentes instituições organizadas sob a forma de associação, fundação, misericórdia, cooperativa, mutualidade, clube, prosseguindo os mais variados objectivos*» (BARROS:1997).

O Estado tem apoiado, financiado, promovido e criado instituições sem fins lucrativos (semi-públicas) que fomentam os serviços sociais anteriormente a cargo do Estado. Daí que Santos (1993) fale mesmo da existência de uma Sociedade Civil Secundária, pois através dessas instituições o Estado reproduz-se a si próprio, mas de forma não estatal. A questão que se coloca é a de saber se as instituições são capazes de enfrentar os problemas sociais existentes num Estado-Providência em recuo.

## **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) em Portugal**

*«As instituições são conjuntos relativamente estabilizados de práticas e relações sociais dotadas de uma lógica de funcionamento próprio. Nessa lógica*

*incluem-se sistemas normativos e simbólicos autónomos, com os quais as pessoas se conformam e que interiorizam».*

João Ferreira de Almeida (SILVESTRE;MOÍNHOS:2002)

Desde os primórdios da nacionalidade, as necessidades da população portuguesa em matéria de assistência social, deram origem a uma multiplicidade de iniciativas. Muitas delas eram de âmbito local, ligadas não apenas a ordens, militares e religiosas, como também aos particulares; outras pelo contrário deveram o seu nascimento à devoção de vários reis, rainhas e demais gente da Nobreza e alto Clero.

No final do século XV existiam quatro tipos de estabelecimentos assistenciais: as albergarias, as Mercearias, os Hospitais e Gafarias ou Leprosarias. Estas últimas eram geridas pelas Misericórdias, criadas em 1948. As Santas Casas de Misericórdia (SCM) ou Irmandades da Misericórdia foram fundadas em 15 de Agosto de 1498, aquando da criação na Sé de Lisboa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), por iniciativa da Rainha D. Leonor e de Frei Miguel Contreiras. Este religioso, na altura muito popular em Lisboa, pertencia à Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos. Por carta de 14 de Março de 1499 dirigida aos «Juízes, Vereadores, Procurador, Fidalgos, Cavaleiros e Homens bons», D. Manuel I recomenda a criação de Misericórdias «em todas as cidades e vilas e lugares principais dos nossos reinos», à semelhança de Lisboa.

A sua designação provém do facto de serem instituições que se propunham realizar obras de misericórdia. De acordo com a tradição cristã e a interpretação do Evangelho de S. Mateus, essas obras eram em número 14: sete Corporais (*1ª reunir capítulos e visitar os presos; 2ª curar os enfermos; 3ª cobrir os nus; 4ª dar de comer aos famintos; 5ª dar de beber aos que têm sede; 6ª dar pousada aos peregrinos e pobres; 7ª enterrar os finados*) e sete Espirituais (*1ª ensinar os simples; 2ª dar bom conselho a quem o pede; 3ª castigar com caridade os que erram; 4ª consolar os tristes desconsolados; 5ª perdoar a quem nos errou; 6ª sofrer as injúrias com paciência; 7ª rogar a Deus pelos velhos e pelos mortos*). ([www.socialgest.pt](http://www.socialgest.pt))

As SCM têm uma tradição multiseccular, e têm por via do seu peso institucional já consolidado, um crescimento mais reduzido em número de instituições, o que não é sinónimo de imobilismo, mas pelo contrário, as SCM têm crescido em actividade e no melhoramento do seu vasto património imobiliário. De destacar o facto de 85% das SCM terem pelo menos uma valência para idosos, tendo em conta que o nosso país é envelhecido demograficamente e a tendência é para haver um envelhecimento contínuo que agravará as estruturas da sociedade civil e a própria dinâmica social.

A partir do século XVII a solidariedade começa a demarcar-se do sentido puramente religioso da caridade, para se assumir como um dever social do Estado e da Sociedade civil.

A criação da Casa Pia nos finais do século XVIII pode ser considerada como a referência para o lançamento da assistência social com origem pública/estatal em Portugal. A lei 2120 de 19/7/63 instituiu as instituições particulares de assistência que eram consideradas pessoas colectivas de

Contributos para um Diagnóstico das Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende

utilidade pública administrativa (PCUPA), e assumiam as formas de Associação de Beneficentes, Institutos de Assistência ou Institutos de Utilidade Local (Fundações). E foi com a Constituição de 1976 (artigo nº63) que surgiu pela primeira vez o termo IPSS's. Estas inserem-se no Terceiro Sector ou na Economia Social, surgindo num contexto em que a sociedade civil e o Estado tiveram que se organizar para criar condições para acolher o maior número de pessoas carenciadas.

São entidades jurídicas constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa privada, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, e desde que não sejam administrados pelo Estado ou por um corpo autárquico, de forma a dar apoio a crianças e jovens; apoio à infância, à integração social e comunitária; protecção dos cidadãos na velhice e invalidez; promoção e protecção através de prestações de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; e resolver os problemas habitacionais das populações. As entidades não lucrativas estão classificadas juridicamente da seguinte forma: IPSS's (*Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Associações Mutualistas*), Entidades Equiparadas a IPSS's (*Cooperativas de Solidariedade Social, Casas do Povo – pelos Despachos 13799/99 e 17749/99 - Cruz Vermelha Portuguesa*), Organizações particulares sem fins lucrativos (*Fundações, Associações, Casas do Povo e Sindicatos*), Entidades Oficiais (*ISSS, Autarquias Locais, Casa Pia, Instituições dependentes de outros ministérios*), Santa Casa de Misericórdia e Serviços Sociais de Empresas (Carta Social: 2001).

Para além disto, as instituições podem agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações, e desde que estejam inscritas na Direcção Geral de Segurança Social (DGSS) ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).

A experiência portuguesa de parceria entre o Estado e os particulares na Acção Social é já longa, num processo que passa pelo reconhecimento, financiamento e desenvolvimento de serviços e equipamentos de acção social. Esta é um «*sistema de protecção social próprio, embora estritamente interligado com o sistema da segurança social, dada a sua interdependência tanto em termos de objectivos, como de técnicas de Intervenção*» (NEVES:2001), tendo esta como fins primordiais a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização e a integração social. Elas não visam substituir o Estado, mas são uma expressão viva da sociedade civil, são grupos de pessoas que, preocupadas e atentas ao meio que as rodeia, se unem animadas com o espírito da Solidariedade, e agem em prol dos mais carenciados e necessitados. As IPSS's

representam hoje, cerca de 46,2% das valências de acção social e 80% das valências para idosos.

As principais respostas sociais das IPSS's estão vocacionadas para os idosos (centros de dia, centros de convívio, serviço de apoio domiciliário, lares, entre outros); a Infância e Juventude (creche, Estabelecimentos de ensino pré-escolar, centro de actividades ocupacionais de tempos livres – ATL, lar de jovens, entre outros); a Deficiência (lar e centros de actividades ocupacionais – CAO); a Família (centro comunitário, entre outros); a Toxicodependência e os Sem-abrigo (cuidados médicos, Ensino, etc.).

Actualmente são 53 as respostas sociais reconhecidas pela DGSS e praticadas pelas IPSS's, que assistem diariamente 438 556 pessoas, e onde trabalham perto de 200 000 voluntários e 50 000 trabalhadores. ([www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt))

## O Voluntariado

*«O Homem faz-se homem permanecendo em comunhão com os outros homens, isto é, com pessoas como ele, que vivem com os outros e para os outros. Um traço da pessoa adulta particularmente sublinhado é o da capacidade de conviver, de associar-se e colaborar com a vida da comunidade. Do ponto de vista social, afirma-se que a maturidade só se alcança quando o indivíduo consegue aceitar os outros e a importância das relações interpessoais, e a riqueza que confere à existência humana o viver com os outros e para os outros».* (Mãos Dadas:2004)

A nossa sociedade é cada vez mais orientada para a rentabilidade, para o lucro material e pela sua evolução acelerada cria novas formas de pobreza, de marginalizados. Estes pobres têm necessidade de encontrar pessoas que disponham de tempo para os ouvir, para os compreender, para procurar com eles soluções, para informar os serviços sociais e administrativos, e por isso todos somos chamados a intervir. Daí que uma das formas mais ricas desta intervenção, é o voluntariado. Assim Inspirados na Declaração Universal dos Direitos do homem de 1948 e na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, os voluntários consideram o seu compromisso como um instrumento de desenvolvimento social, cultural, económico e ambiental, num mundo em constante transformação, e fazem seu, o princípio de que *«todas as pessoas têm direito à liberdade de reunião e associação pacífica»* (PINTO:2001).

Reunidos por iniciativa da International Association for Volunteer Effort (IAVE), em Congresso Mundial, os voluntários declaram a sua fé na acção voluntária, como uma força criadora e mediadora para respeitar a dignidade de toda a pessoa, reconhecer a sua capacidade de exercer os seus direitos de cidadãos e ser agente do seu próprio desenvolvimento, de forma a contribuir para a resolução dos problemas sociais e do ambiente, e favorecendo uma cooperação

mundial através da construção de uma sociedade mais humana e mais justa. Desta forma, convidam os Estados, as instituições internacionais, as empresas e os meios de comunicação social a unirem-se a eles, como parceiros, para construir um ambiente internacional favorável à promoção e apoio de um voluntariado eficaz, acessível a todos, símbolo de solidariedade entre os homens e as nações.

O voluntariado é *«um conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas no âmbito de uma intervenção ao serviço das pessoas, das famílias e da comunidade realizadas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas»* (N.º 1, Art.º 3.º da Lei

N.º 71/98 de 3 de Novembro – Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado). É portanto uma decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais, é um compromisso com a comunidade tornando o indivíduo mais activo e participativo, e contribui para dar resposta aos principais desafios da sociedade com vista a um mundo mais justo e mais pacífico, bem como também contribui para um desenvolvimento económico e social mais equilibrado, para a criação de empregos e novas profissões (www.voluntariadojovem.pt). Para José Freitas Dinis (PINTO:2001), o voluntariado pode ser sinónimo de libertação, de promoção humana e cultural, e cria um novo tipo de relações interpessoais que está na base de uma sociedade mais justa.

O voluntariado social surge como alternativa de participação da comunidade num momento em que a crise económica e social aumenta a procura da protecção social. Não se trata de denegar a responsabilidade do Estado, mas de afirmar o direito e o dever da própria sociedade em participar em todas as tarefas exigidas pela realidade social. Voluntariado é, desta forma, um serviço personalizado (que permite colocar uma pessoa ao serviço das outras num clima de amizade e solidariedade), um serviço gratuito (não procura compensações materiais mas apenas o bem dos outros), é um serviço continuado. É uma resposta à cultura da falta de solidariedade e, além disso é uma resposta colectiva definida pelo compromisso, pela liberdade, pela gratuidade, pela organização e pela participação (PINTO:2001).

Assim, os voluntários reconhecem a todo o Homem o direito de se associarem independentemente da sua raça, da religião, da condição física, social e material, respeitando a dignidade de todo o ser humano e a sua cultura, oferecendo ajuda mútua e serviço, com espírito de parceria e fraternidade, estando atento às necessidades das pessoas e comunidades, desencadeando a sua criatividade e realização pessoal, de forma a tornar-se num membro mais activo do que beneficiário da própria acção voluntária (www.voluntariadojovem.pt). Ser voluntário é a verdadeira opção cívica e necessária para uma atitude responsável, para a satisfação e bem-estar dos outros, e se o compromisso (que cria uma rede de respostas) falha, a sociedade vai sofrer com a irresponsabilidade (Fórum do Voluntariado).

Para a Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado, «é voluntária a pessoa que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com o seu tempo livre e as suas aptidões, a realizar acções de voluntariado no seio de uma organização» (Lei

N.º71/98 de 3 de Novembro, Art.3.º, N.º1). Para José Freitas Dinis (PINTO:2001), o voluntário «é alguém fisicamente capaz de desempenhar as tarefas que lhe forem distribuídas, emocionalmente estável e deve ser alguém com o sentido do outro, deve ser responsável e assumir os objectivos da sua acção com espírito de serviço e entusiasmo». É alguém desejoso de participar na solução de problemas de ordem social e para tal ele deve estar atento, disponível e sobretudo saber amar. É sobretudo, uma pessoa generosa. A este respeito, Odile Boisson de Chazournes diz que «o voluntário dá (o seu tempo, a sua competência, o seu saber) e dá-se (a ele próprio), nada recebendo em troca. Ou melhor, recebendo em troca a satisfação de ter sido útil aos seus semelhantes, de ter sido solidário e de ter

*participado na solução de um problema ou questão que afligia a comunidade ou a uma pessoa da comunidade em que o voluntário está inserido»* (PINTO:2001). É alguém que não perde a oportunidade de fazer, e não esperar que os outros façam, com um olhar de misericórdia, com coração de piedade, *«com mãos de artífice do bem e do amor, encantado pela vida dos outros a quem ama e serve»* (Mãos dadas: 2004). Daí que é necessário ser voluntário com gratuidade, em liberdade e com liberdade, e na responsabilidade, cabendo-lhes a função da Denúncia (da injustiça social, das agressões à natureza, ser a voz de quem não a tem, etc.); é preciso também Anunciar (as respostas às denúncias feitas); e por fim Agir (Fórum do Voluntariado:2004).

Por seu lado, as Associações devem também elaborar estatutos adequados ao exercício do trabalho voluntário, definindo os critérios de participação dos voluntários, confinado a cada um deles, actividades que lhes sejam adequadas, assegurando por outro lado a formação e o acompanhamento. Para M.A. Alfaro (PINTO:2001) a formação do voluntariado *«é um processo permanente de transformação em que o voluntário vai dialogando com a realidade, aprendendo com ela e sistematiza desta forma os seus conhecimentos, os seus hábitos de trabalho»*. Por seu lado, J.F.Ortega (PINTO:2001) completa esta ideia dizendo que *«é um processo que tem por finalidade educar integralmente uma pessoa, capacitando-a para executar uma tarefa benéfica para si próprio, para a organização promotora e para o destinatário da actividade»*. A formação Básica (onde o voluntário reflecte sobre a concepção do voluntariado), Específica (dando-lhe o conhecimento do projecto que irá desenvolver) e Permanente (analisa sobre a execução do projecto de forma a melhorar as tarefas da acção do grupo), devem existir para que, segundo Pinto (2001), haja a melhoria da qualidade de vida da população carenciada/marginalizada que beneficia do trabalho dos voluntários, e é também uma ajuda para o próprio voluntário na medida que lhe permite aumentar o grau de satisfação proporcionado pela tarefa realizada (PINTO:2001). No seio das organizações acolhedoras, o voluntário deve ser discreto, amável, constante e pontual, deve evitar a ostentação, deve escutar e não comentar, deve favorecer a ajuda respeitosa e solidária, deve também ter uma atitude de empatia e escuta.

As instituições podem usufruir da Lei do Mecenato que são as iniciativas dos indivíduos, de empresas ou de outras entidades, que ajudam as pessoas, instituições ou outro tipo de

manifestações sociais relevantes, que são externas à sua actividade predominante. As acções de mecenato podem ser feitas sem qualquer interesse inerente (lucro), como também pode ser um veículo para ganhar mais visibilidade social criando uma imagem positiva de modo a conquistar mais consumidores.

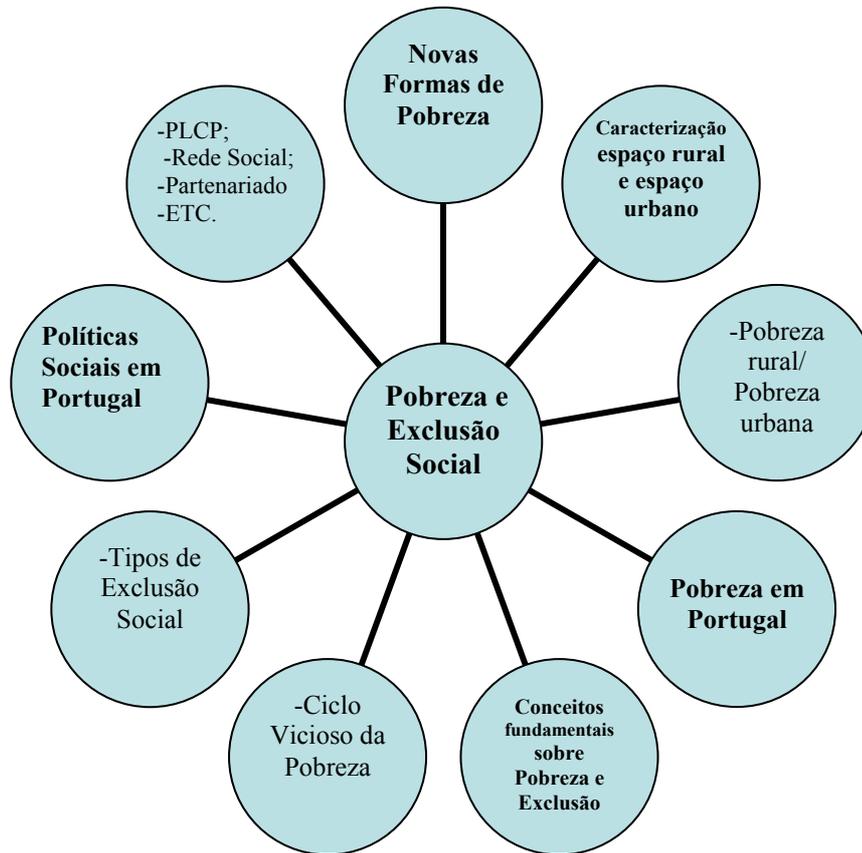
O voluntariado é um veículo para aproximar as pessoas de forma a combater a crise de valores que a nossa sociedade está a passar, num emaranhado de corrupção e jogos.

Em Portugal, o trabalho voluntário é uma realidade que começa a ter contornos específicos e de maiores dimensões, nomeadamente no círculo estudantil (universidades e escolas secundárias), bem como no círculo de pessoas com mais idade, nomeadamente aquelas que já se encontram na

reforma ou na pré-reforma. No entanto, um dos sinais que a nossa sociedade ainda não tem é o número de voluntariado social, cultural e político. O que existe hoje é uma preocupação em pirâmide, uma vez que as pessoas se mobilizam para angariar fundos para a resolução de um problema específico, e depois é que vêm todas as outras necessidades, o que faz com que o grau de desenvolvimento se resuma ao grau de associação das pessoas (Fórum do Voluntariado:2004)

O trabalho voluntário é o verdadeiro trabalho pelo amor ao próximo, numa troca de experiências sem igual, num crescimento contínuo como pessoa humana e mais sensível aos problemas sociais que nos rodeiam. Acerca desta dádiva e entrega das pessoas ao trabalho voluntário, Dr. Carlos Aguiar (Fórum do Voluntariado:2004) diz mesmo que «*um coração solitário não é um coração. Somos verdadeiramente coração é pelo amor, e este é solidário e não solitário*». Miguel Torga (PINTO:2001) escrevia mesmo que «*o homem só vale pela grandeza que tem. Honrarias, riquezas, vaidades, tudo desaparece na voragem do tempo. Mas não se apagam as pulsões de um coração generoso...*». Ou seja, é a inteligência do coração que deve imperar sempre no trabalho voluntário (Fórum do Voluntariado:2004), e «*não é uma haste frágil o que necessitamos para nos servir de apoio na nossa jornada terrena. São antes duas asas, dessas que os anjos têm: a Fé e a Caridade. Agora subsistem estas três: a Fé, a Esperança e a Caridade, mas a maior delas é a Caridade*» (S. Paulo, 1ª Carta aos Coríntios). Afinal, não é a Caridade a motivação suprema do Voluntariado? (PINTO:2001)

De forma a dar uma melhor apresentação à presente investigação, segue-se um esquema resumo das temáticas abordadas ao nível da Pobreza e Exclusão Social, que nos parecem ser mais adequadas para dar um melhor contributo ao estudo deste flagelo que nos acompanha no dia-a-dia.



## As Novas Formas de Pobreza

Diferentemente da ênfase dada na década de 70 aos conceitos de Pobreza e marginalização, a década de 80 vem acentuar o conceito de Pobreza e Exclusão Social, muito associados às designadas “Novas Formas de Pobreza”. Além do crescimento económico não ter eliminado a pobreza, as políticas redistributivas tinham tido um efeito diminuto sobre o problema da Pobreza, e é cada vez mais nas Sociedades democráticas e industrializadas, um fenómeno crescente com solução ainda distante.

A Pobreza e Exclusão Social resultam de factores aleatórios ou de ordem pessoal na vida dos indivíduos (má sorte, inadaptação social, indisciplina, etc.). É também resultante da

insuficiência ou ineficácia das políticas sociais e da crise de factores económicos, políticos e culturais associados, devido a processos de desenvolvimento e às transições económicas com repercussões e/ou influência nas situações de vulnerabilidade. Para além disso tem origem na falta de atributos sociais dos indivíduos como a baixa escolaridade, a fraca preparação profissional, o meio social de origem, desagregação familiar, etc. (ESTIVILL;RODRIGUES:2004).

Num estudo realizado por Almeida *et al* (1994) sobre o modo de vida dos pobres, são apresentadas as categorias sociais mais vulneráveis ao fenómeno da pobreza, e que pela posição

social que ocupam, têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, ao exercício pleno da sua cidadania, ao acesso ao ensino, à cultura, entre outros.

Às categorias tradicionais incluem-se os idosos (porque como estão afastados do mercado de trabalho passam a estar dependentes da prestação da segurança social, e como os valores da reforma são muito baixos, faz com que os idosos sejam um grupo vulnerável, ao que se junta muitas vezes o facto de viverem na solidão e sem rede familiar de apoio); os assalariados (porque possuem baixas qualificações e remunerações, sujeitam-se a trabalhos precários por não conseguirem candidatar-se a empregos com melhores remunerações).

Nas novas categorias incluem-se os desempregados de longa duração (estão à procura de emprego há mais de um ano e têm dificuldades de integração no mercado de trabalho. A perda de emprego, ou a condição de desempregado, traz consequências não só psicológicas ao indivíduo, mas ao nível dos laços sociais, uma perda de prestígio na sociedade e na própria auto-estima. E é assim que surgem muitas vezes casos de alcoolismo, toxicodependência e degradação dos laços familiares); as famílias monoparentais (definição, que para além de terem um peso na estrutura familiar, é uma categoria muito desprotegida o que faz antever a existência de problemas económicos, ao que se junta o facto das mulheres sofrerem de discriminação no local de trabalho por questões de género); pessoas que sofrem de doenças crónicas (normalmente dependentes da segurança social e com valores muito baixos); questões de habitação (onde as pessoas vivem em condições muito degradadas sem o mínimo de condições); os membros de minorias étnicas; as pessoas com deficiências, os jovens e crianças em risco, os reclusos e ex-reclusos, e pessoas que vivem da marginalidade ou que nela se iniciam (Constantino Martins: IV Congresso de Sociologia).

Outro domínio vulnerável à pobreza é a educação, que face a uma situação de pobreza afecta os membros mais novos, que por terem que ajudar economicamente a família, têm que abandonar precocemente a escola, o que conduz a uma taxa de analfabetismo elevada, logo essas pessoas têm baixos níveis de qualificação.

Ao nível da saúde, que revela as desigualdades existentes, é outro domínio vulnerável às situações de pobreza, devido aos baixos rendimentos, o que faz com que as pessoas não possam recorrer ao sistema de saúde privado para o tratamento das suas doenças, fazendo aumentar a lista de espera para muitos dos problemas, o que contribui para o aumento da taxa de mortalidade infantil, a contracção de doenças por contágio, e a redução da esperança de vida.

Em relação ao sistema de emprego e desemprego, influenciado pelo nível de instrução, faz com que as pessoas estejam sempre em situação de risco por não terem a permanência no mercado de trabalho, logo não conseguem estabilizar-se económica e afectivamente, sujeitando-se muitas vezes ao trabalho precário, temporário e muitas vezes ao trabalho clandestino, como forma de evitar o desemprego de longa duração.

É nomeadamente destas categorias sociais que provêm aqueles com mais dificuldades, que não possuem os meios e rendimentos, atingidos pela pobreza de maior intensidade. São categorias

onde a Exclusão Social é a mais intolerável, com poucas perspectivas de futuro, de projectos de vida em sociedade, comprometendo um futuro pessoal e familiar, incapazes de mobilizar os recursos materiais, relacionais, institucionais e cognitivos.

A pobreza assume-se numa multiplicidade de privações e quanto mais tempo as pessoas estiverem expostas a essas situações, mais difícil se torna a sua saída dessa situação e romperem com o círculo, dado que as situações de pobreza se traduzem num acumular de *handicaps* sociais em vários domínios, tal como refere Bruto da Costa (1998), e que podem transmitir a pobreza para as gerações vindouras, fenómeno que conhecemos por Circulo vicioso da Pobreza. Para o mesmo autor, exclusão precoce do sistema educativo associado à ausência de formação profissional, induz a uma baixa qualificação e a empregos cujos salários são baixos e onde os trabalhadores não têm quase regalias sociais nenhuma, tornando-os mais vulneráveis ao desemprego, colocando em causa a própria subsistência e a dos seus familiares, fazendo com que todos se tornem vulneráveis à pobreza e perpetuando o fenómeno.

Estas categorias da “Nova Pobreza” vão além da definição de pobreza como incapacidade de participar no mercado de consumo, ou de desemprego como impossibilidade de participar no mercado de produção, e encerram em si a questão da Exclusão social, como sendo uma problemática *insider-outsider*, levando cada indivíduo e grupo a mecanismos de exclusão multidimensionais, não tomando parte do uso dos seus direitos sociais de integração e identidade. As causas para tal fenómeno residem no jogo desigual entre os diversos actores sociais, mas não é só o próprio mercado que antagoniza os actores sociais numa estrutura clássica de estratificação por classes sociais; o Estado-Providência é por direito próprio, um sistema de estratificação, uma força activa ordenando as relações sociais (Constantino Martins: IV Congresso de Sociologia).

## **Espaço Rural e Espaço Urbano**

O espaço constitui um lugar de confronto pela apropriação, interpretação e utilização por parte dos actores sociais, inseridos em grupos sociais. As realidades espaciais constituem não só locais de reprodução social como também testemunhos de memória colectiva de um agrupamento humano, do seu percurso histórico, das suas vicissitudes e contradições. As suas fronteiras imprecisas são uma característica estrutural da sociedade presente.

A partir da década de 70 do Séc. XX começou-se a pensar na dicotomia rural/urbano. A própria cidade está hoje a sofrer uma crise de identidade, porque as suas características estão a espalhar-se por todo o espaço circundante a ela própria. Estão a surgir novas centralidades periféricas em torno do centro da cidade, mas fora do seu núcleo de cidade. Os efeitos urbanos estendem-se pelos territórios não urbanos, não se restringem ao seu espaço mas a outros que adquirem outras características para além da sua ruralidade. Os *mass media* e a mobilidade de se deslocar no espaço (factor chave para estudar os modos de vida), são os dois grandes factores transformadores do espaço e modos de vida das pessoas.

Cidade e campo são realidades opostas. Os paradigmas podem ser questionados; a cidade de hoje não corresponde necessariamente à indústria; mesmo nas cidades industriais podem subsistir espaços agrícolas, e porque os dois (rural e urbano) estão em constante mutação, torna-se difícil definir as fronteiras e dizer automaticamente se estamos perante um espaço rural ou um espaço urbano.

Tonnies falou de comunidade (relações primárias com relações de parentesco e afectividade) e sociedade (relações segmentarizadas, onde os membros têm vontade associativa). Por seu lado, Durkheim distinguiu Solidariedade Mecânica (onde predomina a consciência colectiva) e Solidariedade Orgânica (relacionada com a sociedade onde prevalece o individualismo).

A nossa sociedade é muito mais complexa do que um padrão simples daquilo que é rural e do que é urbano. A maneira como as pessoas ocupam o território não nos permite uma facilidade em distinguir o que são os modos de vida rural e urbanos. O espaço é construído e produzido pelo Homem, é estruturante da acção humana, mas também funciona como constrangedor e limitador da mesma. Os grupos menos privilegiados social e economicamente acabam por ser os mais prejudicados, porque esta desigualdade tende a impor-se a estas categorias. Assim, toda a realidade nos mostra que os espaços sofrem alterações, que há fenómenos que conduzem a essas transformações, mas apesar disso, os espaços mantêm especificidades que justificam esta dicotomia, e que importa reter (SILVESTRE; MOINHOS:2002) Assim, o espaço rural é caracterizado por ter uma maior dispersão geográfica das pessoas, que são maioritariamente idosas, logo com mentalidades mais conservadoras, com baixo nível de instrução, que vivem do sector primário, numa economia tradicional de subsistência, e onde se

verifica que na própria comunidade existe uma união forte entre os cidadãos, que partilham de uma consciência colectiva. São espaços cujas famílias são numerosas, onde há um fraco desenvolvimento de infra-estruturas, onde as pessoas têm menos prazeres lúdicos e há uma forte prática religiosa. Revela-se como sendo um lugar de auto-produção cultural, que tem o seu próprio falar, os seus trajes e pratos específicos, as suas festas e as suas tradições. Tudo isto funciona como um mecanismo de fechamento cultural, ao qual cada um se reconhece através do grupo. A identidade de cada um confunde-se com a identidade e o projecto do grupo, o que confere segurança a todos (RÉMY; VOYÉ:1992).

Wirth (RÉMY;VOYÉ:1992) aborda a cidade a partir das suas características sócio-demográficas (volume, densidade, heterogeneidade). É o lugar onde vários grupos encontram possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um território, o que multiplica as hipóteses de encontros aleatórios, e favorece o jogo de trocas recíprocas, mas que em certos momentos pode igualmente ser um lugar de ruptura e inovação. O centro não é só o lugar privilegiado das relações aleatórias, é também o lugar em que a noção de multidão, de massa, adquire sentido no que Durkheim chamou de «uma certa efervescência» (RÉMY;VOYÉ:1992), e em que no ambiente colectivo se diluem as emoções individuais. A cidade é o lugar de transmissão de uma dinâmica que a ultrapassa e que a define enquanto lugar de articulação entre actores localizados e actores deslocalizados, tendo cada um o seu nível de competências próprias, tal como afirmam Liliane Voyé e Jean Rémy (1992). A cidade é o lugar de debate e da encenação de pontos de vista mais ou menos opostos que encontram no centro o seu lugar privilegiado de expressão. Leibniz diz mesmo que «uma cidade onde a paz é o resultado da inércia das cidades merece o termo de solidão em vez do de cidade?» (RÉMY;VOYÉ:1992).

Contrariamente a este cenário terceiro-mundista, no espaço urbano as famílias são nucleares, a educação é delegada e direccionada, existe maior densidade populacional, e há uma tendência crescente para a construção vertical, o que faz com que haja um aglomerado de habitações em pequenos territórios, sem espaços verdes, o que proporciona uma qualidade de vida inferior aos cidadãos, que se reflecte no stress, na instabilidade e na própria mobilidade que caracteriza este tipo de população. Desta forma, as pessoas consomem mais bens, há um maior fluxo de pessoas e serviços, o que faz com que as pessoas se tornem mais individualistas. No mercado de trabalho há uma diferenciação de papéis (mérito), existe uma concentração de funções administrativas, ao que se pode verificar no sector secundário e terciário característico deste tipo de espaços. Em consequência, há uma heterogeneidade cultural, social e racial, uma standardização de comportamentos, e mais sub-culturas, o que faz aumentar a sensação de anonimato. Apesar de multiplicar os contactos humanos, a cidade também produz solidão. A família constitui, como que o refúgio para o indivíduo, o lugar de relações pessoais estáveis (OLIVEIRA;PAIS;CABRITA:1985).

Bernard Kayser (PINTO:1985) faz uma tipologia de quatro tipos de espaço rural onde se reflecte a apropriação do capitalismo:

- *Espaço rural peri-urbano*, caracterizado pela população fundiária inerente ao alargamento da área industrial, e é por isso que estas áreas rurais podem ser incluídas no conceito urbano.

- *Espaço Produtivo*, que se refere às áreas onde a produção agrícola ou pecuária se desenvolve de forma intensiva, cuja orientação é o lucro.

- *Espaço rural profundo*, são regiões deprimidas caracterizadas pela sangria de pessoas e recursos. São espaços em vias de desaparecimento, com baixa intensidade populacional e ausência de infra-estruturas.

-*Espaço rural urbanizado*, cuja finalidade é o lucro.

Na sequência desta tipologia, os concelhos de Barcelos e Esposende são enquadrados na peri-urbanização. Não tanto em relação aos centros das duas cidades, mas em relação às freguesias que compõem os dois concelhos. São áreas próximas da cidade, onde existe uma plurifuncionalidade dos solos (não só para a agricultura, mas também para a implantação de indústria, armazéns, espaços de recreio e lazer), há também uma pluri-actividade característica das populações, que se verifica na crescente mobilidade geográfica e populacional que acontece nestes espaços, onde existe uma rede de transportes satisfatória e onde se verifica uma complexidade das estruturas e práticas sociais. São espaços marcados pela perda de consciência colectiva, logo prevalência do individualismo (Solidariedade Orgânica); pela habitação cada vez mais vertical e aglomerada; pela flutuação da população; pela existência de uma segunda habitação (normalmente em espaços rurais); pelo turismo de habitação; as caixas multibanco; os bares, entre outros serviços, visíveis nestes espaços. Ora, tanto no concelho de Barcelos como no concelho de Esposende (tendo em conta apenas as áreas circundantes aos centros urbanos), posso mesmo caracterizá-los de uma forma geral de concelhos peri-urbanos, uma vez que os dois têm estas características (embora existam algumas freguesias, especialmente no concelho de Barcelos, que por se encontrar mesmo no interior do concelho - logo afastada dos centros urbanos - tem características mais rurais).

A urbanização é definida como o processo que integra a mobilidade, não apenas de pessoas e bens, mas também de mensagens e de ideias na vida quotidiana. É associada à emergência de um modelo de competição pela igualdade, de onde resultam formas de comparação invejosa e uma possibilidade de distinguir o grupo de pertença e o grupo de referência. A urbanização pode levar ao abandono do centro urbano a populações marginais, e a uma dispersão espacial dos lugares de actividade e de encontros importantes para a vida colectiva. Ao introduzir a mobilidade na vida quotidiana, a urbanização produz um novo modo de espacialização na vida social, aumentando os graus de liberdade existentes entre a cidade descrita e termos de morfologia de habitat, e a cidade vista enquanto complexo de unidades que

asseguram modos de coordenação colectiva. A urbanização aumenta a autonomia respectiva da morfologia, do sócio-económico e do sócio-afectivo (RÉMY; VOYÉ:1992).

O alargamento do meio urbanizado, originado pelo crescimento da população urbana e da produção que requerem espaços cada vez maiores e a revolução nos meios de comunicação e de informação, vieram permitir a difusão do modo de vida urbano. A maior proximidade geográfica, cultural e ideológica do campo e da cidade, não é mais do que a urbanização do meio rural, o que se pode verificar pela assimilação dos valores e padrões de cultura urbanos no próprio habitat rural.

J. Rémy e L. Voyé (RÉMY;VOYÉ:1992) defendem que assistimos hoje a uma inversão da relação com o tempo. Assiste-se a uma urbanização dos campos, dos espaços que resultam da difusão do espaço e território em geral dos efeitos da modernização e da mobilização, implantação dos

serviços espalhados pelo território, diversidade de actividades. Há também uma emergência de um conjunto de representações urbanas do rural, que tem a ver com os modos de vida tradicionais. Os cidadãos encontram no rural qualidade ambiental, ao mesmo tempo que vivem com os modos de vida urbanos. Pedro Hespanha acrescenta mesmo que o espaço rural fornece uma identidade às pessoas, e em casos de crise, as pessoas continuam a socorrer-se das actividades rurais, agrícolas como meio de ultrapassar as dificuldades (HESPANHA;PORTUGAL:2002).

## Pobreza em Portugal

A pobreza pode ser uma realidade herdada ou uma realidade adquirida, dependendo da capacidade de mobilidade social do indivíduo. Ela assume características do país em questão, daí que seja variável, é multifacetada e como envolve muitas dimensões, é multidimensional.

Boaventura de Sousa Santos (1998) caracteriza o país com um desenvolvimento intermédio, onde temos uma pobreza estrutural e não residual, e como exemplo disso, temos segundo Almeida (1994) uma economia dependente e que afecta os trabalhadores com baixos salários e condições precárias de trabalho, o desenvolvimento de uma economia informal e segmentação do mercado, surgindo as “*bolsas de pobreza*” devido aos fortes movimentos migratórios para as zonas urbanas e desertificando as zonas rurais, aumentando desta forma, os desequilíbrios regionais ao nível social, cultural, económico, entre outros.

Mas em Portugal, a pobreza é marcada pela sua transmissibilidade e o facto de não termos os mesmos valores em relação às transferências de protecção social para atenuar os níveis de pobreza. Capucha (1998) é da opinião que «*o modelo de funcionamento do sistema económico e dos mercados de trabalho e os níveis de desempenho dos sistemas de protecção social, explicam a maior parte da pobreza em Portugal. Ao mesmo tempo, permitem verificar que esta não se associa, na maioria dos casos, a processos modernos de ruptura dos laços. Continua*

*assim, assente em causas tradicionais juntamente com aspectos como a precariedade do emprego, o desemprego, a marginalização de territórios marcados por habitações em estado degradado*» (CAPUCHA:1998).

António Teixeira Fernandes (1998) destaca as elevadas taxas de pobreza e exclusão social que ocorrem porque a sociedade mantém as formas de emprego precárias fazendo com que as pessoas se mantenham na pobreza.

Para Capucha, a pobreza é uma mancha que se perpetua e alastra. O autor diz mesmo que no «*início da 2ª metade da década de 90, Portugal era o país europeu com uma maior taxa de pobreza, o que significa que quase ¼ dos Portugueses eram pobres (23%, acima dos 18% da média europeia – U.E.15), detendo os piores indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos*». Mas continua, «*entre 1995 e 2001 deram-se sinais positivos: o rendimento médio aumentou, baixando portanto a taxa de pobreza provocadas pelos aumentos das pensões mínimas, o aumento do salário*

*mínimo, o MSE, o RSI, onde todos beneficiavam deste contexto económico». Contudo, em 2002 a produtividade decaiu, o desemprego disparou, o crescimento decaiu, os salários deixaram de crescer o que faz com que «as famílias tenham dificuldade de cumprir com os compromissos assumidos com a banca». O autor diz ainda que «o investimento em equipamentos e serviços de apoio a crianças, idosos e deficientes estagnou, ao mesmo tempo que cresceu a retórica ao discurso moralista de medidas sobre a família». O cenário não é favorável e levará o seu tempo a tomar o rumo devido, por isso, Capucha diz que «é importante retomar as opções que conduzem a padrões sociais dignos de um país não apenas pertencente ao mercado europeu, mas também ao Modelo Social da União» (CAPUCHA in Notícias Magazine, 16 de Janeiro de 2005, pág.38).*

Estudo recente da Segurança Social (*Tipificação das situações de Exclusão em Portugal Continental – Janeiro de 2005*), coloca Portugal num xadrez ao nível do território continental, divididos por zonas moderadamente inclusivas (Tipo1), territórios de contrastes de base turística (Tipo2), Territórios ameaçadores e atractivos (Tipo3), Territórios envelhecidos e desertificados (Tipo4), Territórios industriais com forte desqualificação (Tipo5) e Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (Tipo6). A região Norte e em especial o Distrito de Braga (abarcando os concelhos de Barcelos e Esposende, alvo do presente trabalho de investigação) encontram-se no Tipo5 caracterizado por uma população jovem e famílias numerosas, uma forte dinâmica da indústria e onde a população se concentra nos aglomerados com menos de 5000 hab. Aqui estamos perante a sociedade providência que Santos (1998) falava, onde se constrói uma forte dinâmica de inter-ajuda familiar e informal, que são alternativas à institucionalização dos idosos. Nestes territórios, a dinâmica sócio-económica responde às necessidades formais e informais de reprodução social, mas também de produção assente numa organização do trabalho intensivo, mal remunerado e sub-protegido. É caracterizado por uma população jovem com baixa qualificação, abandono precoce da escola, que reflecte a desqualificação das profissões que ocupam, em que esta se reflecte nas altas taxas de desemprego e principalmente no desemprego

de longa duração. Ao nível continental, o tipo mais representado é o Tipo1, que corresponde aos Territórios moderadamente inclusivos, abarcando 30,2% do total dos Concelhos, à semelhança do que acontece com o concelho de Braga (contrariamente ao que acontece com o distrito), tal como já foi referido.

José Reis (1999) afirmou mesmo que «*não é a dicotomia rural/urbano que melhor caracteriza a organização sócio-económica do espaço nas sociedades de hoje. O que melhor parece caracterizar as diferenças e as desigualdades espaciais é a dicotomia que opõe zonas de fraca densidade sócio-económica a zonas de forte capacidade institucional e material*» (REIS in *Tipificação das situações de Exclusão em Portugal Continental – Janeiro de 2005*).

Em relação a Portugal, a pobreza é uma herança pesada de um passado de subdesenvolvimento e atraso económico que produziu grandes assimetrias e desequilíbrios sociais. É um fenómeno estrutural e persistente, muito extenso e intenso.

António Barreto (1996) diz que as razões que levam aos desequilíbrios de Portugal são a rapidez do Estado-Providência sem solidez e capitalização, a falta de contribuição financeira ao longo da vida daqueles que são os dependentes da Segurança Social, mas também de um envelhecimento demográfico da população, mais rápido do que acontece noutros países. Refere também a reduzida capacidade económica dos portugueses que não lhes permite encarar facilmente as situações por via de poupança e de seguros. Barreto dá ainda destaque para as discrepâncias entre as capacidades económicas e as expectativas, que acontece na maioria dos países, mas que em relação a Portugal, por pertencer geográfica, política e culturalmente à Europa, à OCDE, à U.E. e à NATO, ou seja, a um dos mais importantes centros económicos e políticos do mundo, faz os portugueses assimilar a cultura, a mentalidade, as ambições, os comportamentos e as expectativas de todos os cidadãos deste conjunto. Diz ainda que «*as grandes expectativas próprias dos países mais desenvolvidos do mundo, podem ser frustradas pelas fragilidades naturais, económicas e tecnológicas, sem falar nas distâncias físicas e nos atrasos científicos e culturais*» (SILVESTRE; MOINHOS: 2002).

Em Portugal, dois milhões de portugueses, ou seja, cerca de 20% da população vive abaixo do limiar de pobreza, ultrapassando a média europeia. A esta realidade associa-se o pouco investimento em protecção social, que também é abaixo da média europeia (23,9% contra os 27,5%, respectivamente). Para tentar atenuar esta realidade, o PROGRIDE (Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento), que veio substituir os anteriores Programas de Luta Contra a Pobreza que terminaram em 2004, visa o apoio a projectos de combate a fenómenos graves de exclusão em territórios identificados como prioritários, mas também pretende apoiar projectos que promovam a inclusão e a melhoria das condições de vida dos grupos específicos. Fernando Negrão (ex-ministro da Segurança Social) em entrevista ao Jornal de Notícias diz mesmo que pretende envolver as Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos, as Misericórdias e as organizações Não Governamentais, de forma a haver uma maior e melhor distribuição das verbas e ter assim uma actuação mais eficaz no terreno para atenuar os efeitos

da pobreza no nosso país e reduzir as situações de pobreza extrema e de fome (Jornal de Notícias, dia 18 de Janeiro de 2005).

## **Conceitos Fundamentais sobre a Pobreza e Exclusão Social**

A teoria é, assim, remetida para o exterior da prática de investigação ou, quando muito, considerada como posterior à observação da realidade. Por exemplo, Durkheim afirmava que «*para estudar os fenómenos sociais como naturais (...) como coisas (...), é necessário reduzir os factos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis*» (SANTOS:1987). Quer isto dizer que se defende «*a neutralidade do saber assim concebido, relativamente a qualquer sistema de valores e operadores*» (PINTO: s/d).

Conferir à teoria o papel de comando na investigação científica, significa que ela deverá supervisionar a articulação dos seus diversos momentos. Ela deverá conferir à investigação uma coerência, uma orientação e um significado, construir as potencialidades explicativas e definir-lhes os limites, integrar os enunciados da observação e dar consistência à rede de relações que se estabelecem no processo (ALMEIDA;PINTO:1980).

*«Ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada não só nas condições materiais de vida, mas também nas dimensões relacionais e culturais de existência das famílias e grupos que ocupam essas posições».* (CAPUCHA; et al: 1993)

A pobreza enquanto realidade determinada espacial, geográfica e historicamente nem sempre teve a mesma visibilidade, nem sempre foi alvo das mesmas representações e percepções.

Na Idade Média, período histórico marcado pela ideologia da religião cristã, a pobreza existia como escolha, era o voto de pobreza onde as pessoas que o faziam se apoiavam no valor espiritual da renúncia, que era então um meio para atingir a salvação das almas. Os pobres eram então *«aqueles que não detinham os meios necessários à sua subsistência, também os doentes (...), os mendigos e indigentes, os pobres envergonhados e os pobres por vocação»* (TOSCANO:1991). Estes pobres por opção eram percebidos como seres excepcionais (GARCIA:2000). Enquanto que os mendigos ilustravam *«o rosto das situações de pobreza desvergonhada»* (TOSCANO:1991).

No século XVII, procurava-se que a pobreza e os pobres ficassem encerrados em hospitais e prisões, surgindo assim na sociedade formas de repressão como forma de acção preventiva face ao risco que os pobres assumiam.

Por seu lado, no século XVIII, o pobre era visto como mão-de-obra nas manufacturas, e enquanto vistos como mendigos e vagabundos, constituíam um perigo para o bem-estar público,

alterando-se assim a ideologia cristã da Idade Média, com o surgimento da Industrialização e outros factores ligados à expansão do mercado (GARCIA:2000).

Em resultado do processo de industrialização, os pobres transformam-se aos poucos em operários, e quando a pobreza, a degradação e miséria das classes operárias se transformou num fenómeno de grande extensão, tornou-se necessário emergir a protecção social, surgindo desta forma as primeiras manifestações do que mais tarde se veio a designar de Estado-Providência. Nos finais do século XVIII, embora de forma diferenciada, alguns países já tinham aceite o papel assistencialista do Estado, como forma de manter a paz geral, então ameaçada.

O século XIX marca um período em que a pobreza emerge como objecto de estudo social. O papel do Estado enquanto defensor e aplicador das políticas sociais mantém-se desde os anos 2º do século XIX, momento da crise económica que agravou e complicou mais a situação dos pobres. É neste período que Keynes e Marshall vêm reforçar a ideia de que o Estado deveria intervir a nível económico, surgindo assim os conceitos de cidadania, direitos cívicos, sociais e políticos (Garcia:2000).

A pobreza deixa então de ser apenas uma preocupação daqueles que são atingidos pelo flagelo, e passa a ser percebida como uma realidade enquadrada num modelo sócio-económico. Nos anos 60 do século XIX, a pobreza emerge através da fome e privação pela qual passam os países do terceiro mundo e o pobre é aquele que vive nos países subdesenvolvidos. Mas, esta pobreza atingia a Europa e os EUA. A partir dos anos 70 do mesmo século, fenómenos como a «privação de emprego, ausência de tecto, degradação do habitat, impossibilidade económica de acesso à saúde, isolamento social, indivíduos desafiliados, grandes grupos de imigrantes em situação precária» (GARCIA: 2000), visíveis nas sociedades mais desenvolvidas, dão forma a um novo modo de ser pobre, ao que chamaram “Novos pobres”. E para abranger esta nova realidade, o conceito de exclusão social é elaborado. Agora os pobres são também os excluídos.

Para Bruto da Costa (1998), a pobreza «é uma situação de privação resultante da falta de recursos», ou seja, uma realidade marcada pela privação de algo e pela falta de recursos. Capucha (1998) na mesma linha de Costa, diz que «são pobres as pessoas, famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma dos países em que vivem» (FERNANDES:1998). A pobreza não se resume à precariedade económica mas também se revela pela falta de capital material, na reduzida rede de relações sociais, na ausência de controlo sobre a vida individual, pela falta de aspiração e participação na vida activa e política. É resultado, segundo Costa (1998) de uma construção social circunstanciada pois os factores que a constituem são variáveis, o que significa que pode ser uma situação temporária.

Por seu turno, Fernandes (1998) define o pobre a partir do conceito de dependência. Diz que o pobre «é o que debatendo-se com a privação e a falta de recursos, vive da dependência» (FERNANDES:1998).

É então um conceito polissémico que se traduz numa diversidade de significados. É necessário então nesta altura distinguir o lado objectivo da pobreza, ligado às deficiências reais ao nível dos vários recursos que permitem a integração; o lado subjectivo relacionado com as representações e percepções do indivíduo/grupo relativamente à sua situação de pobreza. Daí ser necessário igualmente distinguir a pobreza primária (que resulta de uma efectiva ausência de recursos materiais de existência), da pobreza secundária (que resulta da inaptidão para a utilização daqueles, que é normalmente consequência de alguma falha de recursos culturais e sociais - Dicionário de Sociologia). Podemos ainda falar em Pobreza Absoluta (que descreve uma situação em que as pessoas não têm recursos mínimos que permitam a subsistência física e determina o limiar de pobreza, remetendo em última instância para a ideia de miséria) e Pobreza Relativa (não incide na subsistência mas na diferença, ou seja, são pobres os indivíduos cujos recursos os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis de acordo com a norma da sociedade em que vivem (Dicionário de Sociologia). Para Fernandes (1991), o conceito de pobreza relativa «tende a converter-se com o de desigualdade social», por ser limitado e espaços próprios). Este conceito abrange também as representações sociais

Contributos para um Diagnóstico das Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende  
daqueles que não pobres face àqueles que o são. E neste caso, podemos afirmar tal como Jean Paul Sartre que *«é pobre aquele que os outros consideram pobre»* (BATISTA:1995).

Face a estes conceitos, é necessário fazer algumas críticas uma vez que o conceito de pobreza absoluta não tem em conta os padrões de vida das sociedades; a pobreza relativa pode estar imbuída de alguma subjectividade devido aos indicadores que utiliza, o conceito de pobreza subjectiva está assente em critérios subjectivos ao investigador o que torna difícil a comparação entre estudos.

Torna-se então necessário perceber que nem todo o pobre tem consciência que o é, o que desde logo é um entrave para superar a sua situação. E se tem consciência que o é, procura ocultar essa realidade com o receio de ser discriminado, o que é uma forma de pobreza muito difícil de desvendar na sociedade, e que afecta essencialmente pessoas cujo grupo de referência é diferente do seu grupo de pertença, o que nos remete para o conceito de status, ou seja, afecta aqueles cuja mobilidade social é descendente (FERNANDES:1991). A pobreza provoca marginalidade. Os pobres se o são, são-no por resultado muitas vezes injusto de uma sociedade que não está organizada devidamente a atender e a olhar cada pessoa e para todas as pessoas, e por isso, temos todos que participar para que estas situações se alterem (Actas do Fórum 17 Outubro:2004).

O pobre, segundo Fernandes (1991) *«é um ser outro, marcado por um sentimento de exclusão do tipo da sociedade dominante, de fatalismo e de investigação social, alguém que faz a experiência da indiferença ou do desprezo dos outros»*. Por seu lado Townsend afirma que no estado de pobreza *«os seus recursos ficam tão seriamente abaixo dos controlados pelo indivíduo ou família, que eles são de facto excluídos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes»* (COSTA:1998). Para resolver uma situação de pobreza, não basta resolver a privação.

Bruto da Costa diz mesmo que *«é preciso que o pobre passe também a ser auto-suficiente matéria de recursos, ganhando a vida através de um dos meios de vida correntes na sociedade a que pertence»*.

O conceito de pobreza e exclusão social apesar de serem ligados, têm uma natureza conceptual distinta e em termos teóricos é uma tarefa árdua tentar distingui-los. São fenómenos multidimensionais e complexos, que afectam as pessoas de forma diferente tanto a nível familiar como a nível individual.

A pobreza é determinada, segundo Rodrigues (1992) a partir do padrão mínimo de condições de vida e nível de rendimento, o mesmo não acontece com a exclusão que por ter uma pluralidade de dimensões não se reduz apenas à dimensão económica. Pereirinha diz mesmo que *«o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (...). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social»* (RODRIGUES:1992).

Se por um lado o fenómeno da exclusão social não se esgota no de pobreza, esta é percebida como fazendo parte daquela. Assim, o conceito de pobreza designa a dimensão estática da exclusão social (um resultado, um estado), enquanto que a exclusão é um processo

dinâmico referente às estruturas sociais e económicas (PEREIRINHA:1996). No entanto, a pobreza enquanto forma de exclusão social no domínio económico, pode conduzir a que a exclusão se estenda a outros domínios como a nível social, territorial e simbólico. Assim, o facto de ser pobre não implica necessariamente que seja excluído, e vice-versa.

A nível teórico, várias foram as correntes que quiseram dar o seu contributo ao nível da pobreza e da exclusão social.

A corrente marxista coloca a pobreza num plano político e histórico e não como uma realidade que deveria ser percebida como uma necessidade natural. Marx fala ainda de «*uma classe à parte constituída por criminosos, prostitutas, vagabundos e mendigos*» (MARX: 1990)

A teoria Funcionalista defende que a pobreza é o resultado da estratificação social da sociedade. Segundo Parsons, esta é determinada a partir da posse dos indivíduos, das suas qualidades pessoais, da sua localização na hierarquia social e do papel que desempenham. Assim, a desigualdade social é uma condição sem a qual a sociedade não seria estável. Esta teoria introduz o conceito de mobilidade social, que altera a ideia de posicionamento estático na estrutura social, podendo os indivíduos ocupar posições diferentes na estrutura. Mas a pobreza é um fenómeno multidimensional. Daí abordarmos a corrente Sócio-económica e a Culturalista.

A corrente Sócio-económica analisa a pobreza apoiada nos conceitos de pobreza absoluta, relativa e subjectiva, perspectivando o fenómeno em torno das insuficiências materiais, ligadas à noção de necessidades básicas e de subsistência. Esta perspectiva veio alargar o campo de visão

do próprio fenómeno dando-lhe visibilidade e olhando-a como resultado do sistema social e suas transformações, e não como uma fatalidade do destino. Graças a esta corrente foi ainda possível identificar algumas categorias mais vulneráveis. A orientação desta corrente é cada vez menos a de determinar quem são os pobres, mas perceber os processos que levam à exclusão (CAPUCHA *et al*:1993).

A corrente Culturalista analisa a pobreza deixando de lado o facto de ser resultado de um estado de privação económica, mas tem em conta o estilo de vida herdado por cada geração. Segundo Lewis, a pobreza é entendida como um acumular de desvantagens sociais, culturais e económicas que levam os indivíduos ao que se designa por círculo vicioso da pobreza, que segundo Capucha (1998), «é transmissível de geração em geração e integra os conhecimentos, as crenças, os valores e representações, as capacidades, os hábitos e os modos de agir a que se constituem em estilos de vida». Para Lewis (1979), é importante analisar a pobreza a partir das suas causas internas, enquanto que Paugam (1991) procura chegar aos elementos explicativos exteriores ao grupo e ao indivíduo, apoiando-se nas condicionantes estruturais, nas razões externas ou transcendentais da pobreza (CAPUCHA *et al*:1998).

Pode constatar-se que as duas correntes (Sócio-económica e Culturalista) optam por diferentes modos de abordar a pobreza, mas confluem numa simbiose. É exactamente o conceito de “modos de vida da pobreza” (ALMEIDA *et al* 1994 *in* CAPUCHA:1998) que é definida «*como as condições de existência de diferentes categorias sociais vulneráveis, os modos como são afectadas pelas dinâmicas sociais*

*que gerem, reproduzem e transformam as posições sociais ocupadas pelos pobres, focando simultaneamente o lado activo associado aos estilos de vida, às representações, interesses, ambições, valores e modos de agir e de pensar das pessoas que integram aquelas categorias». Os modos de vida da pobreza serão a forma das pessoas pobres se relacionarem activamente com as suas condições de existência, na forma como os pobres sentem, vivem e pensam a sua situação.*

Assim, foi construída uma tipologia (Almeida *et al*:1994) dos modos de vida da pobreza, agrupadas em sete categorias que vão desde o modo de Destituição (pessoas que vivem no limiar da sobrevivência, privadas de estratégias de vida); o modo de Restituição (marcada pela estratégia de sobrevivência do quotidiano), o modo de Dupla Referência (onde a estratégia é a acumulação de capital económico de forma a possibilitar o regresso ao país de origem); a Convivialidade (valorização do imediatismo e na incapacidade de construir um projecto para o futuro); o modo de Poupança (manter ou alargar o património), o modo de vida de investimento na Mobilidade (valorização do capital escolar como meio de se afastar da pobreza) e por fim, o modo de Transitoriedade (transição da posição que ocupava procurando acomodar-se a uma melhor).

Relativamente ao conceito de Exclusão Social, desenvolvem uma espécie de teia onde consta uma panóplia de discursos sobre o conceito, dependendo dos autores e dos países em questão. Situação como a precariedade do emprego, a ausência de qualificação profissional, o desemprego e a incerteza quanto ao futuro (CAPUCHA: 1998), bem como a emergência do Estado-

Providência fizeram emergir o conceito de exclusão social. Ao estudar este fenómeno, as sociedades fizeram-no sempre tendo em conta o conceito de coesão social, e os clássicos da Sociologia também o fizeram, ou seja, pelo conceito de integração social ou coesão social.

Durkheim em *A Divisão Social do Trabalho*, considera que a integração social deveria ser analisada em termos de solidariedade social e aqui está subjacente a ideia que na sociedade, os indivíduos estão ligados por laços sociais, que permitem explicar o ordenamento social. O autor faz referência aos dois tipos de solidariedade social: a solidariedade mecânica (típica das sociedades tradicionais onde os indivíduos partilham os mesmos valores e se assemelham entre si) e solidariedade orgânica (típica das sociedades modernas e centrada no conceito de diferenciação em oposição ao de semelhança das sociedades tradicionais). O autor defende que «a solidariedade mecânica liga menos fortemente os homens do que a solidariedade orgânica, mas ainda à medida que se avança na evolução social, vai cada vez mais afrouxando» (DURKHEIM: 1989), ou seja, nas sociedades modernas o laço social está enfraquecido, existindo uma degradação dos laços sociais, daí falar-se que a sociedade moderna está afundada numa anomia.

Por seu lado, George Simmel, focando também a questão do laço social, refere que a coesão social está assente no conceito de interacção social, ou seja, para o autor a coesão que existe num grupo depende da relação que os indivíduos mantêm entre si (CAPUCHA: 1998).

Já Max Weber, em *Economia e Sociedade*, também fazia referência à coesão social recaindo mais para a coesão política. Ele procurou saber o que induz os indivíduos a legitimar o laço que os une

à autoridade, ou seja, o laço vertical. Mas também se interessou pelo laço horizontal, onde procurou saber o que os une entre si. Weber assume que o capitalismo é o elo que une os indivíduos na sociedade, traduzidos num conjunto de valores, crenças e sentimentos comuns. Este autor vem ao encontro dos dois anteriores, na medida em que defende que nas sociedades moderna existe um enfraquecimento do laço social que conduz à situação de exclusão social.

Deixando de lado os clássicos, vejamos como o conceito é abordado pelos teóricos mais contemporâneos.

Martine Xiberras na obra *Teorias da Exclusão Social*, refere mesmo que «os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente (Racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza). Eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da troca. Os excluídos são-no também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico» (XIBERRAS:1993). O autor chama a atenção para o facto de existirem formas de exclusão baseadas em valores nem sempre visíveis aos olhos da sociedade. Ela assume várias dimensões: a dimensão económica; exclusão como desvio às normas da sociedade; exclusão ao nível das relações familiares e conjugais; exclusão a nível individual (enquanto comportamento que não seja conforme ao instituído pela sociedade); exclusão somática de doentes infectados com o vírus da SIDA ou outras doenças

crónicas, que se traduzem (todas as dimensões) numa ruptura dos laços sociais. Xiberras defende ainda que todas as formas de exclusão social implicam a ruptura dos laços que poderão ocorrer não só a nível social, simbólico, económico, familiar, entre outros.

Para Bruto da Costa (1998), a exclusão social tem presente o conceito de cidadania. A exclusão existe quando num sistema democrático um indivíduo, enquanto cidadão, se vê incapacitado de fazer valer os seus direitos e deveres. Ela implica que o indivíduo esteja excluído dos sistemas sociais básicos como o sistema social, o económico, o institucional, o territorial e o de referência simbólica. Daí não se dever falar de exclusão social mas de vários tipos de exclusão social, nomeadamente a exclusão económica (traduzida na falta de recursos provocada por uma multiplicidade de privações), exclusão de tipo social (ruptura dos laços sócias que pode ocorrer devido à falta de auto-suficiência (deficientes), de autonomia social (doentes crónicos) ou pelo isolamento (idosos), a exclusão de tipo cultural (baseadas em factores culturais como os fenómenos de xenofobia), a exclusão de tipo patológica (refere-se a questões de ordem psicológica ou mental), e ainda a exclusão devido a comportamentos auto-destrutivos (alcoolismo, a prostituição, a toxicodependência). O mesmo autor refere que um indivíduo pode estar integrado numa dimensão e estar excluído de outra, não estando portanto excluído de todas as dimensões em simultâneo, por regra. A exclusão social implica a existência de um contexto de referência, ao qual se está ou não excluído.

Os autores focam assim as dimensões que a exclusão pode assumir, podendo destacar os três principais grupos de exclusão, que são a dimensão social, a económica e a dimensão simbólica. A primeira (a social) é definida por uma quebra das ligações sociais com os grupos primários (família),

mas também com as relações que o excluído estabelece na sociedade. A dimensão económica destaca a importância da integração do indivíduo no mercado de trabalho, uma vez que este é um importante factor para a construção da identidade social. Para Capucha (1998), esta dimensão está relacionada com a capacidade de *«possuir as condições para estabelecer projectos de vida, construir um estatuto, uma identidade social, alimentar uma relação normal com as instituições e os serviços colectivos, adquirir direitos à saúde e protecção social e sentir-se o dono do próprio destino e da sua família»*. A dimensão simbólica revela uma exclusão originada por uma não adequação de certos indivíduos aos sistema de valores e às normas instituídas na sociedade.

Por ser um processo com uma natureza dinâmica, logo a existência de várias formas de excluídos, ela é também um processo social objectivo (por exemplo, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho) e um processo social subjectivo (onde encontramos as estratégias com que os excluídos vivem a sua situação). Ou seja, a exclusão social é determinada pelas trajectórias individuais conjugadas com os mecanismos da sociedade.

Porque há percursos que levam à exclusão social, Robert Castell introduz o conceito de desafiliação, que é resultado de um processo dinâmico desenvolvido ao longo de uma dada

trajectória, daí que a exclusão não é algo de inato para o indivíduo, mas algo que se vai construindo. Por sua vez Paugam (2000) introduziu um conceito para explicar o carácter dinâmico da exclusão social: a desqualificação social, definindo-a como *«um processo que rejeita, etapa após etapa, faixas crescentes de população para a esfera da inactividade e das assistências, aumentando para as mesmas, o risco de acumulação das dificuldades»* (PAUGAM: 2000). A desqualificação social está também associada com o quadro de degradação do mercado de emprego e o enfraquecimento dos laços sociais, como também o enfraquecimento das solidariedades de classe. Assim a desqualificação social seria marcada por uma relação de dependência (dependência dos subsídios da segurança social) e de fragilidade (onde a dependência não tem um carácter permanente).

## **Políticas Sociais em Portugal**

*«As transformações ocorridas na Europa desde a década de 80 tem motivado a consciência de que é imprescindível rever o núcleo duro das políticas macroeconómicas e das políticas sociais e, por outro lado, levaram ao desenvolvimento de novas metodologias de intervenção social. Com os projectos de luta contra a pobreza, Portugal está a reagir aos problemas da pobreza e exclusão social com políticas mais integradas, que envolvem meios públicos e parceiros locais de muitos tipos, e recorrem cada vez mais a técnicos capazes, apesar das intervenções sociais serem muito exigentes»*.

(Jorge Sampaio in FERNANDES:1998)

Em meados da década de 70, a situação económica abalado pelo choque petrolífero e os efeitos que daí derivaram interrompem a política de consenso que se tinha construído, gerando um clima de contenção de medidas sociais a nível nacional, ao mesmo tempo que se abria o caminho à emergência de estratégias unânimes entre os Estados para fazer frente aos problemas de génese supranacional. Na sequência de estudos feitos que davam conta do agravamento das condições sociais, surge o I Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (PELCP). Um dos princípios de maior alcance, entre outros, foi o da Subsidiariedade, onde era justificada a intervenção nacional sobre as medidas europeias. Desta forma, num contexto de restrição das políticas de bem-estar dos países centrais, Portugal dava os primeiros passos para a implementação de um sistema de protecção social (RODRIGUES F. *in* HESPANHA:2001).

Segundo Boaventura de Sousa Santos, o estado reconheceu o princípio de que muitos benefícios sociais extrapolam da lógica do seguro social e deviam se, por isso, efectivamente financiados por impostos. Começou então a transferir do Orçamento de Estado (OE) para o

Orçamento da Segurança Social (OSS) os recursos financeiros que, pela lei de bases de 1984 deviam cobrir as despesas com o Regime Não Contributivo e Equiparados (RNCE), parte da Acção Social e do Regime Especial de Segurança Social das Actividades Agrícolas (RESSAA). Foi lançado um programa de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), actual Rendimento Social de Inserção (RSI), acessível a todos os cidadãos por direito (HESPANHA; CARAPINHEIRO:2001).

A integração de Portugal na União Europeia constitui-se em elemento acrescido à sua própria complexidade. Para Fernand Braudel, a identidade da Europa reside na sua diversidade e é na desigualdade na distribuição de rendimento que revela o seu problema central. A par das iniciativas orientadas para o emprego, seguem-se os programas experimentais de Luta Contra a Pobreza (HESPANHA; CARAPINHEIRO: 2001).

O II Programa de Luta Contra a Pobreza foi implementado entre 1985 e 1989, orientados prioritariamente para regiões urbanas desfavorecidas e zonas rurais pobres. O período que se seguiu foi marcado pela complementaridade do domínio social face aos objectivos da construção do grande mercado europeu. Em Portugal, a política social estava a precisar de medidas para além das que existiam, reguladoras de mão-de-obra. Depois da entrada na U.E., a segurança social, segundo Marques (1997), passou a ter mais possibilidades no apoio às modificações na estrutura produtiva, resultantes do impacto de aprofundamento da integração económica e do aumento da concorrência internacional, actuando como principal “amortecedor social” (RODRIGUES *in* HESPANHA *et al*: 2001). As iniciativas dirigidas à criação de emprego e formação profissional e reinserção dos trabalhadores desempregados, absorvem uma parte significativa dos investimentos neste domínio.

Durante o II PELCP (1987-1989), Portugal foi apoiado em 10 projectos de acção-pesquisa, e durante o III PELCP (1990-1994), em 4 projectos. A intervenção ao nível local, a que os programas se propunham, permitiu redefinir o conceito de pobreza como sendo um problema estrutural, permitiu

caracterizar os níveis de protecção social e configurar a viabilidade de novas políticas sociais assentes na intervenção multidimensional, na parceria de vários agentes e da participação dos cidadãos destinatários. Desta forma, desde 1990 que os projectos locais são enquadrados no Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP).

Na segunda metade da década de 90, a segurança social sofreu algumas reformas no campo das medidas e do diagnóstico social (o RMG, O PNAI e o Livro Branco da segurança Social), e no campo da “orgânica” (Lei de Bases e reorganização administrativa da segurança social) (ROGRIGUES *in* HESPANHA *et al*: 2001).

O RMG, actual RSI, tinha como principal objectivo o estabelecimento por direito de um rendimento mínimo de manutenção, o reconhecimento da isenção como realidade compósita e multifacetada, afirmação da responsabilidade pública, o conhecimento da natureza e extensão de problemas sociais, desigualdades e dos meios existentes para os combater (HESPANHA *et al*: 2001).

Mais recentemente, e depois de um longo interregno (6 anos desde 1994 do III PELCP), uma nova iniciativa no campo da pobreza e exclusão social foi decidida a nível da União Europeia: os Planos nacionais de Acção para a Inclusão (2000), iniciativa que pretende modernizar os sistemas, de protecção social e visam «promover a inclusão social», «*tornar o trabalho mais vantajoso e providenciar um rendimento seguro*», «*assegurar a viabilidade e sustentabilidade dos regimes de pensões*» e «*garantir um nível de saúde elevado e sustentável*», e são entendidas «*como um instrumento privilegiado de aprofundamento de escolhas que permitam fazer face e prevenir vulnerabilidades com que nos deparamos*» (PNAI: 2001). Os PNAI's são uma componente fundamental do método aberto de coordenação definido nas conclusões do Conselho Europeu de Lisboa. Para o Comité Europeu de Protecção Social, a estrutura e os conteúdos destes planos, devem ter em conta a diversidade das situações e prioridades políticas nacionais, respeitando a coerência para facilitar a sua utilização num processo de aprendizagem recíproca. Assumem-se como quadro das orientações estratégicas a prosseguir nos próximos anos em matéria de políticas sociais (HESPANHA *et al*: 2001).

Segundo Hespanha e Graça Carapinheiro (2001), uma simples comparação de indicadores sociais mostra que nós nunca tivemos os níveis de protecção social existente noutros países e, que «a contenção ou os cortes nas políticas domésticas atinge inevitavelmente uma população muito mais vulnerável ao risco social e, que por isso, pode produzir efeitos imediatos sobre a pobreza e a coesão social». Por ser um campo de “globalizações intensas e contraditórias” de um país semi-periférico e de desenvolvimento intermédio, as organizações do 3º Sector vêm as suas actividades condicionadas para o fornecimento de serviços tradicionais de apoio à infância e terceira idade, em detrimento do desenvolvimento de outro tipo de actividades voltadas para o apoio comunitário e luta contra a pobreza e exclusão social, facto que, segundo Santos, é visível no próprio orçamento da Acção Social (HESPANHA; CARAPINHEIRO: 2001).

Neste âmbito, o Estado tem quatro orientações básicas: **universalidade e solidariedade** (anualmente o estado ajusta os aumentos das pensões, tendo em conta as carreiras contributivas mais longas e as pensões mais baixas); **promoção de emprego e da inserção** (de forma a abranger o maior número de pessoas excluídas da segurança social. Várias medidas de incentivo ao emprego foram desenvolvidas, nomeadamente o lançamento do Mercado social de Emprego (MSE), enquadrado no Plano Nacional de Emprego, que tem como finalidade inserir os desempregados em actividades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado (PRETEXTOS N.º.0). Segundo a Resolução de Ministros N.º. 104/96 de 9 de Julho «o Mercado Social de Emprego é um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração sócio-profissional de pessoas desempregadas em actividades dirigidas a necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado». Tendo como áreas de intervenção o apoio domiciliário a pessoas dependentes, os infantários, as creches, os jardins de infância, unidade de cuidados continuados, formação sócio-educativa e educação recorrente articulada com perspectivas de

emprego, entre outros; integra as actividades desenvolvidas no âmbito da política de emprego e formação (protocolos IEFP/DGS, IEFP/IPPAR, IEFP/IRS); Despachos conjuntos (ME/MQE, MQE/MSSS, MTS/MAI, MTS/MA, MTS/MADRP, SEEF/SET), iniciativas locais de emprego (ILE) em actividades de carácter social, Escolas-Oficinas, Empresas de Inserção, Centros de Unidades de Emprego protegido, Actividades enquadráveis pelo dispositivo cheque-emprego-serviço. Ao nível do continente, entre 2001 e 2003 registaram-se 58 851 pessoas abrangidas pelos programas e medidas do MSE, e no primeiro trimestre de 2004, um total de 31 660 pessoas, com incidência para a região Norte (8 779) (MSSST, Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, MSE em Portugal – 1ºT 2004 in AMORIM: 2004).

A terceira orientação do Estado tem a ver com o **Princípio da Subsidiariedade** (surge na ênfase do 3º Sector não só ao nível da subsidiariedade mas também com a responsabilização do Estado na garantia dos direitos, a todos os cidadãos em condições de igualdade e justiça. É aqui que surge o grande peso das instituições do 3º sector tradicionais, ao mesmo tempo que se procura alargar o campo de intervenção, para uma melhor implementação das políticas. Esta orientação que se verifica nas acções sociais, nos programas de inserção do RMG ou iniciativas do MSE, tem também visibilidade no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado entre o Governo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a União das IPSS (UIPSS), a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas (MTS, 1998), de forma a ser um «*instrumento redefinidor das áreas, regras, pressupostos e condições de cooperação*» (MSSS,1996). Cristina Figueiro (do Instituto de Solidariedade e Segurança Social) diz mesmo que o «*exercício da Acção Social é da directa responsabilidade do Estado que, de forma a assegurar o seu desenvolvimento, coopera com as instituições Particulares de Solidariedade Social, as Misericórdias e as Mutualidades, disponibilizando mediante acordos, financiamentos e outros apoios, nomeadamente técnicos, tendo em vista a*

*expansão e qualificação da rede de equipamentos e serviços»* (PRETEXTOS nº.13: 2003). Ainda no âmbito destes pactos, criaram-se uma comissão de acompanhamento e vários grupos de trabalho onde se tem negociado diversas medidas como a lei do Voluntariado (Lei 71/98, 3/11), o Estatuto do Mecenato (D.L. 74/99, 16/3), a Rede Social, entre outros.

A Rede Social visa dar uma cobertura universal e equitativa dos serviços e equipamentos sociais a nível nacional, mas também valorizar as intervenções do poder local dando às autarquias o protagonismo que nas CLAS (Comissão Local de Acção Social), é dos serviços da segurança social. A Resolução do Conselho de Ministros Nº. 197/97 lançou um desafio aos parceiros sociais locais, designadamente autarquias, serviços públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, no sentido de articularem esforços para a articulação de redes de apoio social a nível local de forma a cobrir o país em termos de serviços e equipamentos sociais (PRETEXTOS Nº.0: 2000). A Rede Social é definida como *«o conjunto das diferentes formas de entreaajuda bem*

*como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulam entre si e o Governo a respectiva actuação com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social, e à promoção do desenvolvimento social»* (Resolução do Conselho de Ministros Nº. 179797, 18/01) (HESPANHA: 2001). Os principais instrumentos de actuação são o *Diagnóstico Social* [com o Diagnóstico Social pretende-se identificar os factores de vulnerabilidade social e os problemas que é necessário actuar para produzir alterações concretas nas condições de vida das populações, identificando as dinâmicas sociais existentes, assim como as instituições e os actores capazes de intervir e sustentar os processos de mudança. Com o Diagnóstico social é possível conhecer em profundidade a realidade social do concelho em estudo, funciona como base para a planificação e tomada de decisões das entidades com responsabilidade na área do social, e cria também as condições necessária para a constituição do CLAS, pois é um factor de mobilização dos parceiros que dão os seus contributos (Rede Social de Esposende:2003)], e os *Planos de Desenvolvimento Social* (PDS) que promovem a mobilização dos agentes locais em torno do objectivo de identificação sistemática de problemas e o recurso a meios de forma racional (PRETEXTOS Nº.1:2000), com incidência em todo o Concelho. A Rede Social, segundo o documento da Rede Social de Esposende, *«assenta numa cultura de parceria, entendido como o envolvimento sistemático de todas as entidades públicas e privadas que actuam numa comunidade, procurando a optimização e a eficácia de todas as medidas e projectos criados, assim como um envolvimento real e consistente dos agentes de desenvolvimento»*. É no local, que se devem encontrar as soluções para os problemas, de forma ajustada aos cidadãos e envolvendo todas as entidades que actuam no território. Segundo o mesmo documento, para se obter os melhores resultados *«é necessário a produção de parcerias locais no terreno, entre instituições, associações, serviços públicos e privados para se conseguir uma actuação eficaz e articulada, unindo esforços, vontades, recursos, experiências e saberes»* (Rede Social de Esposende).

A quarta orientação do Estado tem a ver com a **Complementaridade na Segurança Social**, de forma a reduzir a responsabilidade pública, com uma mistura entre público e privado não só ao nível da regulação, mas também na área das pensões.

As políticas sociais tradicionais, quer de natureza sectorial quer referidas a categorias sociais específicas, devem ser complementadas por uma abordagem mais integrada e multidimensional, que reflecta as causas complexas da Exclusão Social. E essas políticas devem ser dirigidas especialmente para aquelas populações e comunidades locais onde se concentram os problemas de pobreza e exclusão social, e dentro dos quais a exclusão se sofre individualmente. A abordagem integrada da Exclusão Social através do partenariado local torna-se capaz de reunir instituições e comunidades locais para criar novas alianças, estratégias e inovação política contra a Exclusão Social.

Muitas concentrações de Pobreza e privação têm lugar nas grandes áreas urbanas. Tradicionalmente tendeu-se a pôr a tónica nos bairros urbanos centrais, mas recentemente aumentou a consciência relativamente aos problemas de bairro mais periféricos, onde os problemas de exclusão social podem misturar-se com o “isolamento físico” (ESTIVILL;HIERRAUX;GEDDENS:1997).

A satisfação das necessidades humanas, a resolução dos problemas sociais e o bem-estar da população em geral, constituem o fundamento da existência das políticas sociais (PRETEXTOS Nº.9:2002). À declarada importância da inovação acrescentou-se a diversificação de campos de intervenção. Este é o quadro derivado do semi-Estado-Providência português, que no âmbito da assistência social, se faz prolongar sobre a Sociedade-Providência. Em Portugal, a assistência social tem tido uma trajectória pontuada pelas dificuldades de transitar de uma prática de ajuda para uma estratégica de política social.

Não se trata de falta de recursos, mas de mudanças sociais e escolhas políticas materializadas em adequadas políticas, onde a assistência social se inscreveria por e como direito, de forma a atenuar as várias formas de necessidades que os cidadãos vivenciam (Rodrigues *in* HESPANHA *et al*: 2001). Portugal não apresenta défice em matéria de medidas e políticas sociais, assim seja possível articulá-las e implementá-las com equidade, sentido de justiça social e da responsabilidade colectiva na construção de uma sociedade inclusiva e coesa que é de todos nós (PRETEXTOS Nº.9:2002).

### **3 – Hipóteses de Trabalho**

#### **Hipóteses**

O processo contínuo gerado pelas interpretações feitas pelo investigador sobre as teorias estudadas faz com que ele seja estimulado com novas ideias em relação a campos, muitas vezes inexplorados. A estas ideias que surgem da compreensão teórica chamamos de hipóteses teóricas (MANN:1973).

Uma Hipótese é uma “*proposição que prevê uma relação entre dois termos, que segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos (...), é portanto uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada ou refutada*” (QUIVY:1992), numa etapa posterior da investigação, com dados de observação. Para serem validadas, as Hipóteses não podem comportar juízos de valor, mas assentar num quadro teórico previamente definido (Dicionário de Sociologia:2002). Por serem tão específicas e minuciosas, acabam por refinar a teoria, proporcionando ao investigador um olhar mais profundo sobre uma realidade previamente explorada de forma grosseira. Elas são o elo crucial entre os factos e a teoria (MANN:1973).

***Hipótese N.º 1 – Os diferentes públicos-alvo nos concelhos de Barcelos e Esposende são objecto de intervenção diferenciada das instituições de solidariedade social.***

***Hipótese N.º 2 – As instituições de solidariedade social existentes nos concelhos de Barcelos e Esposende, estão deveras empenhadas no combate à pobreza e exclusão social.***

## Capítulo II – Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos em Análise

### 2.1. - Caracterização Sócio-Económica dos concelhos de Barcelos e Esposende.

Neste capítulo far-se-à uma contextualização territorial, demográfica, económica e social dos concelhos de Barcelos e Esposende, para um melhor enquadramento deste trabalho de investigação.

Assim, com base em dados estatísticos e documentos oficiais, inclusive do INE e IEFP, os temas abordados referem-se ao também ao enquadramento das populações, às actividades económicas, ao emprego e desemprego, ao nível de vida dos concelhos, aos equipamentos e serviços sociais disponíveis, e condições básicas de habitação existentes nos concelhos.

O distrito de Braga, com 2 706 Km<sup>2</sup>, estende-se das terras chãs de Esposende até à zona montanhosa de Basto. Engloba uma parcela territorial dinâmica, quer do ponto de vista demográfico, quer do ponto de vista económico (Regiões do Cávado e do Ave), ocupando uma posição estratégica de centralidade no território.



Fig.1 – Mapa do Distrito de Braga , in AMORIM:2004.

Este distrito, constituído por catorze concelhos, integra todos aqueles que pertencem à NUTS III Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde), os concelhos da NUTS III Ave, à excepção de Santo Tirso e Trofa (Fafe, Guimarães, Póvoa de

Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela), e ainda os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, pertencentes à NUTS III do Tâmega.

É um distrito marcado por alguma heterogeneidade, consequente não só da diversidade territorial administrativa existente, como também, e particularmente, da diversidade pautada por uma certa dicotomia entre os concelhos de cariz mais urbana (Esposende, Barcelos, Braga, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Vizela), e os concelhos de cariz mais rural (Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto), patente no território, com principal ênfase nos domínios da demografia, do grau de urbanização e das problemáticas sociais.

O Concelho de Barcelos, cidade sede de concelho, é conhecida como a “Princesa do Cávado”, e pertence ao grupo dos concelhos de cariz mais urbana do distrito de Braga (Esposende, Braga, Vila Nova de Famalicão e Guimarães), sendo igualmente o maior concelho em termos geográficos (379 KM<sup>2</sup>). É o concelho com o maior número de freguesias (89 no total), e comporta nas suas fronteiras territoriais a produção e concepção de um dos símbolos do nosso país, o conhecido Galo de Barcelos, não pela sua lenda, mas porque nos comporta a um nível mais tradicional e ligado às origens (GOMES; SILVA: s/d).



Fig.2 – Mapa do Concelho de Barcelos

É um concelho delimitado por freguesias muito heterogéneas entre si, e que fazem fronteira com Esposende (Oeste), Póvoa do Varzim e Vila Nova de Famalicão (Sul), Ponte de Lima e Viana do Castelo (Norte) e Braga (Este). Elas têm um carácter mais urbano (as freguesias que se encontram mais próximas dos centros urbanos) e carácter mais rural (aquelas que por se encontrarem no interior do concelho, logo distantes das cidades, revelam uma grande

aproximação ao sector primário, com uma população mais envelhecida, diferente daqueles que se encontram na periferia dos centros urbanos) – Figura N°1.

Situado numa região fértil, dos vales e planícies por onde se estende este vasto concelho elevam-se os montes e Outeiros, que tornam tão linda e variada a sua paisagem. Formou-se ao Norte o grande maciço montanhoso que separa a bacia orográfica do Neiva da do Cávado, constituído pelos montes de S. Gonçalo (470m de altitude – a maior do concelho), do Penedo do Ladrão com 416m, de Arefe com 408m, de Alheira com 320m e de Lousada com 312m. Ao Sul formou-se o maciço que separa a bacia orográfica do Cavado da do Este, constituído pelos montes de Airó com 413m, da Saia com 303m, da Franqueira com 298m e de Maio com 214m. É este concelho banhado por vários rios, ribeiros e riachos, de entre os quais se destacam pela sua importância, o Cávado, o Neiva e o Este, desaguando os dois primeiros no Oceano Atlântico, sendo o último, um dos tributários do Ave (FONSECA:1987).

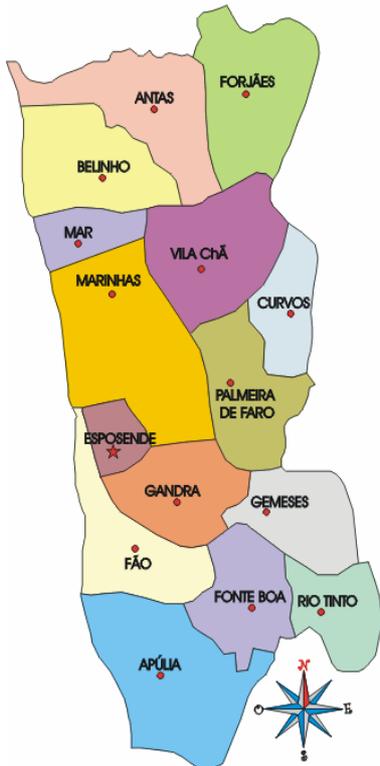
É um concelho caracterizado igualmente pelo elevado número de pessoas católicas praticantes, logo uma forte ligação à Igreja, que é muito notória nas freguesias mais rurais. O espírito religioso dos barcelenses manifesta-se em grau elevado na edificação e veneração das Igrejas paroquiais, nos Santuários, nas inúmeras capelas, cruzeiros e alminhas espalhadas pelas freguesias; mas também é visível nas festas e romarias que frequentemente este concelho promove e pratica (FONSECA:1987). Destaca-se o facto de Barcelos ser o concelho, a nível nacional, que mais festas de cariz cultural e religioso pratica ao longo do ano, começando em Maio, com as conhecidas Festas das Cruzes (Correio do Minho, dia 2 de Maio de 2005).



Segundo dados oficiais do INE, o concelho Barcelense constitui um dos Municípios mais populosos a Norte da Área Metropolitana do Porto, e é também o terceiro concelho com maior índice de jovens residentes com idade inferior a 18 anos.

A feira semanal (que ocorre à 5ª feira) mobiliza pessoas e comerciantes, bem como é um forte atractivo para os visitantes vindos de todo o lado, que procuram a genuidade dos produtos agrícolas, dos têxteis, os artigos para o lar, os hortos, as padarias, a fruta, o artesanato e os famosos ciganos.

É um concelho com grande número de fábricas de pequeno e médio porte, empregando uma parte da população barcelense (GOMES;SILVA: s/d).



As freguesias fazem

Esposende

Em relação ao Concelho de Esposende, pertence, tal como Barcelos, ao grupo dos concelhos de cariz mais urbana, é o concelho mais litoral do Distrito, onde a actividade piscatória (ainda que hoje em menor grau) é uma realidade para aquele concelho, que por ser à beira-mar, também beneficia das vantagens que o turismo oferece à própria dinâmica do concelho. Do ponto de vista agrícola, pratica-se a policultura do milho e feijão. Os campos da Apúlia, adubados com sargaço, produzem hortaliças, cenouras e cebolas.

É um concelho constituído por catorze freguesias, também elas heterogéneas entre si (que tal como acontece em Barcelos, também tem a ver com a maior ou menor proximidade com os centros urbanos circundantes e com a própria corografia dos espaços), que se espalham pelos 95,4 km<sup>2</sup> da sua área, o que representa 3,41% do território distrital. É o único concelho

do distrito de Braga com território litoral.

fronteira com Barcelos (Este), Viana do Castelo (Norte), Póvoa do Varzim (Sul), enquanto que o Oceano Atlântico banha o concelho a

poente, numa extensão de 14KM. A Planície litoral, segundo o Documento da Rede Social de Esposende, «*estende-se desde Apúlia a S. Paio de Antas, com níveis de altitude pouco variáveis a apresentando costas muito baixas. Caracteriza-se pelos terrenos férteis, de grande apetência para os produtos hortícolas, abundância de seixos de origem marinha o que nos prova que nesta plataforma se espraíram as águas do Oceano Atlântico*».

Em relação à Arriba «*que limita a nascente a plataforma litoral, estende-se entre S. Paio de Antas e Palmeira de Faro. Apresenta uma altitude média de 200 metros. Pelos vestígios geológicos verifica-se que foi talhada pelo mar, no próprio granito, durante o período Quaternário*». Já o planalto interior «*apresenta altitudes que chegam aos 280 metros, e caracteriza-se pela abundância de bosque e matas, uma agricultura mais virada para a pecuária*».

## 2.2. - POPULAÇÃO

### 2.2.1 - Área, Freguesias, População Residente, Densidade Populacional e Variação da População

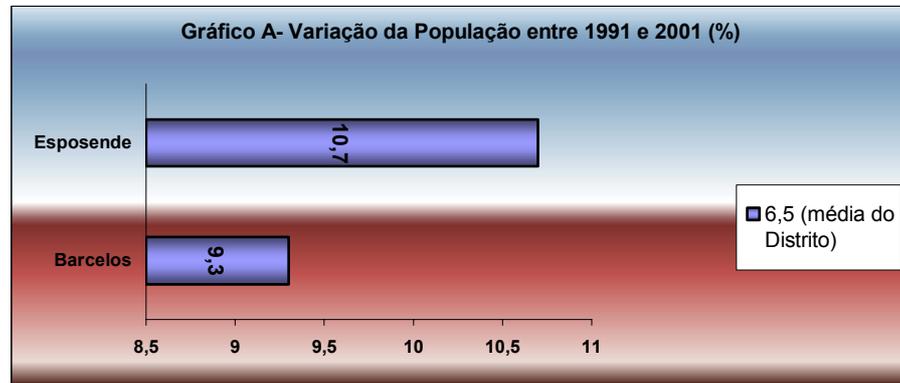
Segundo fonte do INE, numa área total de 2706 KM<sup>2</sup>, repartidas por 514 freguesias habitadas por um total de 831 366 pessoas, o Distrito de Braga corresponde a 1,3% da área da Região Norte, e 0,3% do Continente Português.

**Quadro NºI – População residente em 1991 e 2001, variação da população, densidade populacional, freguesias e área total.**

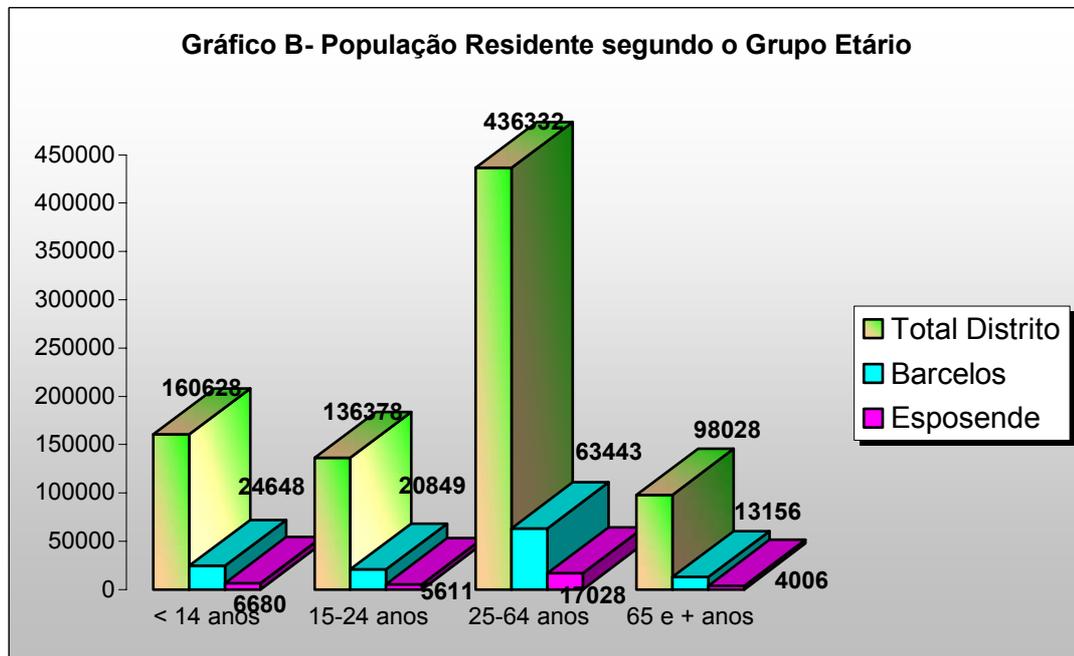
Concelhos	Área Total (Km <sup>2</sup> )	População Residente em 1991			População Residente em 2001			Variação População entre 1991 e 2001 (%)	Densidade Populacional (Hab /Km <sup>2</sup> )	Freguesias (Nº.)
		H	F	Total	H	F	Total			
Barcelos	378,9	54 085	57 648	111 733	59 340	62 756	122096	9,3	322,3	89
Esposende	95,4	14 314	15 787	30 101	16 020	17 305	33 325	10,7	349,3	15
Amares	82	8 072	8 643	16 715	9 012	9 509	18 521	10,8	226	24
Braga	183,2	67 912	73 344	141 256	78 954	85 238	164192	16,2	896,3	62
Cabeceiras de Basto	241,8	8 025	8 343	16 368	8 778	9 068	17 846	9	73,8	17
Celorico de Basto	181,1	10 412	11 065	21 477	9 914	10 552	20 466	- 4,7	113	22
Fafe	219,1	22 793	25 069	47 862	25 322	27 435	52 757	10,2	240,8	36
Guimarães	241,7	70 639	73 345	143 984	78 436	81 140	159 576	10,8	660,1	68
Póvoa de Lanhoso	132,5	10 176	11 340	21 516	11 054	11 718	22 772	5,8	171,8	29
Terras de Bouro	277,6	4 547	4 859	9 406	4 038	4 312	8 350	- 11,2	30,1	17
Vieira do Minho	218,5	7 810	7 965	15 775	7 285	7 439	14 724	- 6,7	67,4	21
Vila Nova de Famalicão	201,8	56 174	58 164	114 338	62 511	65 056	127 567	11,6	632,2	49
Vila Verde	228,7	20 896	23 160	44 056	22 519	24 060	46 579	5,7	203,7	58
Vizela	23,7	9 919	10 087	20 006	11 197	11 398	22 595	12,9	953,6	7
<b>Total do Distrito</b>	<b>2 696</b>	<b>365 774</b>	<b>388 815</b>	<b>754 593</b>	<b>404 380</b>	<b>426 986</b>	<b>831 366</b>	<b>6,5 (média)</b>	<b>352,9</b>	<b>514</b>

Fonte: INE, Censos 2001

O concelho de Barcelos num total de 122 096 residentes distribuídos pelas 89 freguesias num total de 378,9 KM<sup>2</sup> é o maior concelho do Distrito e do País e encontra-se, actualmente, no ranking dos municípios portugueses que registam um maior crescimento populacional em número de residentes. Como se pode ver no Quadro acima, entre 1991 e 2001, verificou-se um aumento de 10 363, o que representa uma variação de 9,3% (Gráfico A), onde 62 756 são Mulheres e 59 340 são Homens. O concelho barcelense abarca 14,69% do total da população do Distrito. Destes, 20,19% têm menos de 24 anos; 51,96% pertencem ao grupo etário dos 25 aos 64 anos e, 10,78% têm 65 e mais anos, o que revela uma estrutura da população relativamente jovem, em idade activa (ver Quadro NºAI em Anexo).



O concelho de Esposende, o mais litoral do distrito, tem um total de 33 325 residentes distribuídos pelas 15 freguesias do concelho, numa área total de 95,4 KM<sup>2</sup>. A população que conheceu uma variação média de 10,7 entre 1991 e 2001 (Gráfico A), divide-se em 17 305 Mulheres e 16 020 Homens, seguindo a tendência não só do Distrito, mas do Continente, e comporta por isso, 4% do total da população do Distrito. Destes, 20,05% têm menos de 24 anos, 51,09% pertencem ao grupo dos 25 a 64 anos, e 12,02% têm 65 e mais anos - ver Quadro N°AI em Anexo. Dados que revelam uma população jovem em idade activa, à semelhança do que acontece no distrito e à excepção dos concelhos de cariz mais rural (Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Póvoa de Lanhoso), onde se registam valores cuja faixa etária e respectiva população é mais envelhecida e com uma forte ligação ao mundo rural (ver Quadro N°AI em Anexo).



Quadro N° II – Freguesias de Esposende, Área e População em 2001

Freguesias	Área total /KM <sup>2</sup>	População em 2001	Densidade Populacional
------------	-----------------------------	-------------------	------------------------

Antas	6,97	2 163	+/- 310
Apúlia	10,91	4 323	+/- 396
Belinho	7,37	2 146	+/- 291
Curvos	3,45	831	+/- 241
Esposende	1,85	3 470	+/- 1876
Fão	6,04	2 843	+/- 471
Fonte Boa	5,74	1 298	+/- 226
Forjães	8,86	2 577	+/- 291
Gandra	5,55	1 254	+/- 226
Gemeses	5,51	1 115	+/- 202
Mar	2,54	1 381	+/- 544
Marinhas	11,72	5 677	+/- 484
Palmeira de Faro	6,36	2 161	+/- 340
Rio Tinto	4,41	676	+/- 153
Vila Chã	8,30	1 410	+/- 170
<b>TOTAL</b>	<b>95,18</b>	<b>33 325</b>	<b>+/- 350 (média)</b>

Fonte: Rede Social de Esposende, 2003.

Em relação ao Concelho de Esposende ressaltam as freguesias de Marinhas, Apúlia, Forjães como aquelas que têm maior área (5 677, 4 323, 2 577 respectivamente), enquanto que em relação ao Número de habitantes, surge a freguesia de Marinhas, Apúlia, Esposende (com 5 677, 4 323, 3 470 respectivamente).

Destaca-se o facto de a freguesia de Esposende, tendo a área mais pequena (1,85 KM<sup>2</sup>), é aquela que tem mais população por KM<sup>2</sup> (3 470), seguida da freguesia de Marinhas, que apesar de ter a maior superfície e também o número de habitantes, ocupa o segundo lugar em relação à Densidade populacional (484) - Quadro N<sup>o</sup>II.

Quadro N<sup>o</sup> III – Freguesias de Barcelos, Área e População em 2001

Freguesias	População	Área total /Hectare
Abade de Neiva	1 869	696
Aborim	971	390
Adães	739	251
Aguiar	574	245
Airó	946	381
Aldreu	855	358
Alheira	1 108	886
Alvelos	2 168	422
Alvito (S. Martinho)	379	120
Alvito (S. Pedro)	549	420
Arcozelo	13 375	373
Areias	1 092	276
Areias de Vilar	1 457	604
Balugães	863	298
Barcelinhos	1 899	256
Barcelos	5 213	120
Barqueiros	2 033	854
Bastuço (Santo Estêvão)	456	193
Bastuço (S. João)	694	181
Cambeses	1 346	341
Campo	992	250
Carapeços	2 186	500
Carreira	1 584	371
Carvalhal	1 614	306
Carvalhos	781	350
Chavão	733	200
Chorente	758	416
Cossourado	927	641
Courel	518	546
Couto	349	360
Creixomil	858	417
Cristelo	1 917	745

Durrães	785	290
Encourados	559	438
Faria	583	301
Feitos	534	525
Fonte Coberta	609	256
Fornelos	763	351
Fragoso	2 285	1 394
Galegos (Santa Maria)	3 081	319
Galegos (S. Martinho)	2 051	310
Gamil	838	346
Gilmonde	1 525	487
Góios	567	270
Grimancelos	861	325
Gual	417	205
Igreja Nova	445	190
Lama	1 330	365
Lijó	2 191	543
Macieira de Rates	1 967	756
Manhente	1 587	371
Mariz	428	241
Martim	2 411	484
Midões	457	276
Milhazes	984	306
Minhotães	883	335
Monte de Fralães	270	180
Moure	949	226
Negreiros	1 724	491
Oliveira	1 038	546
Palme	1 072	972
Panque	750	681
Paradela	853	901
Pedra Furada	466	210
Pereira	1 307	447
Perelhal	1 603	734
Pousa	2 290	613
Quintiães	693	601
Remelhe	1 410	518
Rio Covo (Santa Eugénia)	1 399	303
Rio Covo (Santa Eulália)	1 033	331
Roriz	2 152	691
Sequeade	804	246
Silva	998	220
Silveiros	1 108	461
Tamel (Santa Leocádia)	768	460
Tamel (São Pedro Fins)	551	265
Tamel (S. Veríssimo)	3 115	380
Tregosa	695	505
Ucha	1 359	439
Várzea	1 648	291
Viatodos	2 027	401
Vila Boa	1 640	181
Vila Cova	1 970	956
Vila Frescaíinha (São Martinho)	2 219	386
Vila Frescaíinha (S. Pedro)	1 655	316
Vila Seca	1 275	608
Vilar de Figos	651	376
Vilar do Monte	660	483
<b>TOTAL</b>	<b>122 096</b>	<b>378,90</b>

Fonte: [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt) acedido em 13/04/2005

Em relação ao concelho de Barcelos, o destaque vai para a freguesia de Arcozelo que tem maior número de habitantes (13 375), numa área pequena (373 hectare), o que significa que tem cerca de 36 habitantes por hectare. Já a freguesia de Barcelos, numa área ainda mais pequena (120hectare) com 5 213 habitantes, tem uma média de 43 habitantes por hectare, o que revela o

carácter mais urbano destas duas freguesias. Pelo contrário, a freguesia de Fragoso, Palme e Vila Cova são as que têm maior área (com 1 394, 972 e 956 hectares respectivamente), tendo em média 1,6 habitantes, 1,1 habitantes e 2,1 habitantes por hectare (respectivamente), realçando o carácter mais rural destas freguesias, que se situam geograficamente no interior do concelho (como se pode ver no mapa acima), não muito perto dos centros mais urbanos, daí a dispersão da população pela vasta área das freguesias (Quadro N° III).

## 2.2.2. - Indicadores Demográficos

Quadro N°VI- Indicadores Demográficos dos concelhos do Distrito

Concelhos	Indicadores							
	Taxa de Natalidade (Permilagem)	Taxa de Mortalidade (Permilagem)	Taxa Média Mortalidade Infantil em 2000 <sup>1</sup> (Permilagem)	Taxa de Nupcialidade (Permilagem)	Proporção Casamentos Católicos (%)	Taxa de Divórcio (Permilagem)	Índice de Envelhecimento (%)	Esperança Média de Vida à Nascimento <sup>1</sup> em 1998 (anos)
Amares	12,2	8,2	6,9	7,3	67,6	0,6	80,6	72,19
Barcelos	11,7	6,9	8,3	6,6	80,9	1,5	57,4	72,51
Braga	13,5	6,3	7,3	6,5	71,2	3,0	60,6	74,06
Cabeceiras de Basto	12,5	12,1	2,6	6,6	81,2	0,9	90,6	73,56
Celorico de Basto	11,3	11,3	9,9	7,0	83,7	1,0	96,7	72,83
Esposende	13,2	7,4	7,8	6,8	75,5	1,5	63,0	74,08
Fafe	11,6	8,6	9,4	6,7	78,5	2,5	75,0	73,17
Guimarães	11,3	6,5	7,5	6,3	83,0	1,9	56,6	73,66
Póvoa de Lanhoso	12,4	8,6	7,6	7,4	74,7	1,0	81,3	72,71
Terras de Bouro	8,9	14,9	11,2	6,1	70,0	0,6	132,3	71,94
Vieira do Minho	10,5	15,5	11,6	5,8	66,7	1,0	115,0	71,85
V. N. Famalicão	12,3	7,0	6,6	6,1	78,9	1,7	61,5	73,04
Vila Verde	12,9	8,7	7,2	7,3	75,4	0,7	77,8	73,51
Vizela	11,2	5,0	3,3	6,0	84,6	0,9	45,5	-----
<b>Distrito (Média)</b>	<b>11,8</b>	<b>9,1</b>	<b>7,7</b>	<b>6,6</b>	<b>76,6</b>	<b>1,3</b>	<b>78,1</b>	<b>73,06</b>
Portugal	11,0	10,2	5,5	5,4	62,5	2,7	105,5	72,3

A Taxa de Natalidade (N° de nados Vivos por 1000 Habitantes durante o ano – INE, Censos 2001) do distrito (11,8%) era superior à do Território Nacional (11%), segundo o Anuário Estatístico da Região Norte. A maior taxa ao nível dos concelhos, é em Barcelos (13,5%) e Esposende (13,2%), seguido de Vila Verde (12,9%) e Cabeceiras de Basto (12,5%). O concelho de Barcelos tem 11,7% e a Taxa mais baixa com 8,9% pertence a Terras de Bouro, o que evidencia o envelhecimento deste concelho (que possui um índice de envelhecimento mais elevado 132,3%, muito acima dos 78,1% dos Distrito, dos 97,4% do concelho de Barcelos e dos 63% do concelho de Esposende). Os concelhos com índice de Envelhecimento – relação entre o n° de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos – mais baixos são Vizela (45,5%) e Guimarães (56,6%). O principal factor natural responsável pelo envelhecimento demográfico das populações humanas, segundo Nazareth, foi o declínio da natalidade observado a partir dos anos 70. «*Uma das grandes certezas é que o envelhecimento*

A Taxa de Mortalidade – nº de óbitos por 1000 habitantes durante o ano – no distrito (9,1%) era, em 2002 mais baixa que a taxa em Portugal (10,2%). As mais baixas taxas pertencem aos concelhos de Vizela (5%) e Guimarães (6,5%), ao passo que as mais elevadas se concentram nos concelhos de Vieira do Minho (15,5%), Terras de Bouro (14,9%), Cabeceiras de Basto (12,1%) e Celorico de Basto (11,3%), onde se constata um envelhecimento da população, nestes concelhos de cariz mais rural. Os concelhos de Barcelos e Esposende correspondem a 6,9% e 7,4% respectivamente, abaixo da média do distrito. Pelo contrário, em relação à taxa de Mortalidade Infantil – nº de óbitos com menos de 1 ano por 1000 nados vivos ocorridos no mesmo período – em 2000, a média do distrito era de 7,7%, acima dos 5,5% do território nacional. As menores Taxas verificaram-se em Vizela (3,3%) e Cabeceiras de Basto (2,6%). Os concelhos de Esposende e Barcelos, com 7,8% e 8,3% respectivamente, têm valores acima da média do distrito, o que é grave.

A Taxa de Nupcialidade – nº de casamentos por 1000 habitantes – nos dois concelhos em estudo é acima da média do distrito (6,6%) e do território nacional (5,4%). Indicador do cariz religioso entre os dois concelhos, é a elevada percentagem de casamentos católicos, com 80,9% dos barcelenses celebram este tipo de casamento, ao passo que para os esposinenses a taxa é de 75,5%. No entanto, em ambos os casos, a Taxa de Divórcio é de 1,5%, acima dos 1,3% da média do distrito. Os concelhos de Amares e Terras de Bouro, com 0,6% cada, têm as taxas mais baixas de divórcio, ao passo que o concelho de Braga com 3% tem a taxa mais elevada não só do distrito mas também da média do território nacional.

## **2.3. - EDUCAÇÃO**

### **2.3.1. - Escolaridade da população residente e Taxa de Analfabetismo**

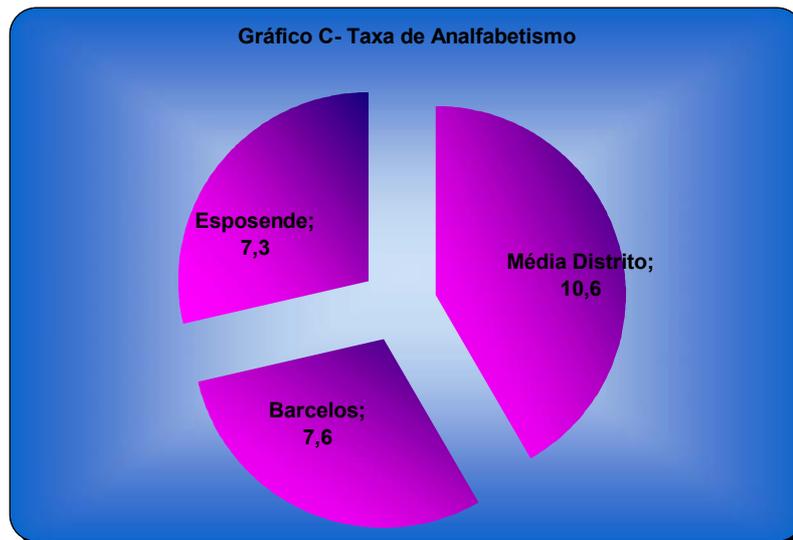
Num total de residentes do distrito (831 366), 36,7% têm apenas o 1º Ciclo do EB, 14,5% não têm qualquer nível de escolaridade, contra os 12,1% que possuem o Ensino Secundário e 7,3% que têm o Ensino Superior.

Concelhos	Níveis de Escolaridade							
	Nenhum	1ºCiclo E.B	2ºCiclo E.B	3ºCiclo E.B	Ens. Sec.	Ens. Médio	Ens. Sup.	Total
Amares	3 047	7 327	3 100	1 847	2 167	49	984	18 521
Barcelos	17 276	45 998	25 370	14 375	12 697	363	6 017	122 096
Braga	20 167	49 342	22 580	18 924	27 898	1 621	23 660	164 192
Cabeceiras de Basto	3 675	6 664	3 330	1 950	1 419	39	769	17 846
Celorico de Basto	4 440	8 080	3 552	1 981	1 593	44	776	20 466
Esposende	4 745	12 027	6 929	3 559	3 628	140	2 297	33 325
Fafe	8 260	20 539	10 447	5 525	4 916	150	2 920	52 757
Guimarães	21 968	61 912	26 962	18 789	19 406	666	9 873	159 576
Póvoa de Lanhoso	3 892	9 009	4 271	2 569	2 027	50	954	22 772
Terras de Bouro	1 634	3 471	1 419	852	685	18	271	8 350
Vieira do Minho	2 524	6 069	2 581	1 449	1 358	30	713	14 724
V.N. Famalicão	17 018	46 308	23 252	14 798	16 873	557	8 761	127 567
Vila Verde	8 234	18 722	8 510	4 922	4 103	129	1 959	46 579
Vizela	3 351	9 690	3 981	2 493	2 137	63	880	22 595
<b>Total - Distrito</b>	<b>120 231</b> <b>14,5%</b>	<b>305 158</b> <b>36,7%</b>	<b>146 284</b> <b>17,6%</b>	<b>94 033</b> <b>11,3%</b>	<b>100 907</b> <b>12,1%</b>	<b>3 919</b> <b>0,5%</b>	<b>60 834</b> <b>7,3%</b>	<b>831 366</b> <b>100%</b>

Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação ao concelho de Barcelos, 37,7% têm o 1º Ciclo EB, 20,8% com o 2º Ciclo EB, 14,2% não tem qualquer escolaridade, o que se reflecte nos 7,3% de Taxa de Analfabetismo (Gráfico N°C). A Taxa de Abandono escolar no Concelho é de 3%. Na faixa etária dos 25 e 45 anos ressalta o facto de 12,3% possuir o 2º Ciclo EB e 10,5% ter o 1º Ciclo EB, contra apenas 2,2% que têm o Ensino Superior. Em relação à faixa dos 45 e mais anos, 21% tem o 1º Ciclo EB e 5,5% não tem qualquer escolaridade, o que faz realçar o facto dos Barcelenses não terem escolaridades elevadas, apesar de seguir a tendência do Distrito - Quadro N° IV.

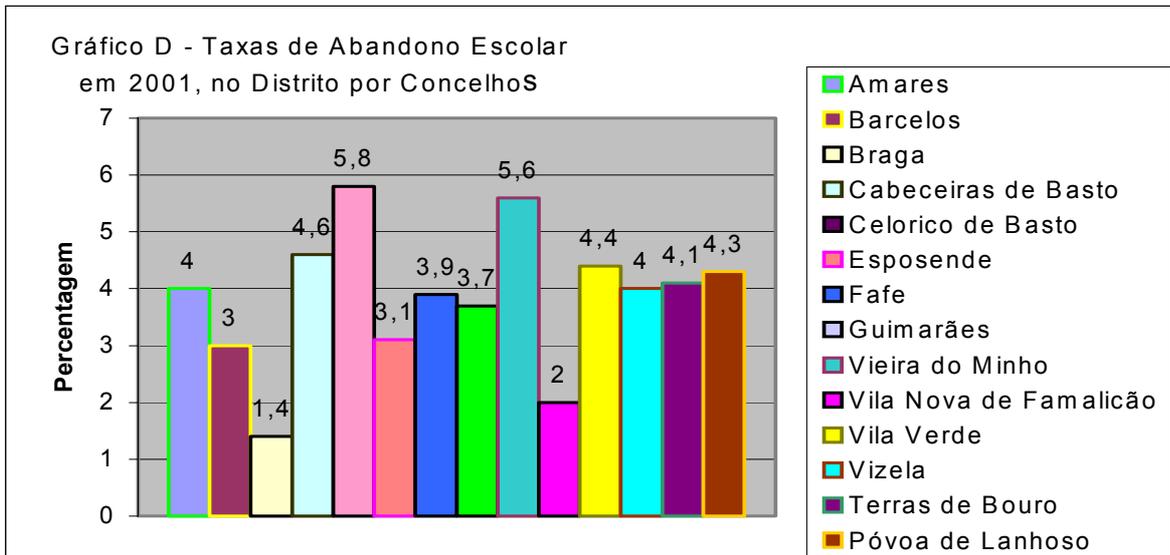
Quanto ao concelho de Esposende, 12 027 residentes têm o 1º Ciclo EB, 20,8% têm o 2º Ciclo EB e 10,9% com o Ensino Secundário. Na faixa etária dos 25 e 45 anos, destaca-se o 2º Ciclo EB com 12%, seguido do 1º Ciclo EB com 8,7%. O Ensino Superior foi completado por 4% da população residente, e na faixa etária dos 45 e mais anos a tendência é o 1ºCiclo EB, tal como acontecia no concelho de Barcelos, e em todo o Distrito de Braga – 36,7%. Destaca-se o facto do Concelho de Braga ter a maior percentagem de população com o Ensino Superior (14,4%), devido à existência de Universidades e Escolas Superiores, tal como acontece nos Concelhos de Vila Nova de Famalicão (6,9%) e Guimarães (6,2%). Destaca-se ainda o facto de Vieira do Minho, que apesar de ser um concelho de cariz mais rural, ter 4,8% da sua população residente com o Ensino Superior, quase tanto como no Concelho de Barcelos (4,9%).



A educação, formação e qualificação profissional são elementos essenciais à aquisição de qualificação e competências que permitem aceder a um estatuto sócio-económico mais resistente aos processos de empobrecimento e exclusão. Mas destacam-se os factores de ordem sócio-cultural susceptíveis de influenciarem a integração precoce dos jovens no mercado de trabalho, nomeadamente a falta de motivação e desvalorização da formação escolar e as baixas expectativas em relação ao êxito e progressão escolar das crianças e jovens.

### 2.3.2. -Taxa de Abandono Escolar

Em relação às Taxas de Abandono Escolar, segundo o Ministério da Educação, o distrito registava em 2001, uma Taxa de Abandono Escolar de 3,9%, ou seja, 4 indivíduos por cada 100 (com 10-15 anos) não tinham concluído o 3º Ciclo EB e não estavam a frequentar a escola. Entre os Concelhos a Taxa é variável: Celorico de Basto (5,8%), Vieira do Minho (5,6%), Cabeceiras de Basto (4,6%), Vila Verde (4,4%) e Póvoa de Lanhoso (4,3%) registam as maiores Taxas de Abandono Escolar. Ao passo que Braga (1,4%) e Vila Nova de Famalicão (2%) registavam as mais baixas. Esposende e Barcelos mantêm as Taxas intermédias com 3,1% e 3% respectivamente (Gráfico D).



O concelho de Barcelos tem uma das mais elevadas percentagens de Jovens que abandonam o Sistema de Ensino sem terem completado a Escolaridade Obrigatória. Segundo José Rocha, de Departamento de Serviços Pedagógicos da DREN em entrevista ao Jornal de Barcelos (25 de Maio de 2005) aquando do IV Seminário sobre o Desenvolvimento Psicológico e Contexto Escolar, realizado no Museu de Olaria em Barcelos, a principal causa do abandono ou da exclusão escolar são as retenções e o insucesso do sistema educativo. Barcelos está entre os cerca de 30 concelhos do país com piores resultados, onde existem as mais elevadas percentagens de jovens que não completaram o 9º ano. Diz José Rocha que em 2001, baseando-se nos dados do INE, 43,9% dos jovens barcelenses entre os 18 e os 24 anos tinham saído da escola sem terem concluído a escolaridade obrigatória. No concelho de Esposende, essa percentagem é de 39,3%, enquanto que a do concelho de Braga é de 20,9%. Diz ainda que «*cabe ao Estado garantir o acesso e o sucesso. A educação é um direito de cidadania*», daí falar «*não em abandono escolar, mas de Exclusão Escolar*».

A nível geral, Portugal apresenta graves problemas ao nível do Abandono Escolar e segundo a Comissão Europeia (Relatório sobre a Inclusão Social 2003), «*Portugal é o país da actual U.E. com a mais elevada Taxa de abandono Escolar dos Jovens: 45% dos jovens entre os 18 e 24 anos deixaram precocemente a escola e não seguem qualquer formação*». Nesta sequência, uma das Políticas do actual Governo é actuar na Formação Profissional de forma a atenuar esta tendência crescente do Abandono da escola por parte dos jovens, até porque essa situação terá repercussões ao nível do mercado de trabalho (trabalho precário, desqualificado e mal remunerado).

É importante partirmos das causas dos problemas para que o combate seja efectivo. É necessário que as famílias sejam mais conscientes e tenham maior interacção com as escolas, porque elas por si só, não bastam para combater o abandono. Quanto maior o envolvimento efectivo e afectivo dos pais, maior o sucesso dos alunos nas escolas. No entanto, o ensino, as

Contributos para um Diagnóstico das Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende

escolas, os professores, têm que ser flexíveis e mais activos para estimular os alunos de forma a atraí-los para o ensino e estarem abertas à comunidade, trabalhando em parceria com os vários organismos públicos, semi-públicos e privados, porque as crianças e jovens não são todos iguais e por isso , não devem ser tratados como se de um só se tratasse.

A família é então elemento fundamental para combater o insucesso e o abandono escolares. As respostas para os problemas identificados são encontrados no local, estudando as limitações, os recursos, as necessidades do contexto em que os problemas se inserem. Pois só assim, sabendo as particularidades do meio, e não partindo de pressupostos vagos, inadequados e descontextualizados, é que se poderá fazer um verdadeiro combate ao insucesso escolar, mas também, e principalmente, um combate activo e persistente ao abandono escolar. Porque, o insucesso leva ao abandono, que por sua vez, leva muitas vezes ao Trabalho Infantil. E é para evitar este ciclo que a acção em rede, envolvendo não só as escolas, mas autarquias, câmaras, IPSS, centros de saúde, hospitais, entre outros, e principalmente a sociedade civil, que a intervenção social deve começar o quanto antes. E para tal, é necessário dotar os técnicos com formações adequadas aos cargos que ocupam, dotá-los de conhecimento. É necessário um investimento técnico e pessoal para combater estas situações de insucesso e abandono que são fenómenos crescentes na nossa sociedade, dando continuidade aos projectos sociais, extremamente importantes para garantir a melhoria das condições das crianças que estão nestas condições e que são abrangidas por estes programas (Conclusões do Seminário “Insucesso e Abandono Escolar”, 16/06/2005, em Vila Nova de Famalicão).

## **2.4. - Trabalho Infantil**

Segundo fonte do Jornal de Notícias (12 de Junho de 2005), Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que em todo o mundo existem 250 milhões de crianças e jovens sem o direito de brincarem, entre os 5 e os 14 anos. Destes, só 2,5 milhões, segundo a mesma fonte, são explorados nos países desenvolvidos.

Portugal, segundo o Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de Fevereiro de 2005, é responsável pelo sofrimento de 47 mil crianças em idade escolar, que trabalham sobretudo nas indústrias têxtil e do calçado. Este segmento da economia continua a aproveitar o trabalho das crianças em detrimento dos seus tempos livres, do convívio e do estudo, e até mesmo, em alguns casos, da frequência escolar. Apesar de todas as políticas existentes promotoras da inclusão, a exploração persiste. Esta situação acontece porque temos factores estruturais de fundo que fazem com que esta situação se mantenha: uma economia que tem por base da competitividade os baixos custos de mão-de-obra; uma escola que não preenche a totalidade dos dias das crianças como mundo de vida e lugar de trabalho prazeroso e promotor

de saberes múltiplos; famílias que ainda vêm nas crianças sustentáculos da sobrevivência ou do consumo. A questão do Trabalho Infantil não pode ser separada de outros aspectos sociais como a Pobreza, a Desigualdade, a Exploração e as relações entre as classes. Um combate eficaz ao Trabalho Infantil passa, antes de mais, pelo ataque às suas causas. Efectivamente a génese da lei nessa matéria implica que se criem condições que evitem que as famílias e as crianças, por razões de sobrevivência e outras, recorram ao trabalho infantil como um mal menor. O Trabalho Infantil é assim, uma questão de Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz no Artigo 26, alínea 1 que *“toda a pessoa tem direito à Educação (...). O Ensino elementar é obrigatório (...).”* Muitas crianças e suas famílias vêm a escola como um espaço sem condições para lhes abris horizontes, melhorar as capacidades individuais e o desencanto, conduz ao abandono extemporâneo. Para que a educação básica desincentive o Trabalho Infantil, as famílias mais pobres devem ser apoiadas com recursos financeiros específicos, pois quanto menor o nível de vida familiar, mais curta é a duração da escolarização. Para Jorge Sampaio, em mensagem dirigida ao Presidente da OIT, por ocasião da reunião anual de Junho de 2004, *“terminar com a Exploração do Trabalho Infantil obriga a reafirmar o direito de todas as crianças do mundo a uma infância digna e saudável, de que seja banida a escravidão, a servidão e a exploração sexual, económica e social (...).”* ( [www.cnasti.pt](http://www.cnasti.pt) acedido em 04/06/2005).

A região do Vale do Ave é parecida com outras regiões de Portugal, onde crianças trabalham lado a lado de adultos. Nesta região, as crianças trabalham depois das aulas, abandonam a escola cedo e tornam-se adultos antes do tempo. De geração em geração transmite-se a crença que o trabalho é o valor máximo. Nesta zona do país, a indústria do calçado e do Têxtil dominam grande parte da economia, revelando-se um terreno propício para o Trabalho Infantil. Mas o problema surge, segundo informações recolhidas no endereço electrónico da Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti), do isolamento geográfico, social, cultural e educacional. Seja no Norte, em Lisboa ou em Aveiro, regiões onde ocorrem a maioria dos casos de Trabalho Infantil, o contexto não varia muito: a família é pobre, há necessidade de mais uma entrada fixa de dinheiro ou então trata-se de um jovem em risco de desinserção que convém pôr a trabalhar, mantendo-o desta forma, afastado dos perigos da rua.

Segundo o Correio do Minho, do dia 1 de Junho de 2005, o Trabalho Infantil no distrito de Braga continua a ser uma realidade preocupante. Segundo Adão Mendes (da União de Sindicatos de Braga) em entrevista ao jornal referido, *«existem crianças que são o único sustento da família e apesar das situações estarem sinalizadas, a inspecção do trabalho não tem meios para actuar»*. No dia Mundial da Criança, Adão Mendes diz mesmo que *«enquanto milhares de crianças saíram hoje à rua no distrito para de divertir... dezenas estão a trabalhar»*.

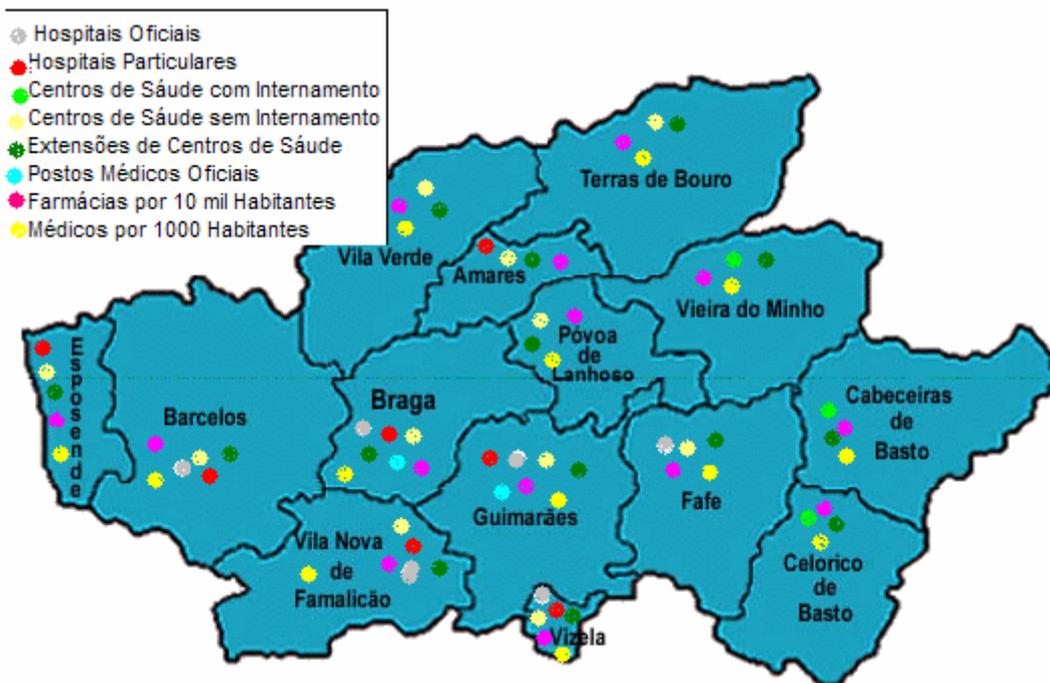
## 2.5. - SAÚDE

### 2.5.1. - Infra-estruturas, Pessoal Médico, e Principais Patologias

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), «a Saúde é um estado de completo bem-estar, físico, psíquico e social, e não apenas a simples debilidade ou ausência de doença», mas todos os aspectos relacionados directamente com as afecções físicas e psicológicas como as dimensões sociais e ambientais (CABRAL (coord); et al:2002).

Ao nível da Saúde (Figura N°4), o distrito de Braga comporta as infra-estruturas básicas a este nível.

Fig.4 – Mapa do Distrito, segundo o Sistema de Saúde



O concelho de Barcelos com um Hospital oficial e dois particulares, tem dois centros de saúde sem internamento, dezoito extensões de centros de saúde espalhados pelas 89 freguesias, tem cerca de duas farmácias por cada dez mil habitantes e um (0,8) médico por cada mil habitantes.

Já o concelho de Esposende tem dois hospitais particulares e um centro de saúde sem internamento, quatro extensões de saúde para dar cobertura aos 33 325 habitantes, conta com duas farmácias por cada dez mil habitantes e cerca de dois médicos (1,7) por mil habitantes.

Destaca-se o facto dos concelhos de cariz mais rural (Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Verde, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) não terem Hospital e possuírem apenas centros de saúde sem internamento e as extensões de saúde, assim como também contam

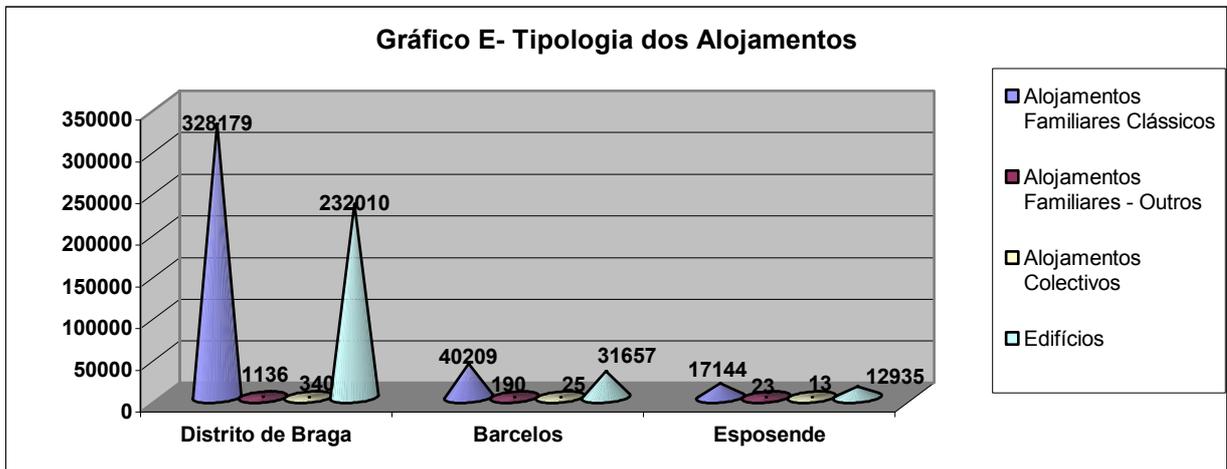
Contributos para um Diagnóstico das Entidades Particulares Não Lucrativas de Solidariedade Social nos Concelhos de Barcelos e Esposende  
apenas com um médico para mais de mil habitantes devido à escassez destes profissionais de saúde nestas zonas de cariz mais rural, tal como se pode verificar no Quadro N° AIII em Anexo.

Tendo em conta a dimensão dos casos de HIV/SIDA no nosso país, importa dar alguma atenção ao que se passa em relação ao distrito e em particular no concelho de Barcelos. Entre o momento de contágio com o vírus e a manifestação dos primeiros sintomas medeia um espaço de tempo que pode atingir alguns anos. Durante esse período, a pessoa infectada pode, sem o saber, contaminar um sem número de outras, o que torna esta doença dramática. Segundo dados recolhidos do Jornal barcelense “A Voz do Minho” do dia 8 de Dezembro de 2004, em Portugal até 31 de Agosto de 2004 foram notificados 25 164 casos de SIDA. No concelho de Barcelos, segundo a mesma fonte, estão referenciados cerca de 100 casos. No distrito, em 2004, o número pessoas infectadas era já de 640, das quais 132 já haveriam falecido. A doença alastra silenciosamente, apesar de todas as campanhas de prevenção e informação existentes. Só na região de Braga, igualmente dramático é o facto de 73% dos infectados terem entre os 20 e os 40 anos. Portugal é o país, de entre os países europeus, que apresenta maior prevalência desta doença, e é também onde os jovens são os grupos mais vulneráveis. Para Carlos Moreira, ex- Coordenador da Sub-Região de Saúde de Braga, a propósito do Dia Mundial Contra a SIDA, *«é grande a mancha de ignorância que persiste na sociedade portuguesa acerca das formas de transmissão e da forma de nos protegermos»*. Diz ainda que a estratégia preventiva *«deve começar em casa, com os pais, que são os principais responsáveis pela educação dos seus filhos»*. Moreira refere mesmo que *«o nosso país, constitui devido aos comportamentos de risco, multiplicidade de parceiros sexuais, e à fraca adesão ao uso do preservativo um terreno fértil para a propagação do vírus»*. Daí que se deve apostar na prevenção primária como método para impedir a contaminação.

## 2.6. - HABITAÇÃO

### 2.6.1. - Tipologia dos Alojamentos

À semelhança do que acontece no distrito, nos dois concelho objecto de análise, ao nível da habitação, predominam os alojamentos familiares clássicos e os edifícios, tal como se pode verificar no Gráfico E.



Devido às características de famílias clássicas que os concelhos têm (34 435 e 9 449 respectivamente) e por terem um cariz mais urbano, os edifícios são em número elevado nos dois casos. A tipologia identificada é ocupada como residência habitual (89,7% no caso de Barcelos e 58,6% para Esposende) ou de uso sazonal (12,9% em Barcelos e 26% em Esposende – até porque este último é uma zona turística) -ver Quadro N°AIV em Anexo.

Estas habitações estão equipadas com as instalações básicas necessárias, tanto no concelho de Barcelos como no de Esposende: electricidade (33 887 e 9 372 respectivamente), água canalizada (33 310 e 9 295 respectivamente), sistema de aquecimento (25 929 e 7 190 respectivamente), com retrete (31 991 e 8 592 respectivamente). Em relação às instalações sanitárias, Barcelos tem um total de 8 756 habitações com ligação à rede pública de esgotos, e 22 623 com um sistema particular de ligação aos esgotos. Por sua vez, Esposende tem uma ligação à rede pública de esgotos de 2 565 alojamentos, e 5 900 com ligação a sistema particular de esgotos (ver Quadro N°AVI em Anexo). Quanto às habitações sem as condições mínimas de habitabilidade, Barcelos é o concelho do distrito com maior número de alojamentos sem electricidade, assim como também é dos distritos com maior número de alojamentos sem sistema de aquecimento, instalações de banho ou duche e sem retrete, revelando desta forma, a precariedade de alguns alojamentos existentes nos concelhos. Relativamente a Esposende, pertence ao grupo de concelhos em que os valores destas instalações referidas são mais baixos (ver Quadro N° AVI em Anexo).

## 2.7. - EMPREGO

### 2.7.1. - População Empregada e População Activa

De acordo com os Censos 2001, o distrito de Braga possui uma população economicamente activa (414 384) dos quais, 94,36% se encontravam empregados, e 5,6% em situação de desemprego. O que faz com que a Taxa de Actividade (Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população – definição do INE) no distrito fosse de 49,8% - Quadro N° V. Mas à semelhança do que acontece na região Norte e no país, a população activa está na faixa etária dos 25 a 44 anos, tal como nos concelhos de Barcelos e Esposende, onde o sexo masculino surge em maior número, apesar de não serem grandes as diferenças entre os dois sexos (ver Quadro N° AVIII em Anexo).

**Quadro N° V – População Activa, Empregada e Taxa de Actividade.**

Concelhos	População Economicamente Activa (M+F)	População Economicamente Activa e Empregada (M+F)	Taxa de Actividade (M+F)
Amares	7 962	7 419	43
Barcelos	61 565	58 934	50,4
Braga	85 194	79 298	51,9
Cabeceiras de Basto	6 946	6 603	38,9
Celorico de basto	8 059	7 528	39,4
Esposende	16 324	15 531	49
Fafe	25 045	23 414	47,5
Guimarães	85 832	81 304	53,8
Póvoa de Lanhoso	9 769	9 327	42,9
Terras de Bouro	2 988	2 651	35,8
Vieira do Minho	5 353	4 858	36,4
V.N. Famalicão	67 577	64 043	53
Vila Verde	19 410	18 357	41,7
Vizela	12 360	11 752	54,7
<b>Total - Distrito</b>	<b>414 384</b>	<b>391 019</b>	<b>49,8</b>

Fonte: INE, Censos 2001.

Dos 391 019 indivíduos empregados no distrito, 56,4% estão no sector secundário e apenas 3,5% no sector primário. No concelho de Barcelos, dos 58 934 indivíduos empregados, 63,8% estão no sector secundário, 31,3% no sector terciário e 4,9% no sector primário. Relativamente ao concelho de Esposende, 52,9% do total da população empregada (15 531), estão no sector secundário, 39% no terciário e 8,1% no sector primário, o que revela que nestes dois concelhos existe uma forte ligação ao sector agrícola, e no caso de Esposende, acrescenta-se a actividade ligada à pesca. De acordo com os dados da Rede Social de Esposende, tanto a Agricultura como a Pesca são muito importantes para o rendimento das famílias e têm igualmente um papel relevante para o desenvolvimento económico da região. O turismo é uma actividade importante para este concelho litoral, mas *«sustentado pelas actividades da agricultura e da pesca ou actividades a ele ligadas, como o caso da pesca da Lampreia, que estimula o desenvolvimento da gastronomia local»*. A Agricultura é uma actividade complementar e fonte directa ou indirecta de rendimento para as famílias de Esposende que a praticam. A maioria das explorações (1 274)

é por conta própria. Quanto à pesca, *«80 famílias de Esposende, 60 da Apúlia e 12 de Fão são totalmente dependentes da pesca para a sua sobrevivência»* (Rede Social de Esposende).

Em relação aos restantes concelhos, destaque para Celorico de Basto (15,4%), Terras de Bouro (14,5%) e Cabeceiras de Basto (12,6%), concelhos rurais com elevados índices de população empregada no sector primário; os concelhos de Vizela (74,7%), Guimarães (64,8%) e Vila Nova de Famalicão (63,3%) com destaque no sector secundário; e no sector terciário, evidenciam-se os concelhos de Braga (59,3%), Terras de Bouro (52,1%), Vieira do Minho (46,4%) e Amares (46%) - Quadro N° VI.

**Quadro N° VI – Sectores de Actividade dos Concelhos**

Área Geográfica	Sectores de Actividade						Total	
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Amares	568	7,7	3 433	46,3	3 418	46	7 419	100
Barcelos	2 867	4,9	37 594	63,8	18 473	31,3	58 934	100
Braga	893	1,1	31 374	39,6	47 031	59,3	79 298	100
Cabeceiras de Basto	829	12,6	2 918	44,2	2 856	43,2	6 603	100
Celorico de Basto	1 161	15,4	3 529	46,9	2 838	37,7	7 528	100
Esposende	1 266	8,1	8 215	52,9	6 050	39	15 531	100
Fafe	902	3,8	14 092	60,2	8 420	36	23 414	100
Guimarães	1 260	1,5	52 685	64,8	27 359	33,7	81 304	100
Póvoa de Lanhoso	540	5,8	5 224	56	3 563	38,2	9 327	100
Terras de Bouro	394	14,9	876	33	1 381	52,1	2 651	100
Vieira do Minho	374	7,7	2 228	45,9	2 256	46,4	4 858	100
V.N. Famalicão	953	1,5	40 545	63,3	22 545	35,2	64 043	100
Vila Verde	1 346	7,3	9 241	50,4	7 770	42,3	18 357	100
Vizela	141	1,2	8 742	74,4	2 869	24,4	11 752	100
Total (Distrito Braga)	13 494	3,5	220 696	56,4	156 829	40,1	391 019	100
Norte	78 726	4,8	758 079	45,7	819 298	49,5	1 656 103	100
Portugal	231 646	5	1 632 638	35	2 786 663	60	4 650 947	100

## 2.7.2. - População Desempregada

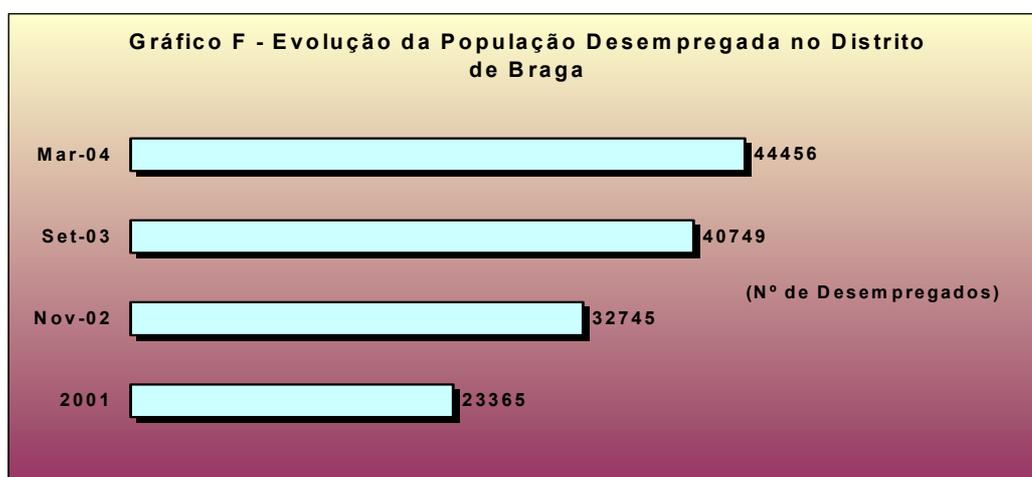
Num total de 23 365 desempregados no distrito, 82,2% estão à procura de um novo emprego e 17,8% procuram o 1º emprego - Quadro N° VII. Em Março de 2004, o número de desempregados no distrito era já de 44 456, o que equivale a um crescimento de 21 091 desempregados desde 2001 (Gráfico F).

**Quadro N° VII - População Desempregada e Taxa de Desemprego**

Concelhos	População Desempregada (M + F)	Taxa de
-----------	--------------------------------	---------

	A procura de 1º emprego	A procura de novo emprego	Total	Desemprego (%)
Amares	106	437	543	6,8
Barcelos	454	2 177	2 631	4,3
Braga	1 172	4 724	5 896	6,9
Cabeceiras de Basto	84	259	343	4,9
Celorico de Basto	172	359	531	6,6
Esposende	168	625	793	4,9
Fafe	269	1 362	1 631	6,5
Guimarães	633	3 895	4 528	5,3
Póvoa de Lanhoso	101	341	442	4,5
Terras de Bouro	74	263	337	11,3
Vieira do Minho	131	364	495	9,2
V. N. de Famalicão	468	3 066	3 534	5,2
Vila Verde	261	792	1 053	5,4
Vizela	62	546	608	4,9
<b>Total - Distrito</b>	<b>4 155</b>	<b>19 210</b>	<b>23 365</b>	<b>6,2</b>

Fonte: INE, Censos 2001

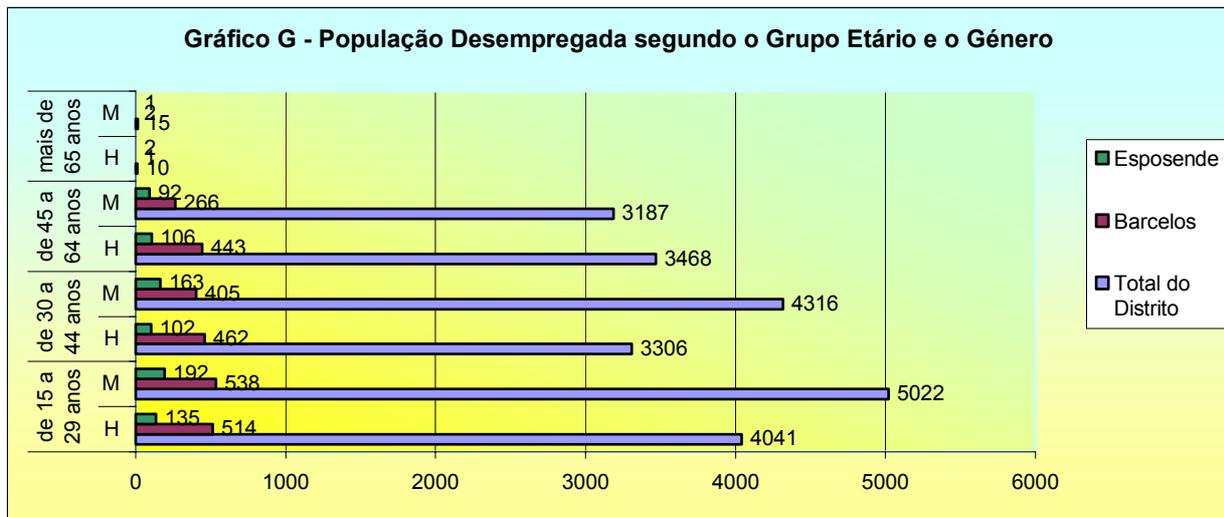


Barcelos totaliza 2 631 desempregados, o que representa 11,3% da população desempregada do distrito de Braga. Daqueles, 454 procuram o 1º emprego e 2 177 pessoas aspiram por um novo emprego. Neste concelho, a Taxa de Desemprego em 2001, é de 4,3% (Taxa mais baixa ao nível do Distrito), como se pode ver no Quadro Nº VII.

Segundo Manuel Sousa do Sindicato Têxtil de Barcelos em entrevista ao Jornal Barcelos Popular (14 de Abril de 2005, página 8), «só nos últimos seis meses houve um aumento de 600 desempregados», número que a ACIB (Associação Comercial e Industrial de Barcelos) e o Centro de Emprego de Barcelos confirmam. Segundo este último, no primeiro trimestre de 2005, «o número de desempregados em Barcelos cresceu a uma média de 40, e em Março estavam já registados à volta de 4 500 desempregados, e só no mês de Abril, esse número foi acrescido de mais 320». São números que preocupam e levam Manuel Sousa a afirmar que «há sinais de fome» no concelho. Os Sindicatos alertam para o aumento da criminalidade, das tensões sociais e do abandono escolar que resultam da falta de emprego.

Em relação às idades e género, os desempregados barcelenses estão maioritariamente na faixa dos 15 a 29 anos com incidência para o sexo feminino, seguido da faixa dos 30 a 44 anos, onde

os homens estão em maior número - Gráfico G, fugindo à tendência do sexo feminino da maioria dos restantes concelhos (ver Quadro N° AIX em Anexo).



Quanto ao concelho de Esposende «o desemprego, as dificuldades e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, a não articulação entre a procura e a oferta de emprego, a baixa qualificação da população desempregada, as dificuldades de mobilidade entre as freguesias são alguns dos problemas com que se debate o mercado de trabalho local», dos 793 desempregados, 78,8% procuram novo emprego, enquanto que 21,2% estão à procura do 1º emprego. Neste concelho a Taxa de Desemprego é de 4,9%, à semelhança do que acontece nos concelhos de Vizela e Cabeceiras de Basto, como se verifica no Quadro N° VII.

A população desempregada neste concelho, maior incidência na população feminina na maioria das freguesias do concelho (Rede Social de Esposende), atingindo sobretudo os grupos entre os 15 e os 44 anos - Gráfico G. O aumento da actividade feminina implica, segundo o documento da Rede Social, «a necessidade de continuar a desenvolver os equipamentos sociais de apoio à família».

### 2.7.3. - Desemprego de Longa Duração

O Desemprego de Longa Duração corresponde a um conjunto de indivíduos que não têm qualquer trabalho ou actividade remunerada há 12 meses ou mais, que no distrito de Braga equivale a 6 419 indivíduos, logo um Taxa de Desemprego de Longa Duração (TDL) de 27,5% em relação ao desemprego total (ver Quadro N° AX em Anexo)

**Quadro N° VIII - População Desempregada há 12 meses ou mais e Taxa de Desemprego de Longa Duração, segundo o Género.**

Concelhos	População Desempregada há 12 meses ou mais		Taxas de Desemprego de Longa Duração (em relação ao desemprego total)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino

Amare	39	70	18,6	21
Barcelos	364	282	25,6	23,3
Braga	703	955	28,2	28
Cabeceiras de Basto	21	60	13,3	32,4
Celorico de Basto	42	112	20,9	33,9
Esposende	82	90	23,8	20
Fafe	257	252	30,5	31,9
Guimarães	688	720	30,7	31,5
Póvoa de Lanhoso	38	51	19,8	20,4
Terras de Bouro	33	47	26,4	22,2
Vieira do Minho	26	59	14,1	19
V.N. de Famalicão	492	497	29,9	26,3
Vila Verde	123	131	26,5	22,1
Vizela	101	84	33,1	27,7
Distrito Braga	3 009	3 410	27,8	27,2

Fonte: INE, Censos 2001

O crescimento do desemprego de longa duração associado à existência de vínculos contratuais precários aliados ao emprego sazonal que tornam as pessoas mais vulneráveis à situação de desemprego acompanha a instabilidade económica que se vive no país e que acabam por afectar o tecido económico empresarial das regiões, neste caso, os concelhos em análise.

O concelho de Barcelos com 646 desempregados de longa duração, dos quais 364 são homens e 282 mulheres (Quadro N°XVI), tem uma Taxa de desemprego longa duração de 24,6% (ver Quadro N°AIX em Anexo).

Já o concelho de Esposende, com 172 desempregados nesta condição, 90 são mulheres e 82 são homens, o que equivale a ter uma Taxa de desemprego de longa duração de 21,7% (das mais baixas ao nível do distrito, depois de Vieira do Minho com 17,2%, Amare com 20% e Póvoa de Lanhoso com 20,1% - ver Quadro N° AX em Anexo).

São vários os programas do IEFP para combater a crescente onda de desemprego, de forma a qualificar os recursos e encaminhá-los para os Estágios Profissionais, Cursos de Formação, Incentivo à criação do Próprio emprego, bem como tem também uma base de dados actualizada com as ofertas disponíveis no mercado para os vários ramos.

## 2.8. - Protecção Social

### 2.8.1. - Valências e Público-Alvo no Distrito de Braga

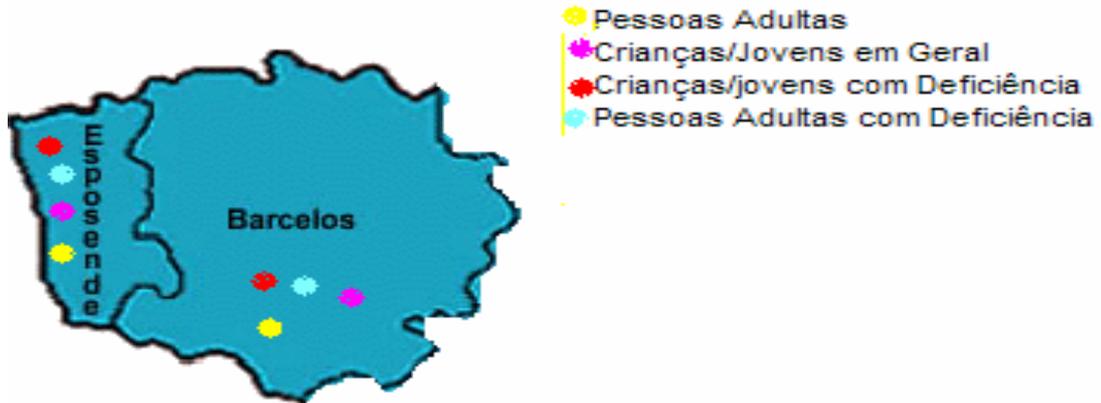
Segundo a Carta Social (Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) – Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP), *Carta Social* – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2001, p.4), em 2001, em Portugal, 72% das Instituições de Solidariedade Social eram de carácter não lucrativo, representando as IPSS cerca de 71% deste universo. Segundo a mesma fonte, Braga constitui o terceiro distrito, a seguir a Setúbal e Porto, onde se criaram mais respostas sociais (78 – listagem do CDSS de Braga, com acordos de Cooperação, em Dezembro de 2000), em 2001, mas também é o distrito onde se verificou o maior número de encerramentos de respostas /valências (16). Os principais motivos para o encerramento, segundo a carta social, foram a ausência de Licenciamento ou de Alvará de funcionamento, as deficientes condições de Higiene e Segurança, e inadequação das Instalações.

Num total de 756 respostas sociais no distrito de Braga, a maioria destinam-se às Crianças e Jovens em geral (52%) e aos Idosos (36%), onde se destacam as Valências de Actividades e Ocupação de Tempos livres (ATL) com 22%, Apoio Domiciliário (16,7%), Jardim-de-infância (14,9%) e Creche (13,9%). Destaca-se o facto de em Dezembro de 2000, à excepção de Amares, Celorico de Basto, Vizela, Terras de Bouro e Vieira do Minho, todos os concelhos registavam respostas sociais dirigidas a adultos e /ou crianças/jovens com deficiência.

Em relação às Novas Formas de Pobreza (sem-abrigo, toxicodependentes e portadores de HIV/SIDA), as respostas correspondem a 3,2% do total de respostas sociais do Distrito, destacando-se as valências de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro de Acolhimento e Triagem, Apartamento de Reinserção, Equipa de Apoio Social directo, Centro de Dia, Unidade Residencial e Apoio Domiciliário (ver Quadro N° AXI em Anexo).

### **2.8.2. - Valências e Público-Alvo nos Concelhos em Análise**

**Fig.5** - Concelho de Barcelos e Esposende : Público-Alvo



Olhando para os dois concelhos em análise neste trabalho, verifica-se que seguem a tendência do distrito, respondendo em maior número a Crianças/ Jovens em Geral com 60,3% em Barcelos (destacando-se as valências de ATL, Creche, jardim e Creche Familiar) e 60,9% em Esposende (com destaque para as Valências de Creche, Jardim, ATL e Colónia de Férias). Seguem-se as respostas para os Idosos, que têm um peso na intervenção de 31,5% em Barcelos e 32,6% em Esposende. Das Valências em Barcelos, destacam-se o Apoio Domiciliário, o Centro de Dia, o Lar de Idosos e Centro de Convívio. Em relação ao concelho de Esposende, às Valências referidas para Barcelos, acrescenta-se apenas a Colónia de Férias para Idosos.

Em relação às Crianças/ Jovens com Deficiência, há uma diferença entre os dois concelhos, já que existem em Barcelos quatro valências que respondem às necessidades deste público (mas também é onde existe maior número de pessoas portadores de deficiência) – Apoio Ambulatório, Intervenção Precoce e Lar de Jovens (CAC) – ao passo que em Esposende existe apenas uma valência (Centro Sócio-Educacional). Quanto às pessoas adultas com deficiência, ambos referem ter como valência o CAO (Centro de Actividades Ocupacionais), Barcelos acresce de um lar de Jovens – CAC, e Esposende refere ter uma Colónia de Férias para Deficientes.

Em geral, os dois concelhos, em relação ao número total no distrito, possuem 15,3% das valências para os Públicos identificados, o que equivale a 9,7% no concelho de Barcelos e 5,7% no concelho de Esposende (ver Quadros N° AXII e N° AXIII em Anexo).

### 2.8.3. - Beneficiários do RSI em relação à População Residente

Quadro N° IX - População Residente e Beneficiários do RSI em 2003

	População residente	Beneficiários do RSI em 2003	
		V.A.	%
Amares	18 820	638	3,4
Barcelos	122 508	1 484	1,2
Braga	166 803	2 881	1,7
Cabeceiras de Basto	17 760	1 081	6,1
Celorico de Basto	20 229	2 165	10,7
Esposende	33 863	503	1,5
Fafe	52 976	1 776	3,4
Guimarães	160 190	3 026	1,9
Póvoa de Lanhoso	23 080	652	2,8
Terras de Bouro	8 127	477	5,9
Vieira do Minho	14 525	498	3,4
Vila Nova de Famalicão	128 967	2 441	1,9
Vila Verde	47 125	1 744	3,7
Vizela	22 894	X	X

Fonte: INE, Censos 2001.

X – Valor Desconhecido

Ao nível da Protecção Social, será igualmente importante referir o número de população residente que beneficia do Rendimento Social de Inserção (RSI). No Quadro N° IX pode verificar-se que os concelhos de Barcelos (1,2%) e de Esposende (1,5%) são os concelhos que possuem os valores mais baixos em relação aos beneficiários deste Rendimento, ao passo que Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Terras de Bouro (com 6,1%, 10,7% e 5,9% respectivamente) são que têm os valores mais elevados. Ainda de destacar o facto de Terras de Bouro ter o menor número de pessoas residentes (8 127), mas uma das que tem mais beneficiários, o que revela a característica mais rural do Concelho, e o conseqüente envelhecimento da população. Para Ferreira *et al* (2002), esta prestação garante um novo direito de cidadania, que «*funciona como rede de segurança para as pessoas incapacitadas de obter de forma autónoma um nível de rendimento*».

## 2.9. - Tecido Económico

### 2.9.1. - Sectores de Actividade Empresarial e pessoal ao Serviço

Segundo o Anuário Estatístico das Região Norte de 2003, a estrutura do tecido produtivo do distrito é marcado pelos sectores Terciário (Comércio e Serviços) – 73,2% das empresas, e Secundário (Indústria) – 21,7% das empresas.

Ao nível dos sectores, é claramente dominado pelo Comércio Grosso e a retalho (35%), pela Indústria (21,5%) e pelo sector da Construção (14%). Com alguma representatividade são ainda os Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (6,2%) e os sectores da Agricultura, Produção animal, Caça, Silvicultura e Pescas (5%) – Quadro N.º X.

Quadro N° X – Tecido Económico e empresarial

	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
	N.º											
Portugal	1 085 004	85 789	1 896	113 446	393	184 735	374 014	95 826	32 032	36 932	105 964	53 977
Norte	334 916	20 058	660	52 607	146	48 949	120 066	28 845	8 532	11 401	28 201	15 451

Distrito Braga	69 317	3 522	152	14 915	45	9 746	24 260	6 147	1 312	2 014	4 323	2 881
Amares	1 455	122	9	146	-	331	440	201	40	34	71	61
Barcelos	10 966	1 024	15	3 692	5	1 199	3 319	609	150	234	416	303
Braga	13 603	262	53	1 656	5	1 845	5 316	1 366	199	654	1 521	726
Cabeceiras de Basto	1 333	132	3	125	1	300	430	155	70	26	44	47
Celorico de Basto	1 321	124	1	141	1	305	445	120	64	16	54	50
Esposende	2 972	402	21	487	4	525	883	289	39	55	150	117
Fafe	4 818	126	1	1 340	4	865	1 545	355	117	88	197	180
Guimarães	12 982	288	17	3 384	14	1 272	4 890	1 163	175	402	786	591
Póvoa de Lanhoso	1 803	124	7	362	-	377	557	164	52	30	72	58
Terras de Bouro	559	58	1	31	-	81	163	160	21	10	12	22
Vieira do Minho	1 005	83	-	81	-	221	332	152	31	23	40	42
V. N. de Famalicão	10 712	486	5	2 364	10	1 265	3 932	886	222	330	737	475
Vila Verde	3 634	256	17	533	-	876	1 238	293	96	71	143	111
Vizela	2 154	35	2	573	1	284	770	234	36	41	80	98

**Legenda** (Segundo Nomenclaturas/ INE):

**Classificação das Actividades Económicas – CAE-Rev.2**

**Secções**

Secção A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

Secção B – Pesca

Secção C – Indústrias Extractivas

Secção D – Indústrias Transformadoras

Secção E – Produção e Distribuição de Electricidade

Secção F – Construção

Secção G – Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

Secção H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

Secção I – Transportes, Armazenagem e Comunicações

Secção J – Actividades Financeiras

Secção K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

Secção L – Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória

Secção M – Educação

Secção N – Saúde e Acção Social

Secção O – Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

Secção P – Famílias com Empregados Domésticos

Secção Q – Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

Relativamente aos concelhos existem algumas diferenças. Aqueles que pertencem à NUTS III Ave (Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela) aparecem como a região ligeiramente mais industrializada (48,3%), comparativamente à NUTS III Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde), que reúne 47,9% das empresas sediadas no distrito. Em relação à NUTS III Tâmega (Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto), concentram muito pouco do tecido empresarial do distrito (AMORIM: 2004).

Barcelos apresenta uma reduzida dependência face a outros concelhos para efeitos de trabalho, e segundo fontes do INE, 85% da população activa barcelense vive e trabalha no concelho, estando aliado ao facto do sector empresarial estar presente no concelho, com forte especialização no sector Têxtil e Vestuário. Destaca-se ainda que metade das empresas de todo o Vale do Cávado se encontram sediadas em Barcelos, e é neste concelho que, a nível nacional, é empregue mais população na indústria Transformadora. No entanto, nota-se ainda a presença do sector agrícola e de um sector terciário em expansão ([www.online.bcl.pt](http://www.online.bcl.pt), acedidos em 04/01/2005).

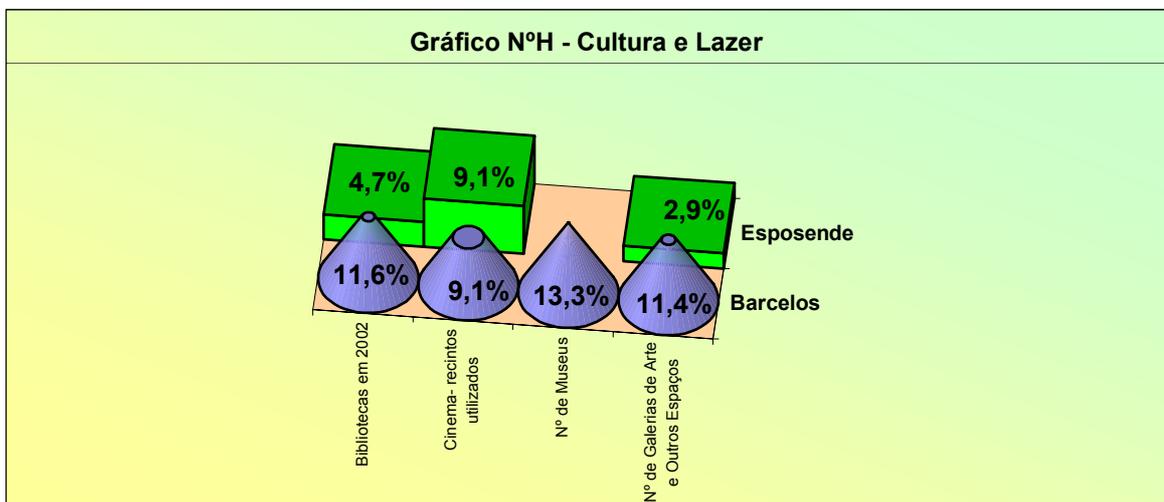
No concelho de Esposende há uma mobilidade considerável de mão-de-obra para fora do concelho. É no sector Têxtil e da Construção Civil que se encontra o emprego no sector Secundário. O Sector Terciário está ligado a empresas de Comércio, ao Turismo (papel cada vez mais importante neste região do Minho) e Organização da Acção Social (sector em crescimento que cria emprego e

contribui para a fixação da população no concelho, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das populações) que emprega cerca de 57% da população deste concelho mais costeiro e litoral do distrito de Braga (Rede Social de Esposende).

## 2.10. - Cultura e Lazer

Em relação à cultura, o distrito é composto por, entre outros, bibliotecas, cinemas, museus, galerias de arte, recintos culturais que permitem os espectáculos ao vivo.

Destaca-se o facto do distrito registar 16,9% das Bibliotecas em relação à região Norte (508), de onde Barcelos (11,6%), Braga (24,4%), Guimarães (17,4%) e Vila Nova de Famalicão (11,6%) terem o maior número de Bibliotecas existentes em 2002. Em relação às salas de cinema utilizadas no mesmo ano, o concelho de Braga abarca o maior número de espaços, pelo que se justifica devido ao número de “*Shoppings*” existentes no concelho. Barcelos e Esposende possuem um recinto, cada um. Em relação aos museus existentes, os concelhos de Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos são os que apresentam maiores valores, enquanto que Esposende, Fafe, Vila verde e os concelhos de cariz mais rural, não têm qualquer recinto de exposição. No que concerne as Galerias de Arte e outros espaços, destaque para os concelhos de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos como os que têm maior número de recintos. Esposende com 2,9% surge logo depois de Vieira do Minho que comporta 5,7% das galerias do distrito – ver Quadro N°AXIV em Anexo.



Podemos de um modo geral, concluir que no concelho de Barcelos existem mais infra-estruturas que proporcionam aos residentes momentos de lazer, comparativamente ao concelho de Esposende.

Em relação aos Espectáculos ao vivo em 2002, a Região do Ave com 192 lidera, logo depois do Tâmega (179) e no final a Região do Cávado (154). Quanto aos Recintos Culturais, destaque para a Região do Cávado com 2 recintos, nos concelhos de Braga e Esposende, seguido do Tâmega, onde Celorico de Basto tem um recinto – Quadro N.º XI.

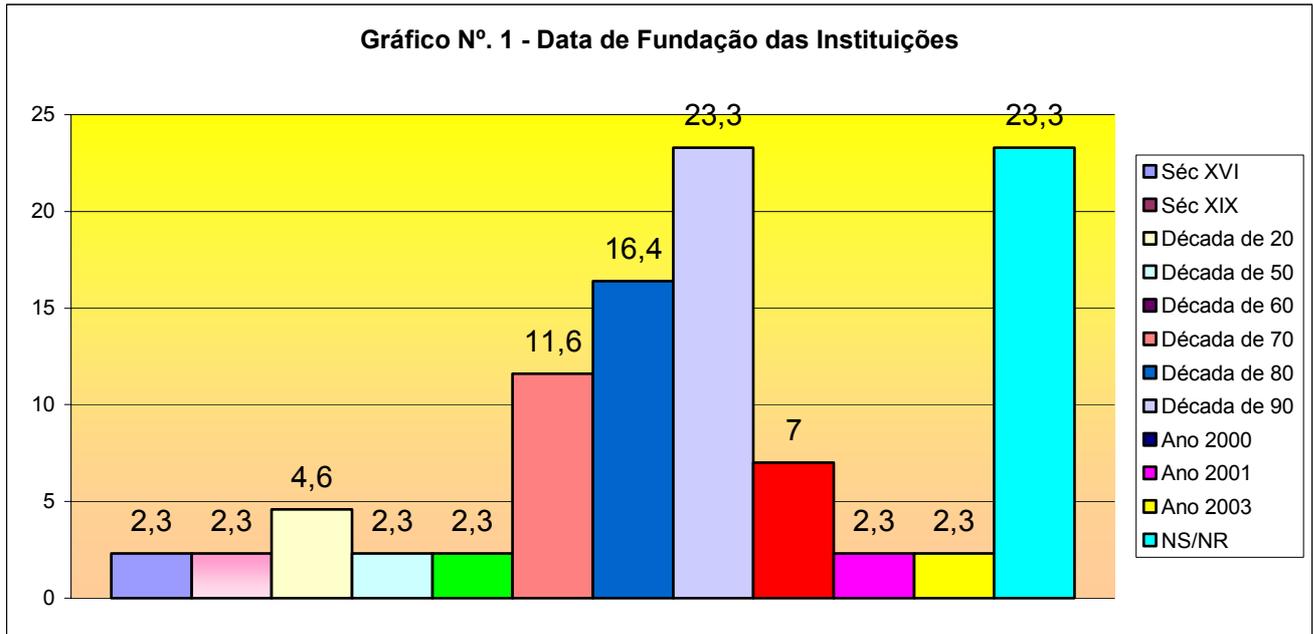
**Quadro N.º XI – Espectáculos ao vivo e Recintos Culturais em 2002**

	<b>Espectáculos ao vivo em 2002 (Nº)</b>	<b>Recintos Culturais em 2002 (Nº)</b>
<b>Portugal</b>	14 938	253
<b>Norte</b>	3 396	40
<b>Cávado</b>	154	2
<b>Ave</b>	192	-
<b>Tâmega</b>	179	1

Fonte: Anuários Estatístico da Região Norte, 2003 – INE.

## Capítulo III – Análise dos Dados Obtidos através da Aplicação do Inquérito

### CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

**Antiguidade, Natureza Jurídica e Âmbito de Intervenção**

Observando o Gráfico Nº 1, constatamos que 55,9% das instituições, que constituem o nosso universo de estudo, foram fundadas na 2ª metade do Século XX, sendo que 51,3% foram fundadas entre as décadas de 70 e 90. Note-se que um número considerável de instituições não responderam a esta questão (23,3%).

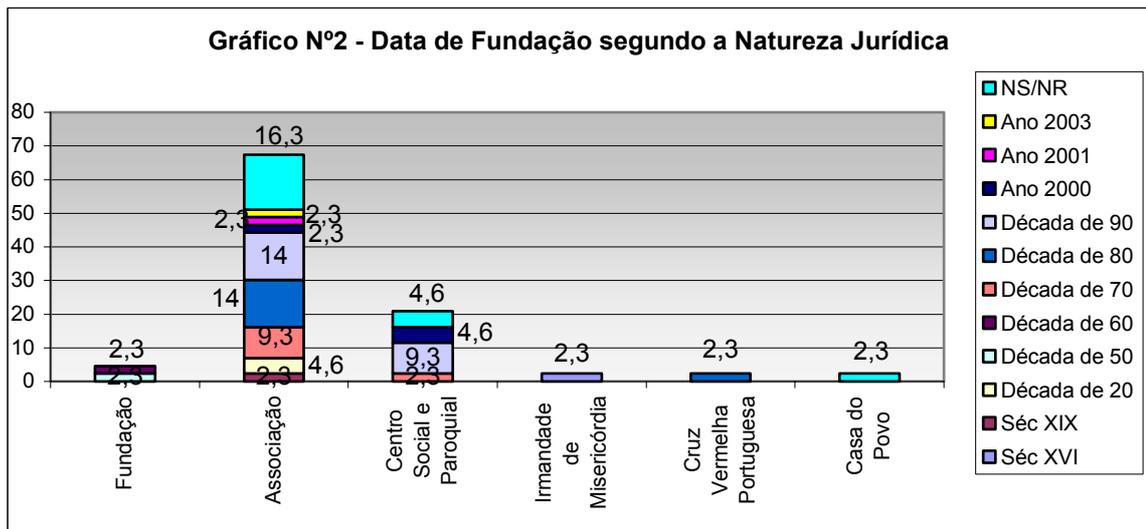
Para além disso, 11,6% das instituições foram criadas no início do Século XXI.

A instituição mais antiga é a Santa Casa de Misericórdia de Esposende, fundada em 1579 (Séc. XVI), seguindo-se o Instituto Monsenhor Airoso criado em 1869 (Séc. XIX).

**Quadro Nº 1 – Natureza Jurídica das Instituições.**

Natureza Jurídica	V. A.	%
Fundação	2	4,7
Associação	29	67,4
Centro Social e Paroquial	9	20,9
Irmandade de Misericórdia	1	2,3
Casa do Povo	1	2,3
Cruz Vermelha Portuguesa	1	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

No que concerne a Natureza Jurídica das instituições – Quadro Nº 1 – sendo todas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos, a grande maioria possui estatuto jurídico de Associação – 67,4%, quer as que se localizam no concelho de Barcelos, quer no concelho de Esposende (ver Quadro Nº A2 em Anexo). Seguem-se os Centros Sociais e Paroquiais com 20,9% e, as Fundações com 4,7%. Apenas foram inquiridas no nosso estudo, uma Irmandade de Misericórdia, uma Casa do Povo e um Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa.



Pelo Gráfico N° 2, que apresenta o cruzamento entre as variáveis “data de fundação” e a “natureza jurídica”, deduzimos pelos dados apresentados, que existe uma tendência para as instituições com estatuto jurídico de Associação terem sido fundadas entre os anos 70 e 90, uma vez que mais de metade das Associações (37,3%), foram fundadas nesse período de tempo. Por sua vez, os Centros Sociais e Paroquiais também são de constituição jurídica recente, tendo sido criados entre a década de 70 e o ano de 2000.

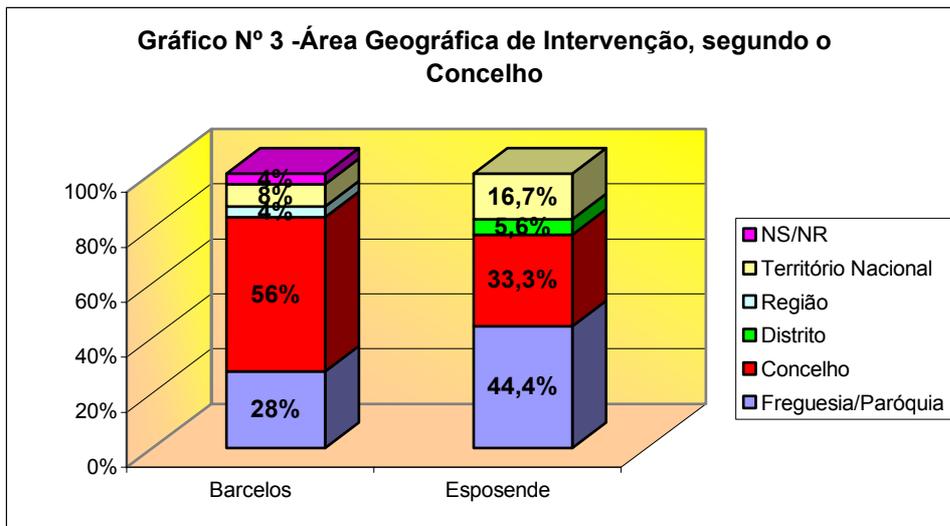
Por outro lado, as Fundações, duas no total, foram fundadas, respectivamente, na década de 50 e de 60.

**Quadro N° 2 – Área Geográfica de Intervenção**

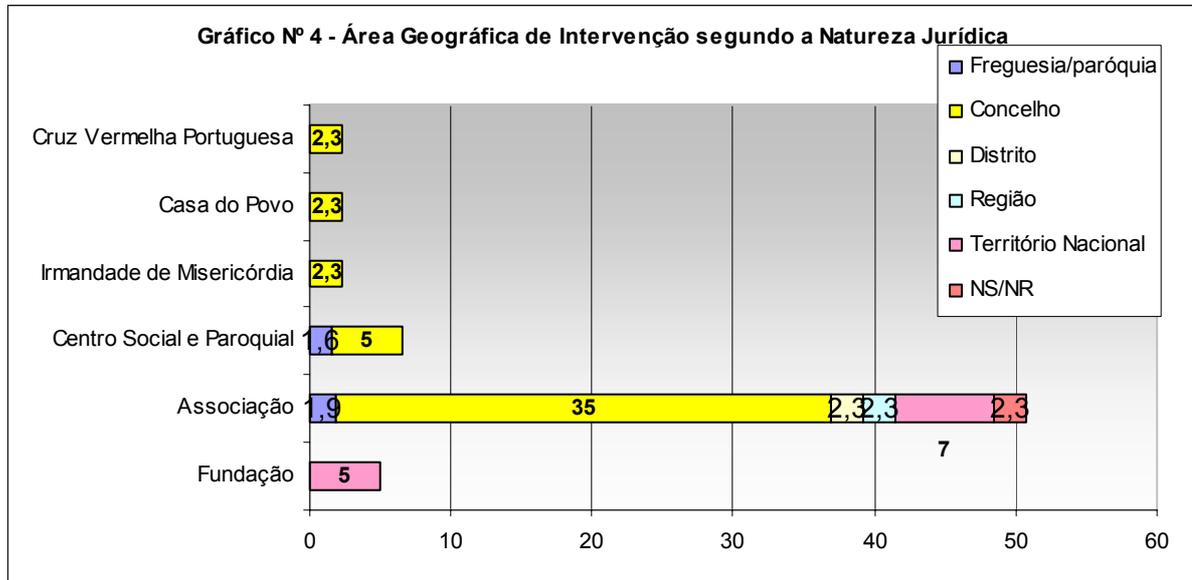
Área Geográfica	V. A.	%
Freguesia /Paróquia	15	34,9
Concelho	20	46,5
Distrito	1	2,3
Região	1	2,3
Território Nacional	5	11,6
NS/NR	1	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

O Quadro N° 2 elucida-nos sobre a área geográfica de intervenção das instituições. A grande maioria intervém ao nível geográfico micro, quer seja ao nível do concelho (46,5%), quer seja ao nível da freguesia/paróquia (34,9%). Se por um lado, mais de metade das instituições inquiridas de Barcelos actuam ao nível do concelho, no que concerne as de Esposende, a maior parte intervém ao nível da Freguesia/Paróquia (ver Quadro N° A5 em Anexo).

Quanto às instituições que actuam ao nível do território nacional (no total 11,6%), destacam-se as instituições de Esposende (Gráfico N° 3).



Podemos concluir pela análise destes dados que existe uma tendência para as instituições de Barcelos actuarem mais ao nível do concelho, e as instituições de Esposende actuarem mais ao nível da freguesia/paróquia.



Para além da maioria das instituições com estatuto de Associação terem sido fundadas essencialmente entre as décadas de 70 e 90, como referido anteriormente, mais de metade – 63,5% destas – actuam ao nível concelhio.

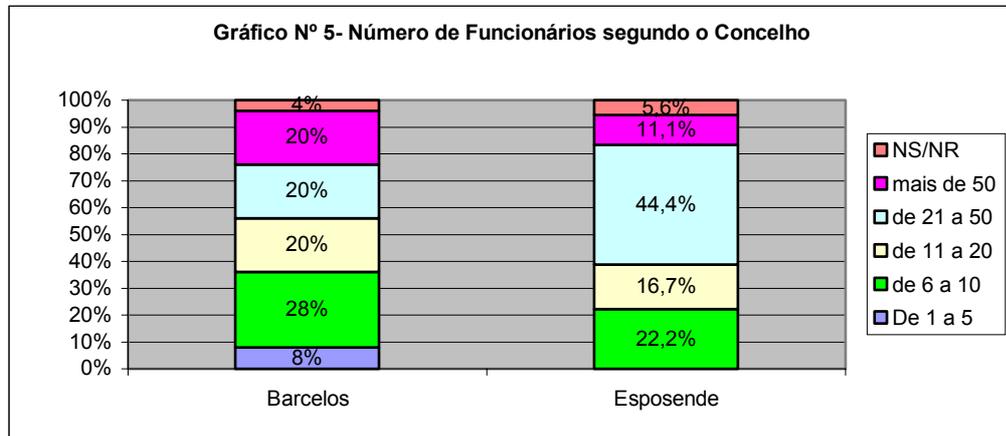
**Quadro Nº 3 – Número de Funcionários das Instituições**

Número de Funcionários		V.A.	%
<b>Pequena Dimensão</b>	De 1 a 5	2	4,7
	De 6 a 10	11	25,6
<b>Média Dimensão</b>	De 11 a 20	8	18,6
	De 21 a 50	13	30,2
<b>Grande Dimensão</b>	Mais de 50	7	16,3
<b>NS/NR</b>		2	4,7
<b>TOTAL</b>		<b>43</b>	<b>100</b>

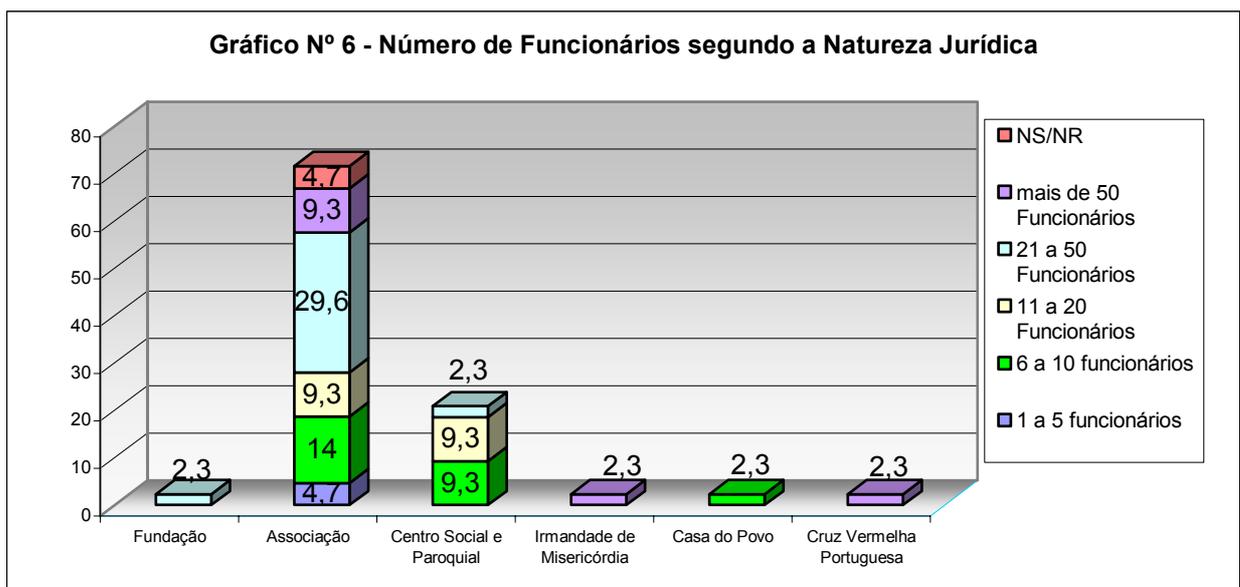
Através da variável “número de funcionários”, foi-nos possível classificar a dimensão das instituições. De modo a simplificarmos a nossa análise, consideramos as de “pequena dimensão”, aquelas que possuem entre um a dez funcionários. Do mesmo modo, consideramos as que possuem entre onze e cinquenta funcionários, de “média dimensão”. Por sua vez, denominamos de “grande dimensão” apenas aquelas que têm mais de cinquenta funcionários.

Assim, o Quadro Nº 3 demonstra-nos que a grande maioria são de média dimensão (48,8%) ou de pequena dimensão (30,3%).

Note-se ainda que 16,3% possuem mais de cinquenta funcionários - instituições de grande dimensão.



Através do Gráfico N° 5, que nos permite identificar a dimensão segundo a variável “concelho”, observamos que no concelho de Esposende, cerca de 61,1% das instituições são de média dimensão (das quais 44,4% possui entre vinte e um e cinquenta funcionários). Comparativamente ao concelho de Esposende, Barcelos reúne uma maior percentagem de instituições de pequena dimensão (de um a dez funcionários), registando 36% (dos quais 28% têm entre seis e dez funcionários).



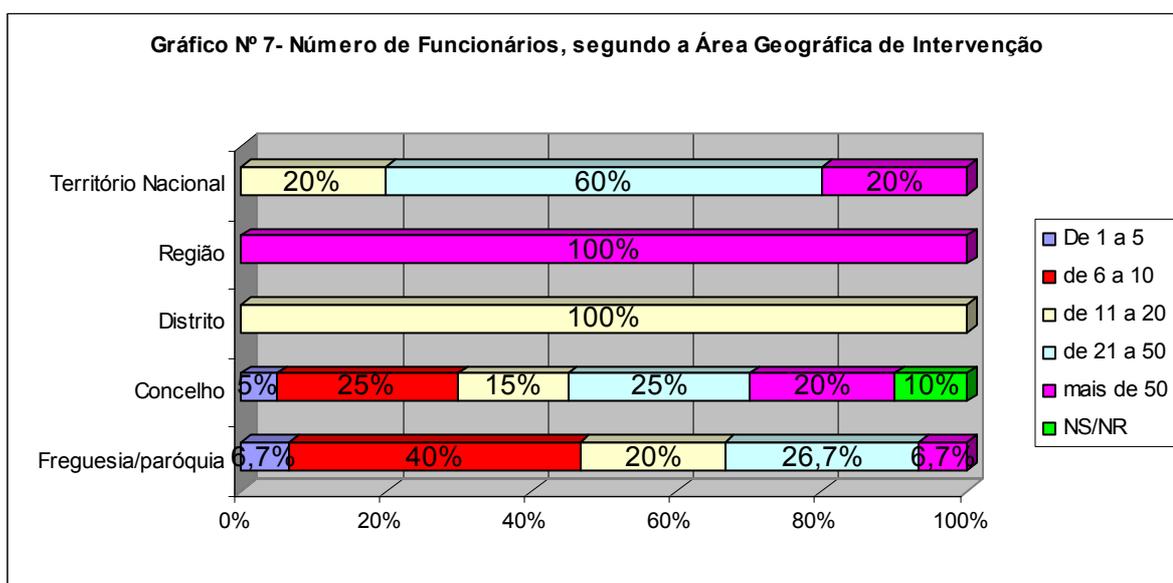
Como seria de esperar, a Santa Casa de Misericórdia<sup>1</sup> inquirida possui, pela diversidade de actividades normalmente desenvolvidas por este tipo de instituição, mais de cinquenta funcionários – grande dimensão (Gráfico N° 6). Embora a Cruz Vermelha Portuguesa (Núcleo de Macieira de Rates em Barcelos) registre mais de cinquenta funcionários, consideramos que este

<sup>1</sup> Santa Casa da Misericórdia de Esposende

valor será referente à Delegação Distrital de Braga desta organização, e não ao Núcleo que inquirimos, pelo que entendemos que o número de funcionários estará sobrerepresentado.

As Fundações<sup>2</sup> são de média dimensão, possuindo entre vinte e um e cinquenta funcionários. No que concerne as Associações, estas variam entre pequena, média e grande dimensão, sendo que a maioria (38,9%) são de média dimensão e, 18,7% de pequena dimensão. No entanto, quatro Associações têm mais de cinquenta funcionários.

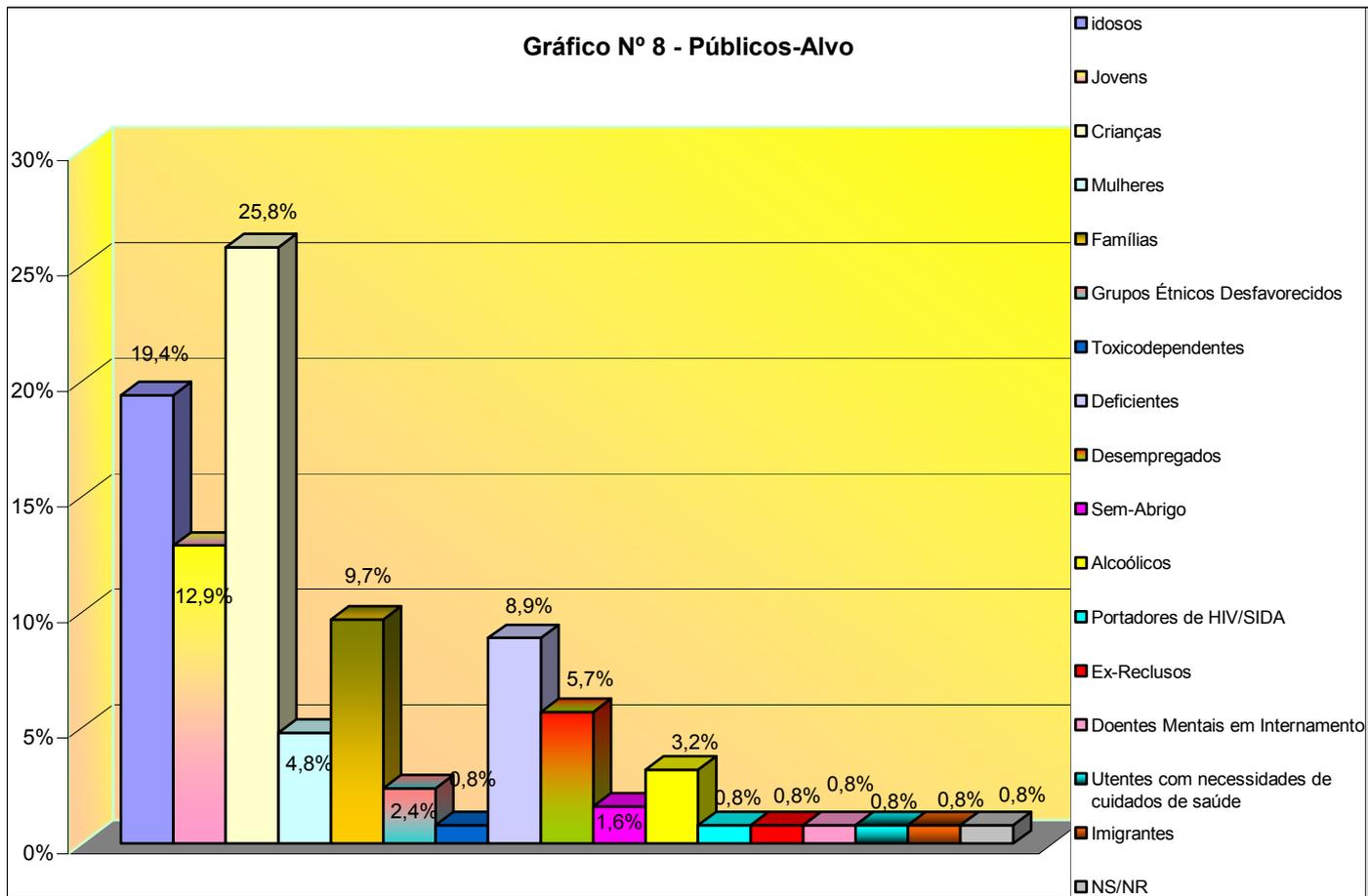
Todos os Centros Sociais e Paroquiais, à excepção de um, têm ao seu serviço entre seis a vinte funcionários (pequena e média dimensão). Resta acrescentar que a Casa do Povo inquirida tem entre seis a dez funcionários.



Segundo o Gráfico Nº 7, podemos deduzir à partida, pelos dados apresentados, que existe uma correlação directa e proporcional entre o número de funcionários (dimensão das instituições) e a área geográfica de intervenção. Ou seja, existe uma tendência generalizada para as instituições de maior dimensão terem uma maior área de intervenção.

Com efeito, verificamos que as instituições que têm entre um a dez funcionários (pequena dimensão) actuam somente no âmbito do concelho ou freguesia/paróquia. Em relação às instituições que actuam ao nível do distrito, região e território nacional, todas elas têm mais de onze funcionários (média e grande dimensão).

<sup>2</sup> Fundação Lar de Santo António e Instituto S. João de Deus – Casa de Saúde S. José

**Públicos-Alvo de Intervenção**

O Gráfico Nº 8, que ilustra os destinatários das instituições, demonstra-nos claramente que a grande maioria dirige a sua acção para as crianças e jovens, totalizando 38,7% (crianças 25,8%; jovens: 12,9%) e para os idosos (19,4%). Segue-se, a intervenção dirigida às famílias (9,7%), aos deficientes (8,9%), aos desempregados (5,7%), às mulheres (4,8%) e aos alcoólicos (3,2%).

Em contrapartida, os destinatários da intervenção que representam valores mais baixos estão ligados aos fenómenos da chamada “nova pobreza”: os imigrantes, os grupos étnicos desfavorecidos, os ex-reclusos, os portadores de HIV/SIDA, os sem-abrigo e os toxicodependentes.

A partir dos anos 70 do séc. XIX, fenómenos como a privação do emprego, a ausência de tecto, a degradação das habitações, a inacessibilidade aos sistemas de saúde, o isolamento social, os indivíduos desafiados e os grupos de imigrantes em situação precária visíveis nas sociedades mais desenvolvidas, dão forma a um modo de ser pobre, a chamada “nova pobreza”.

Segundo os concelhos alvo da nossa intervenção, verifica-se que Esposende destaca-se ao reunir um maior número de instituições que direccionam o seu trabalho para os jovens (20% contra os 8,9% em Barcelos). Em contrapartida, Barcelos regista uma maior percentagem de instituições que intervêm com os desempregados (Barcelos: 7,6%; Esposende: 2,2%) – ver Quadro Nº A11 em Anexo.

Salienta-se ainda que a intervenção das instituições de Barcelos são mais diversificadas em termos de destinatários, em relação às de Esposende, uma vez que nenhuma instituição inquirida

Note-se ainda que em média, cada instituição dos concelhos em análise possui três públicos-alvo.

## **Valências/ Actividades**

Como seria de esperar, as valências/actividades que registam maiores valores percentuais, direccionam-se para as crianças e jovens e para os idosos, uma vez que estes são os principais públicos-alvo de intervenção referidos pelas instituições.

Destacam-se, com valores mais elevados as valências: Actividades de Tempos Livres (ATL) com 17,8%, a Creche (13,2%) e o Jardim-de-Infância (12,5%), o Apoio Domiciliário (11,2%), o Centro de Dia (8,6%) e o Lar de Terceira Idade (3,9%) – Gráfico N° 9.

Verifica-se pelo número total de respostas obtidas, que em média cada instituição, quer do concelho de Esposende, quer de Barcelos, possui quatro valências.

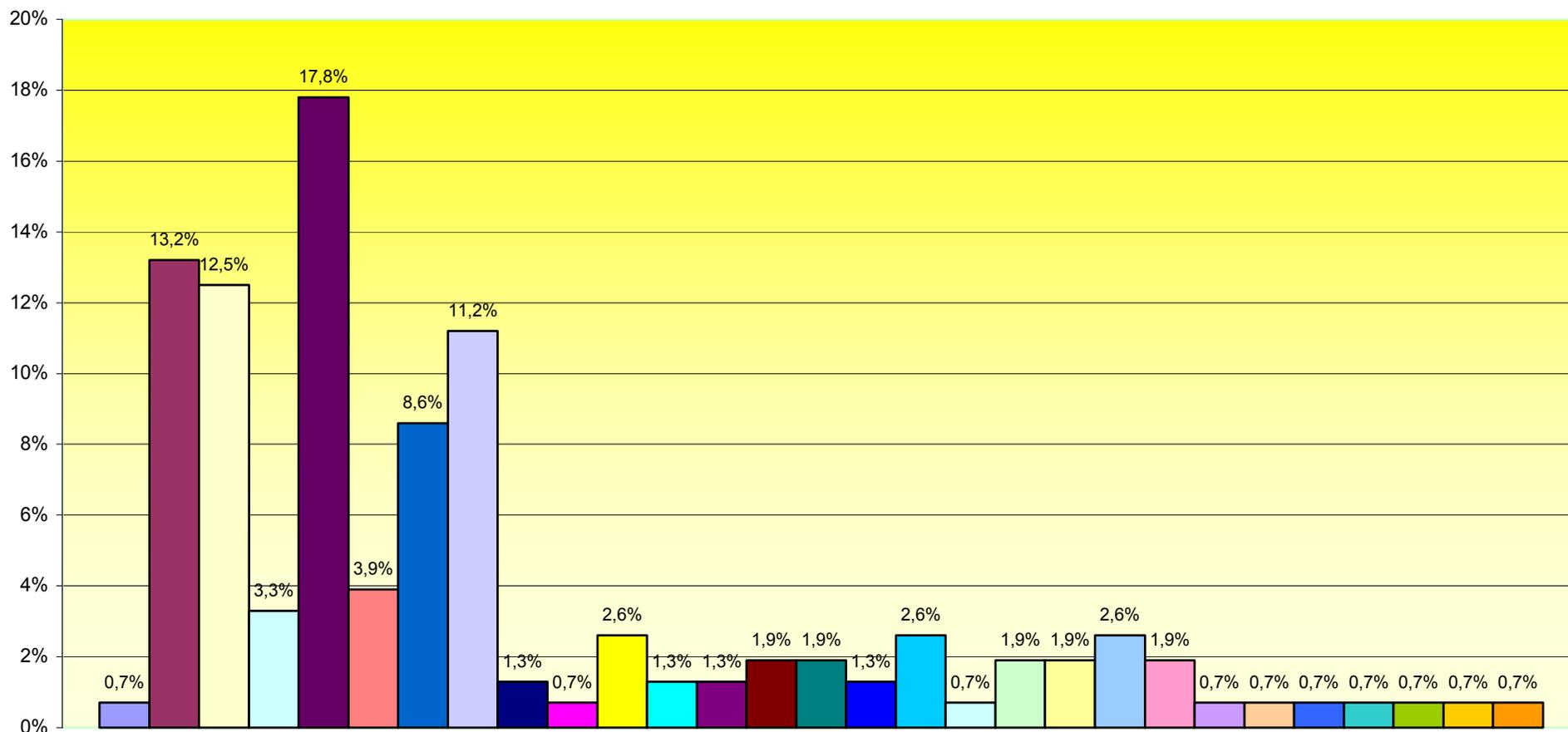
Cerca de metade (52%) do total de respostas obtidas em termos de valências/actividades, são dirigidas especificamente para as crianças e jovens (Creche, Jardim-de-Infância, Lar de Jovens, ATL, Formação Escolar, Internamento/Centro de Acolhimento, Apoio a Jovens em risco); 23,7% destinam-se a apoiar a Terceira Idade (Lar de Terceira Idade, Centro de Dia e Apoio Domiciliário).

Outro tipo de valências/actividades são desenvolvidas pelas instituições em análise, nomeadamente: Centro de Refeições (2,6%), deficiência física/motora (1,9%), deficiência mental (2,6%), Atendimento Integrado (1,9%) e apoio a alcoólicos (1,9%).

Barcelos apresenta uma maior diversidade de valência e actividades, comparativamente a Esposende. Facto este, que se relaciona com a maior diversidade de públicos-alvo, como referido anteriormente. Note-se, por exemplo que ao contrário de Esposende, verificamos que em Barcelos as instituições desenvolvem acções dirigidas aos grupos da “nova pobreza” (minorias étnicas, toxicodependentes, sem-abrigo e ex-reclusos) e às questões do desemprego (Formação Profissional e Empresa de Inserção).

Do total de valências/actividades desenvolvidas em Esposende, 60,9% destinam-se em particular a crianças e jovens, contra 42,1% em Barcelos. Em contrapartida, Barcelos reúne um maior número de valências dirigidas à deficiência física/motora e mental - 8,1% (registando-se em Esposende apenas 1,6%).

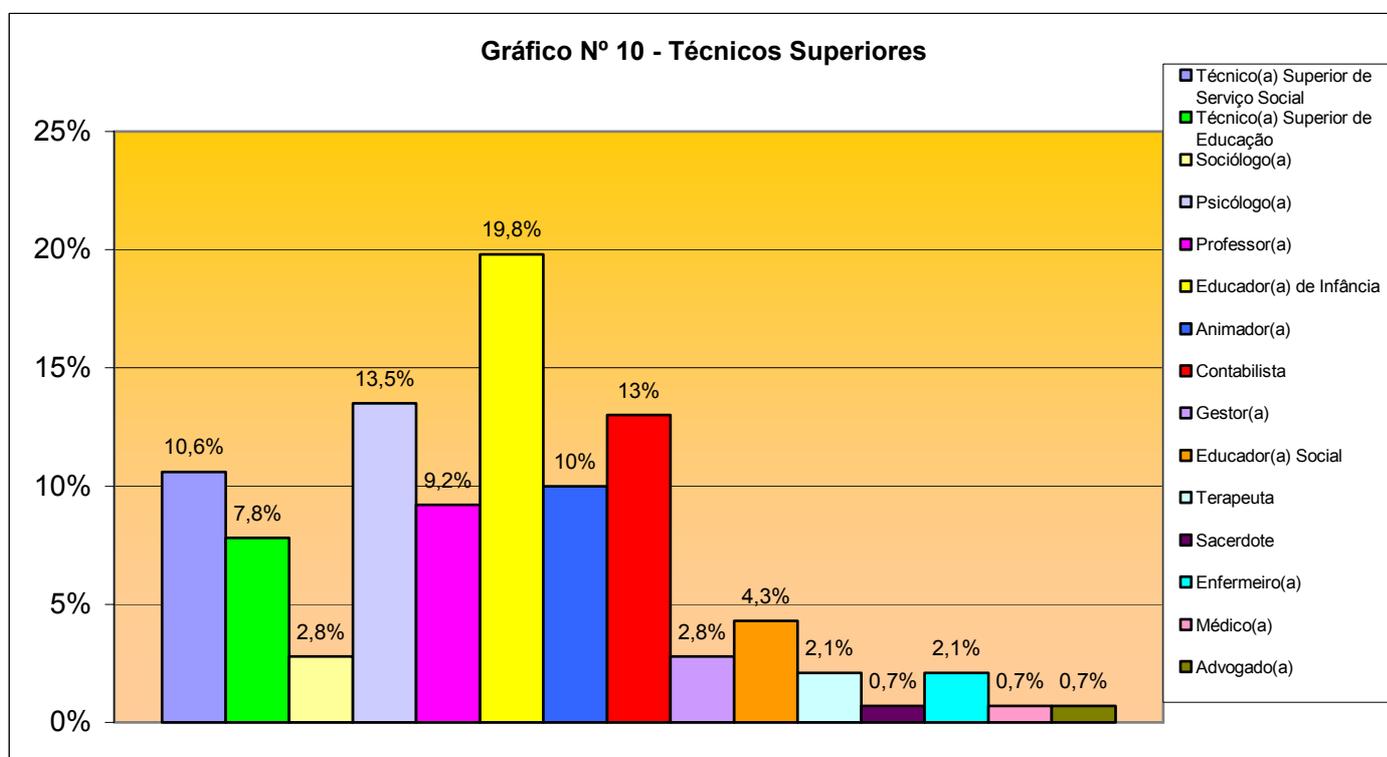
Gráfico N°6 - Valências/ Actividades



- |                                     |                         |   |                                       |                             |
|-------------------------------------|-------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|
| ■ PLCP                              | ■ Creche                | ■ Jardim de Infância                        | ■ Lar de Jovens                       | ■ Centro ATL                |
| ■ Lar de Terceira Idade             | ■ Centro de Dia         | ■ Apoio Domiciliário                        | ■ Projecto de Desenvolvimento Local   | ■ Formação Escolar          |
| ■ Apoio a Jovens em Risco           | ■ Minorias Étnicas      | ■ Apoio aos Sem-Abrigo                      | ■ Internamento/ Centro de Acolhimento | ■ Atendimento Integrado     |
| ■ Aconselhamento e Informação Geral | ■ Centro de Refeições   | ■ Apoio a Toxicodependentes                 | ■ Apoio a Alcoólicos                  | ■ Deficiência Física/Motora |
| ■ Deficiência Mental                | ■ Formação Profissional | ■ Apoio a Ex-Reclusos                       | ■ Empresa de Inserção                 | ■ Hospital                  |
| ■ Banco Alimentar                   | ■ Intervenção Precoce   | ■ Apoio Psicossocial a Doentes e Familiares | ■ NS/NR                               |                             |

## Técnicos Superiores

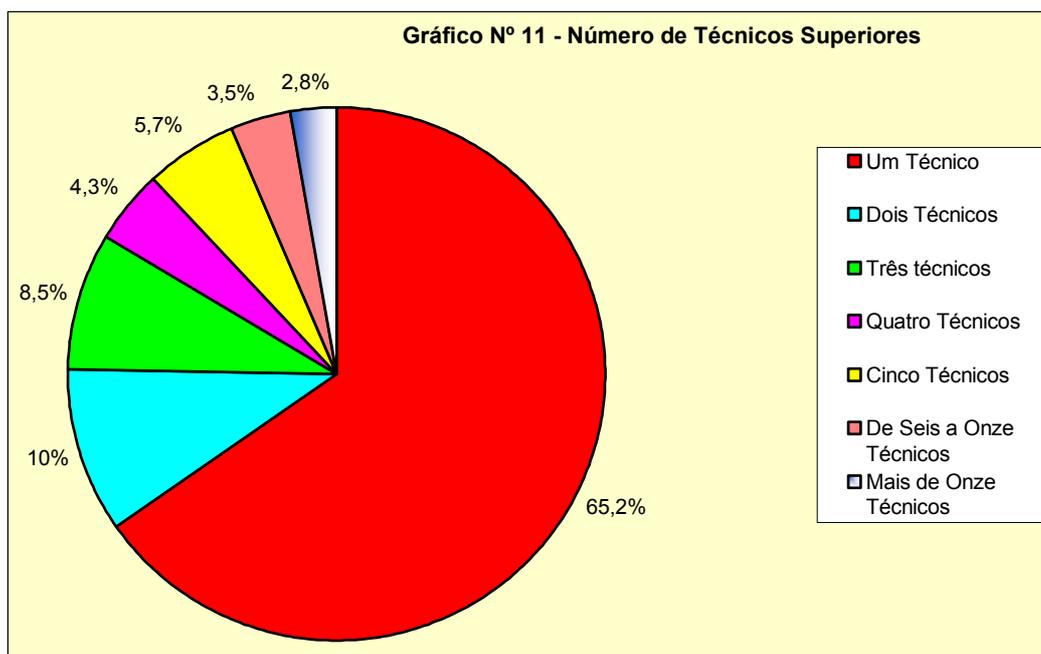
Observando o Gráfico Nº 10, a primeira constatação reside no facto da maior parte dos técnicos superiores que desempenham funções nas instituições por nós inquiridas, são na sua grande maioria das áreas do Social e da Educação, totalizando 78% das respostas [Técnico(a) Superior de Serviço Social, Técnico(a) Superior de Educação, Sociólogo(a), Psicólogo(a); Professor(a), Educador(a) de Infância, Animador(a) Sociocultural, Educador(a) Social]. Segue-se com 15,8% os profissionais das áreas da Contabilidade e Gestão [Gestor(a) e Contabilista]. Os Técnicos da Saúde (Terapeuta, Enfermeiro(a) e Médico(a)] foram enunciados por 4,9% das instituições. Com respectivamente 0,7%, encontram-se os profissionais de Direito [Advogado(a)] e da Igreja (Sacerdote).



Novamente verificamos que existe uma relação directa entre os públicos-alvo de intervenção (crianças, jovens e idosos) e as valências/actividades desenvolvidas pelas entidades, uma vez que as categorias profissionais que se destacam são: Educador(a) de Infância com 19,8%; Psicólogo(a) -13,5%; Técnico(a) Superior de Serviço Social -10,6%; Animador(a) Social -10%; Professor(a) -9,2%; Técnico Superior de Educação -7,8%.

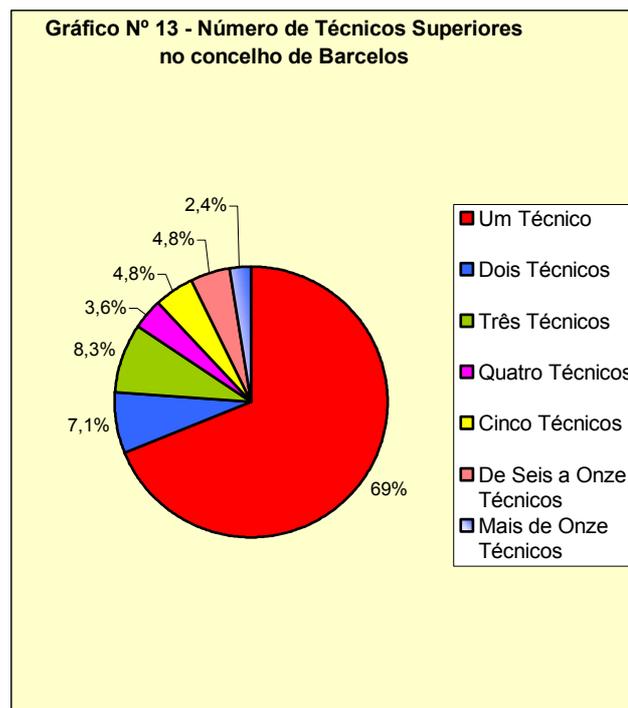
Em Esposende regista-se, comparativamente a Barcelos, um maior número de técnicos ligados às Ciências Sociais e às Ciências da Educação – 82,4% contra 74,9% registado em Barcelos (ver Quadro Nº A15 em Anexo). Por sua vez, Barcelos destaca-se ao assumir um maior número de profissionais ligados à área da Saúde (Barcelos: 6%; Esposende: 1,8%). Podemos

deduzir que o facto de Esposende ter um maior número de técnicos ligados às áreas da Educação e do Social, prende-se com o facto das instituições do concelho registarem um maior número de actividades dirigidas aos jovens e crianças, como vimos anteriormente. Quanto aos profissionais ligados à área da Saúde, regista-se que uma das instituições localizadas em Esposende possui médicos e enfermeiros ao seu serviço: é o caso do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Esposende. Terapeuta, Sacerdote e Enfermeiro foram categorias profissionais identificadas pelas instituições de Barcelos (Associação de Pais e Amigos das Crianças, Casa da Saúde de S. José e Associação de Pais e Amigos das Crianças Inadaptadas).



No que diz respeito ao número de técnicos superiores, independentemente da sua categoria profissional, verificámos que todas as instituições inquiridas possuem pelo menos um técnico. A grande maioria (65,2%) tem ao seu serviço um técnico; 10% dois técnicos; 8,9% três técnicos; 4,3% quatro técnicos; 5,7% cinco técnicos; 6,3% possuem mais de seis técnicos – Gráfico N.º 11.

Analisando de uma forma global e com atenção os Gráficos N.º 12 e N.º 13, entende-se que as instituições de Esposende possuem mais recursos humanos com qualificação superior, que as instituições localizadas em Barcelos.

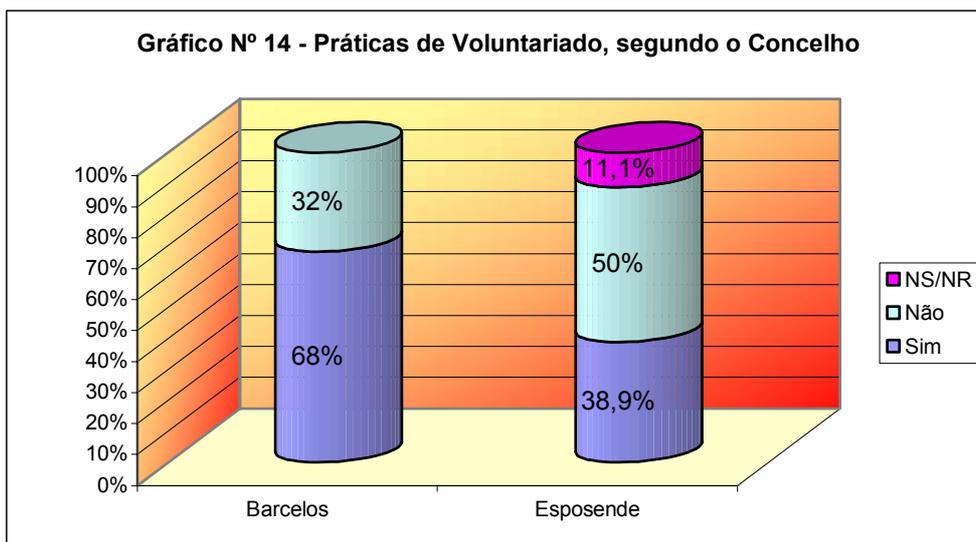


Apesar de não se verificar de um modo global, grandes diferenças existe nos concelhos em análise diferenças percentuais, no que concerne possuir um técnico, e possuir dois técnicos. Ou seja, Barcelos destaca-se ao reunir um maior número de instituições com um técnico, enquanto que Esposende destaca-se reunindo uma maior percentagem de instituições com dois técnicos.

### Práticas do Voluntariado

Em Portugal, o voluntariado é uma realidade que começa a ter contornos específicos e de maiores dimensões, nomeadamente no círculo estudantil (Universidades e Escolas), assim como também no círculo de pessoas que se encontram na reforma ou na pré-reforma. O voluntariado é uma alternativa de participação da comunidade num momento em que a crise económica e social aumenta a procura da protecção social. A maioria das instituições que fazem parte do Terceiro Sector sobrevive graças ao trabalho voluntário.

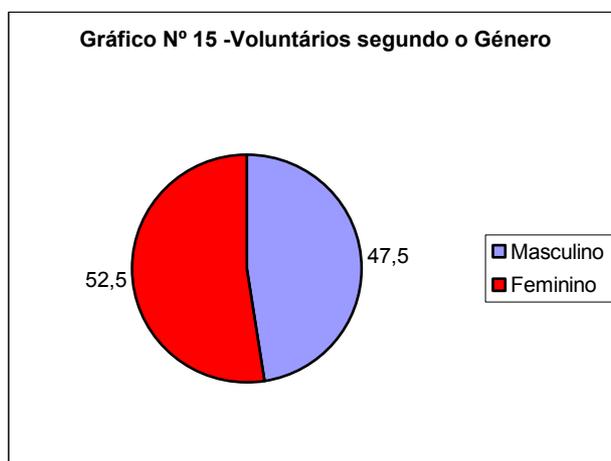
As práticas do voluntariado são desenvolvidas por 55,8% das instituições dos concelhos em análise – ver Quadro Nº A17 em Anexo. No entanto, uma parte significativa (39,5%) não recorre a este tipo de práticas.



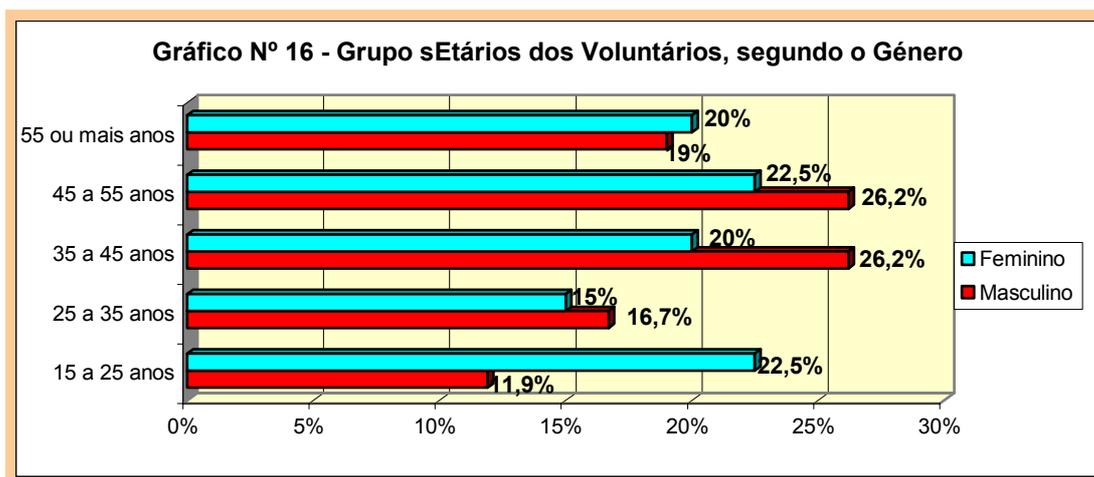
Como podemos ver no Gráfico N° 14, as instituições de Barcelos estão muito mais receptivas à prática do voluntariado (68%), sendo que em Esposende o valor registado é de 38,9%.

De modo a percebermos melhor o perfil dos voluntários, classificamo-los segundo o género e o grupo etário.

No que diz respeito ao género dos voluntários, pelo Gráfico N.º 15, observamos que as percentagens são equilibradas, embora haja uma proporção ligeiramente maior, de voluntários do sexo feminino (52,5%).

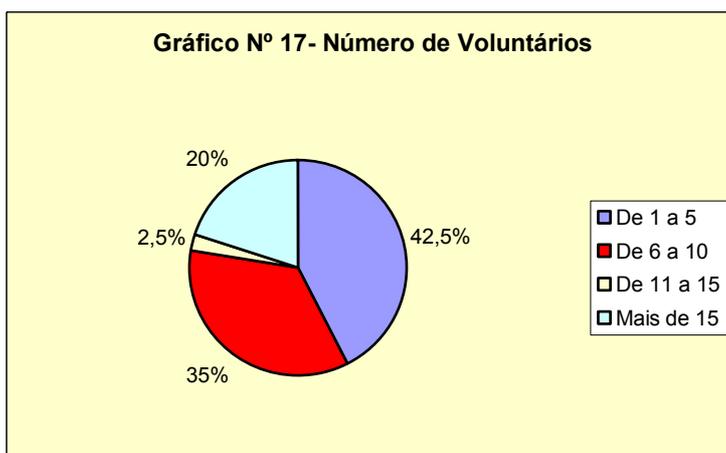


Segundo os dados, verifica-se que os jovens dos 15 aos 25 anos que praticam voluntariado são maioritariamente do sexo feminino (22,5%), assim como no que concerne os voluntários com 55 ou mais anos. No intervalo de idades entre os 25 e 55 anos, verificamos que o sexo masculino regista maiores valores – Gráfico N.º 16.

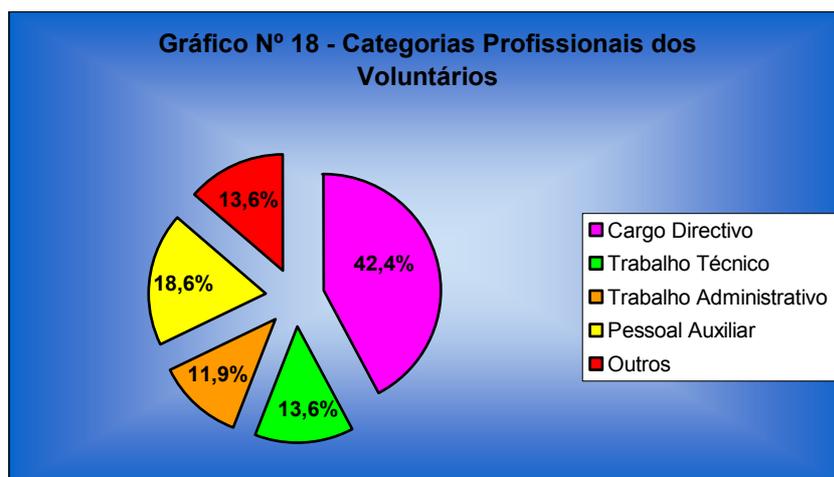


Para além de apenas 55,8% das instituições dos concelhos desenvolverem práticas de voluntariado, a grande maioria destas (77,5%) possui entre um a dez voluntários – Gráfico N.º 17.

Com efeito, do total das instituições que desenvolvem voluntariado, 42,5% têm entre um a cinco voluntários e, 35% entre seis a dez voluntários. Saliente-se que para 20% das instituições, ou seja, oito no total, as práticas de voluntariado constituem um recurso humano muito importante.

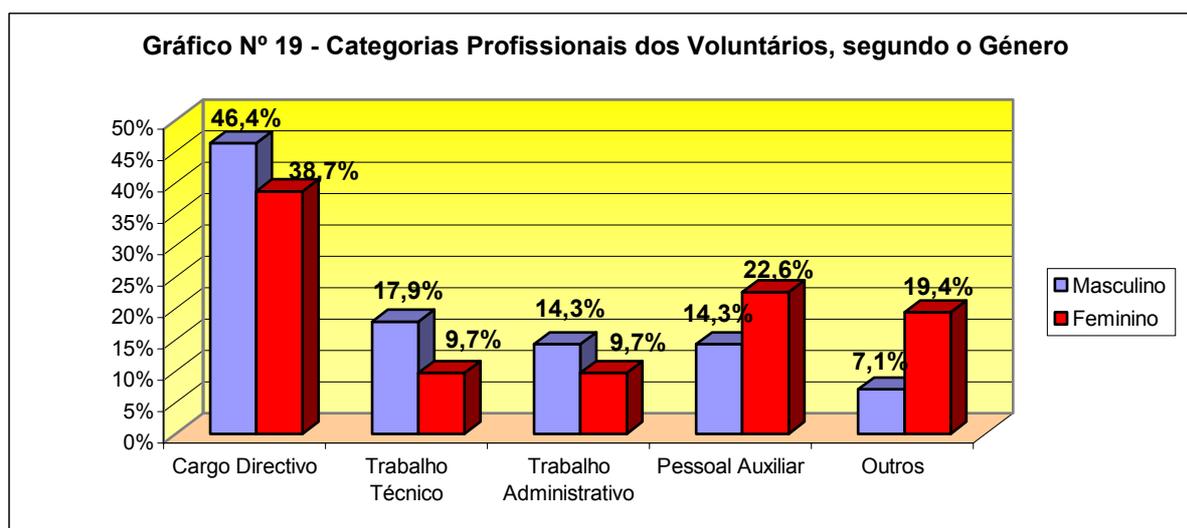


## Categorias Profissionais dos Voluntários



Quanto às categorias profissionais desempenhadas pelos voluntários, verificamos que a grande maioria desempenha cargos de direcção, 42,4%; segue-se o trabalho auxiliar (18,6%); o trabalho técnico (13,6%) e o trabalho administrativo com 11,9% - Gráfico N° 18.

Verificam-se diferenças em relação às tarefas desempenhadas entre os indivíduos de sexo feminino e do sexo masculino. Com efeito, os homens parecem desempenhar funções que requerem uma maior qualificação, tais como o trabalho técnico, o trabalho administrativo e os cargos de direcção. Em contrapartida, as mulheres apresentam uma maior percentagem nos trabalhos auxiliares (e outros), ou seja, profissões pouco qualificadas – Gráfico N° 19.



## Meios Informáticos

No que diz respeito aos meios informáticos disponíveis, analisando o conjunto das instituições dos dois concelhos em análise, verificamos que a insatisfação é mais generalizada, uma vez que 60,5% refere que não tem equipamento informático ou que, os que possui são insuficientes – ver Quadro N° A24 em Anexo. Apenas cerca de 39,5% emite uma opinião totalmente favorável.

As opiniões emitidas quanto ao acesso e disponibilidade de meios informáticos nas instituições encontram-se bastante repartidas, tanto no concelho de Esposende como no concelho de Barcelos, conforme demonstram os dados apresentados no Quadro N.º 4.

**Quadro N° 4 - Meios Informáticos da Instituição, segundo o Concelho**

Meios Informáticos	Concelhos			
	Barcelos		Esposende	
	V.A.	%	V.A.	%
Sim e suficientes	11	44	6	33,3
Sim mas são insuficientes	11	44	9	50
Não	3	12	3	16,7
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

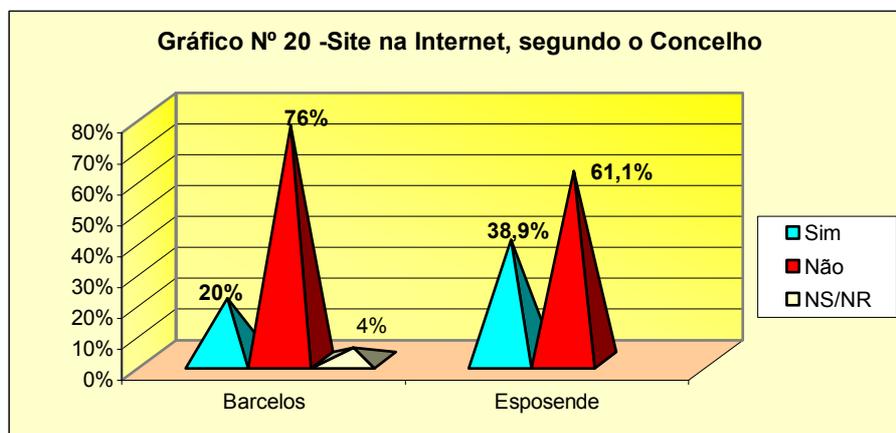
As instituições de Esposende demonstram um maior nível de insatisfação quanto aos meios informáticos de que dispõem, uma vez que metade destas (50%) refere não ter os meios suficientes e 16,7% referiram não ter qualquer equipamento informático. Em Barcelos 44% das instituições demonstram-se insatisfeitas com os meios de que dispõem, e 12% refere não ter qualquer equipamento.

A tecnologia pauta a dinâmica do nosso dia-a-dia e, hoje, tudo passa pela internet. Esta permite o acesso a bens, serviços e informações electrónicas, de forma mais rápida, mais fácil e mais económica. Apesar do acesso à internet não estar ainda disponível para todos da mesma forma, verifica-se uma tendência crescente da utilização deste meio na nossa sociedade, nas instituições, em todas as entidades, promovendo mais troca de experiências e informações (RIBEIRO;BARATA: 2004).

**Quadro N° 5 - Meios Informáticos com Acesso à Internet, segundo o Concelho**

Acesso à Internet	Concelhos			
	Barcelos		Esposende	
	V.A	%	V.A	%
Sim	17	68	14	77,8
Não	7	28	3	16,7
NS/NR	1	4	1	5,6
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

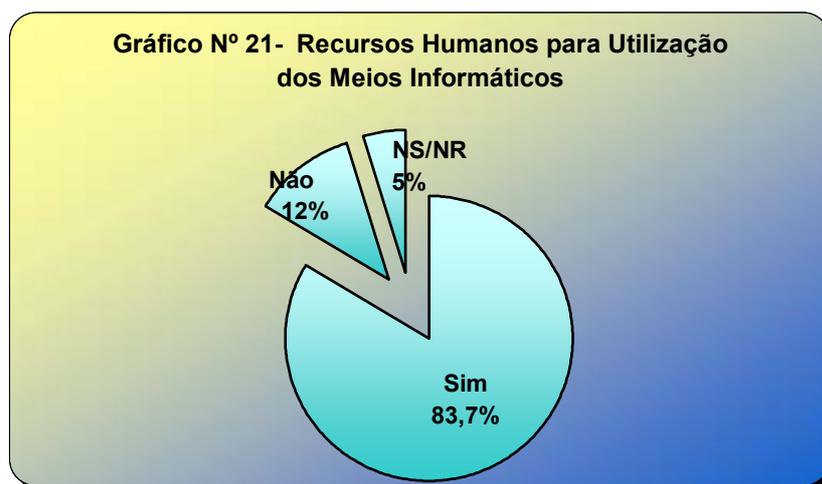
O acesso à Internet afigura-se como um serviço disponível e utilizado pela grande maioria das instituições. Pelo Quadro N.º 5 podemos deduzir, que tal acontece nas instituições de Barcelos (68%) assim como nas instituições de Esposende (77,8%). No entanto, é de salientar que aproximadamente 28% das instituições de Barcelos e 16,7% de Esposende, não têm acesso a este serviço.



«A World Wide Web, ou simplesmente Web, é um serviço da Internet que disponibiliza informação apresentada sob a forma de páginas, designadas por páginas Web. Um conjunto de páginas Web, relacionadas entre si e mantidas pela mesma pessoa ou entidade, constitui um sítio Web» (RIBEIRO; BARATA:2004).

Apesar dos elevados custos que implicam a construção de uma página oficial na Internet, no total 27,9% das instituições têm disponível um Site Institucional – ver Quadro N.º A26 em Anexo. As instituições de Esposende, comparativamente a Barcelos, apresentam uma percentagem superior (38,9%) de instituições que possuem uma página institucional na web – Gráfico N.º20.

Para complementar este ponto sobre os recursos informáticos, acrescentamos que as instituições consideram ter ao seu serviço recursos humanos com competências para rentabilizar o equipamento informático disponível, uma vez que 83,7% responderam afirmativamente – Gráfico N.º 21.

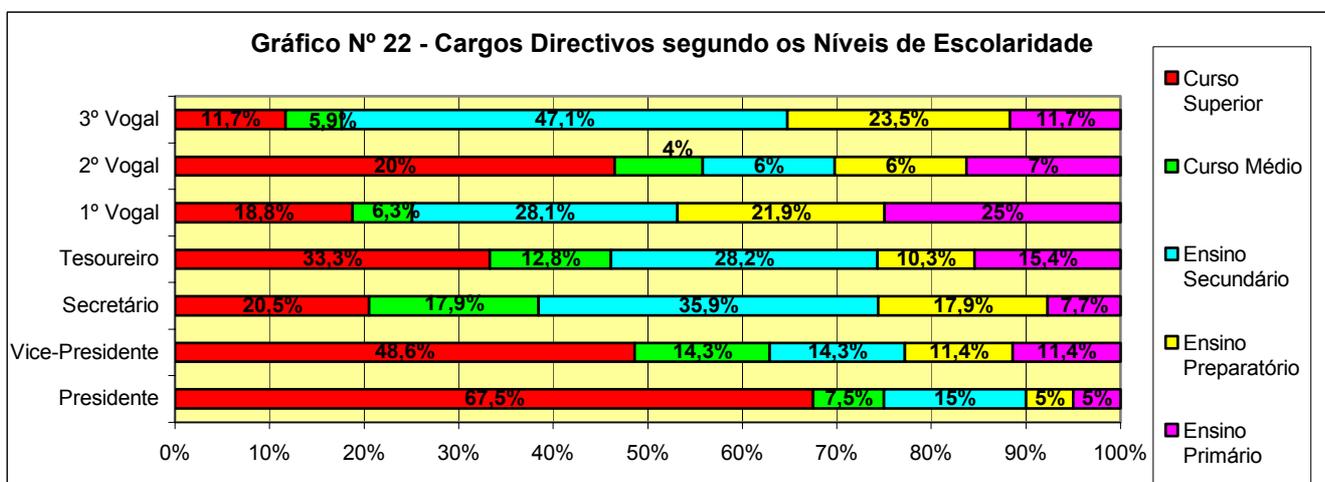


## MODELOS DE GESTÃO E PRIORIDADES DE ORGANIZAÇÃO

Neste ponto, referente aos modelos de gestão e prioridades de organização são analisados vários aspectos: a profissão e os níveis de escolaridade dos cargos directivos, a integração das instituições em organismos nacionais/internacionais, e as formas de melhoria dos recursos humanos.

### Cargos Directivos

Relativamente ao nível de escolaridade dos cargos directivos, podemos desde já referir que existe uma correlação directa e proporcional entre os níveis de escolaridade e a hierarquia dos cargos – Gráfico N.º 22.



Ou seja, a grande maioria dos Presidentes/Provedores (67,5%) possuem um curso superior, assim como os Vice-Presidentes/Vice-Provedores que registam 48,6%. Em contrapartida, a obtenção de um curso superior não é tão visível nas funções de Secretário e de Tesoureiro, uma vez que as percentagens estão repartidas pelos níveis de ensino “curso superior”, “curso médio”, “ensino secundário” e “ensino preparatório”. No que concerne os Vogais de Direcção (1º, 2º e 3º Vogal), o “ensino secundário”, o “ensino preparatório” e “ensino primário” registam os maiores valores. Podemos assim concluir que os membros de direcção que possuem cargos mais elevados, também registam maiores níveis de escolaridade.

É de salientar que 10% dos Presidentes/Provedores, e 22,8% dos Vice-Presidentes/Vice-Provedores possuem até ao 9ºano de escolaridade.

Note-se que todas as instituições, quer de Barcelos quer de Esposende, referiram possuir Presidente/Provedor, Secretário e Tesoureiro. Para além disso, 9,3% não tem Vice-Presidente/Vice-Provedor, 14% não possui 1º Vogal, 30,2% e 51,2% não têm, respectivamente, 2º e 3º Vogal – ver Quadro Nº A30 em Anexo.

## **Profissão dos Cargos Directivos**

Recorremos à Classificação Nacional das Profissões (IEFP:1994), para verificarmos quais as profissões exercidas pelos cargos directivos das instituições inquiridas. Pelo Quadro N.º 6 podemos constatar que a maior parte dos cargos directivos são desempenhados por Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas – 45,1% (nomeadamente Professores, Contabilistas, Engenheiros, Técnicos Superior de Serviço Social, Técnico Superior de Educação, Advogados, Técnicos Superiores de Informática, Enfermeiros, entre outros). Para além disso, 16,4% desempenham profissões no âmbito dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (Director de Serviços, Gestor, Empresário e Administrador). Estas duas categorias (Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas e, Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa) que implicam uma formação e qualificação de nível superior reúnem 61,5% das respostas obtidas.

O Pessoal dos Serviços e Vendedores representa 10,8% das profissões exercidas pelos dirigentes.

As profissões exercidas pelos Presidentes/Provedores e pelos Vice-Presidentes/Vice-Provedores são na sua grande maioria do âmbito intelectual e científico (75% e 50% respectivamente). No que concerne os Secretários, os Tesoureiros e os Vogais (1º, 2º e 3º Vogal), as profissões exercidas encontram-se mais distribuídas pelos grandes grupos da Classificação Nacional das Profissões.

Se por um lado verificamos que as funções de Presidente/Provedor e Vice-Presidente/Vice-Provedor são essencialmente desempenhadas por profissionais com nível de escolaridade e qualificação superior, por outro lado, no que concerne os outros cargos directivos (Secretário, Tesoureiro e Vogais) isso já não se verifica.

Podemos concluir que existe uma correlação directa entre os níveis de escolaridade e as profissões exercidas pelos membros de direcção das instituições em análise.

## Quadro N.º 6 – Profissão dos Cargos Directivos

Classificação das Profissões <sup>3</sup>	Profissão dos Cargos Directivos													
	Presidente/ Provedor		Vice- Presidente/Vice- Provedor		Secretário		Tesoureiro		1º Vogal		2º Vogal		3º Vogal	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Quadros superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	3	8,3	5	16,7	5	14,7	7	21,2	5	18,5	5	21,7	2	16,7
Especialistas das profissões Intelectuais e Científicas	27	75	15	50	12	35,2	16	48,5	7	25,9	8	34,8	3	25
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1	2,8	3	10	6	17,6	2	6,1	-	-	-	-	-	-
Pessoal Administrativo e similares	1	2,8	3	10	5	14,7	2	6,1	3	11,1	-	-	-	-
Pessoal dos serviços e vendedores	2	5,6	2	6,7	4	11,8	4	12,1	2	7,4	4	17,4	3	25
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	-	-	1	3,3	1	2,9	1	3	3	11,1	1	4,3	-	-
Operários, Artífices e Trabalhadores similares	1	2,8	1	3,3	1	2,9	-	-	1	3,7	3	13	4	33,3
Operadores de instalações e máquinas e Trabalhadores da montagem	1	2,8	-	-	-	-	-	-	3	11,1	-	-	-	-
Trabalhadores não qualificados	-	-	-	-	-	-	1	3	3	11,1	2	8,7	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Os valores referem-se ao nº total de respostas válidas (195).

<sup>3</sup> Segundo a Classificação Nacional das Profissões – IEFP 1994

## Pertença a Organismos Institucionais

Segundo o Quadro N.º 7, que tem em conta o número total de respostas obtidas, verificamos que em média cada instituição está integrada num único organismo. Embora considerado no nosso inquérito, nenhuma instituição referiu pertencer a qualquer organismo internacional, o que poderá estar associado ao facto de nenhuma das instituições ter uma área de intervenção transnacional.

**Quadro N.º 7 – Organismos em que as Instituições estão integradas.**

<b>Organismos</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
União das IPSS	30	65,2
União das Misericórdias	2	4,3
REAPN	3	6,5
Plataforma Portuguesa das ONG's para o Desenvolvimento (ONGD)	1	2,2
Fórum Abel Varzim	1	2,2
HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental	2	4,3
Nenhum	6	13
NS/NR	1	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

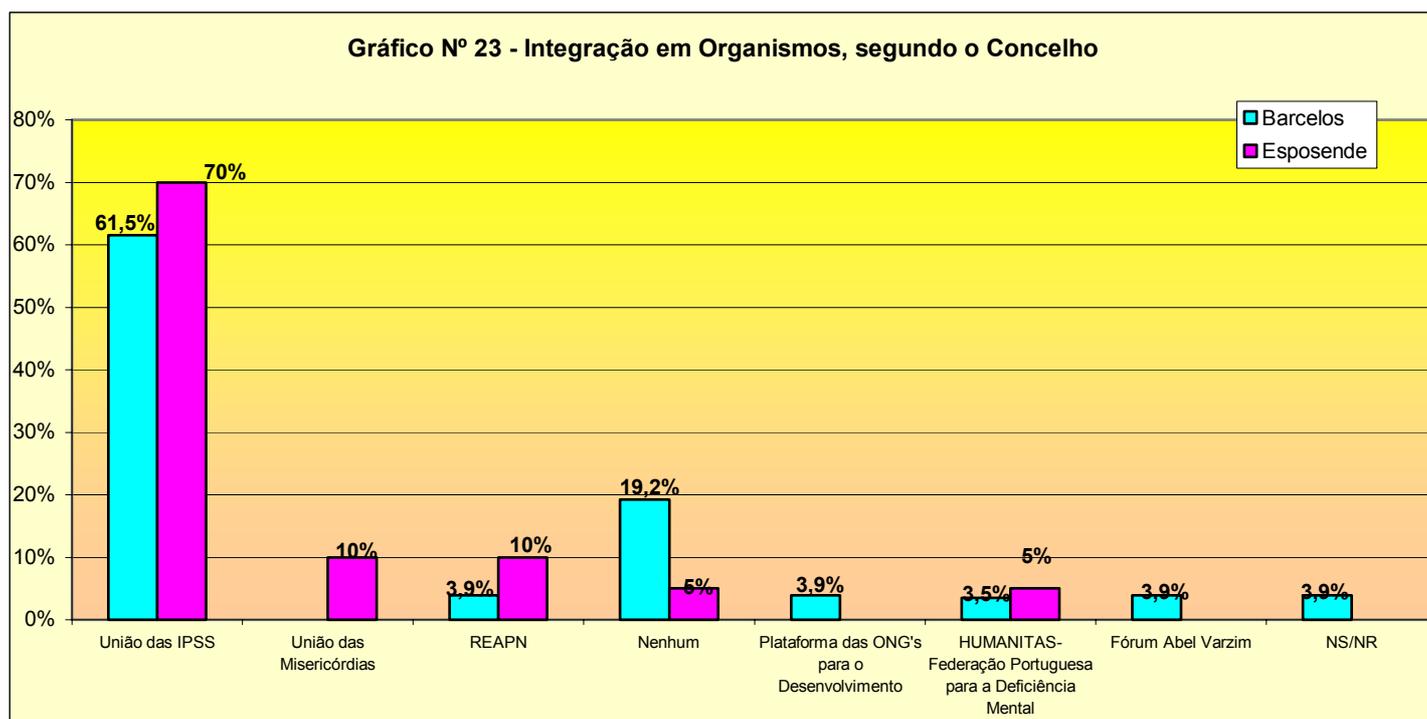
Os valores referem-se ao n.º total de respostas obtidas.

Média:1,1

Como seria de esperar uma vez que a maioria possui o estatuto jurídico de IPSS (Associação, Fundação, Centro Social e Paroquial, Irmandade de Misericórdia) e de Entidade Equiparada a IPSS (Cruz Vermelha Portuguesa, Casa do Povo), 65,2% integra a União das IPSS. Segue-se a integração na REAPN (6,5%), na União das Misericórdias (4,3%) e na Federação Nacional para a Deficiência Mental – HUMANITAS (4,3%).

Nota-se que 13% das instituições não se integra em nenhum organismo.

Analisando a pertença a organismos nacionais, segundo o concelho onde se localizam as instituições – Gráfico N.º 23 - verificamos que Barcelos apresenta em relação a Esposende, uma maior percentagem de instituições que não integra nenhum organismo (Barcelos: 19,2%; Esposende: 5%). As instituições que integram a União das Misericórdias localizam-se em Esposende (Santa Casa da Misericórdia de Esposende e, Santa Casa da Misericórdia de Fão).



## Formas de Melhoria dos Recursos Humanos

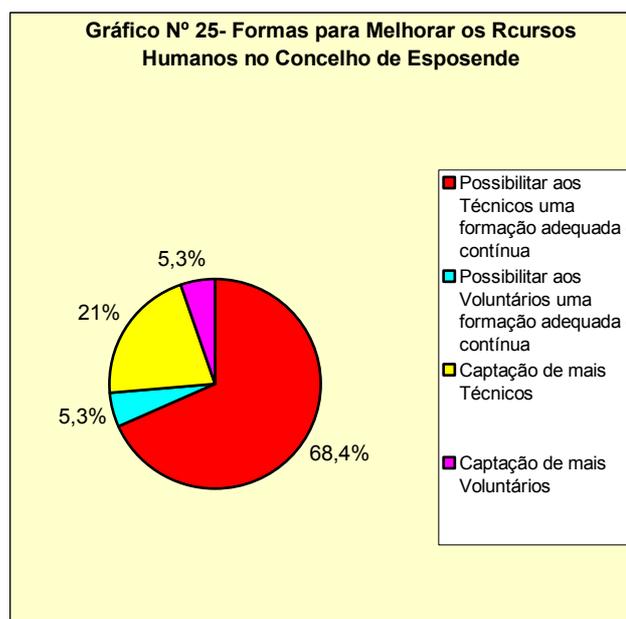
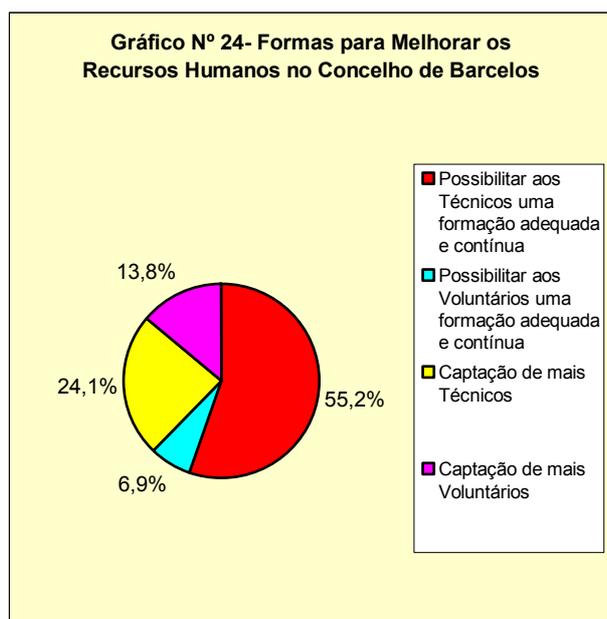
Os valores expostos no Quadro N.º 8 demonstram-nos que as instituições consideram a formação contínua, quer para técnicos quer para voluntários, a melhor forma de melhorar os recursos humanos da instituição, totalizando 66,7% das respostas. No entanto, a valorização da formação é atribuída quase na totalidade aos técnicos, reunindo 60,4%. A captação de mais técnicos e de mais voluntários regista uma percentagem de 33,3%.

**Quadro Nº 8 – Formas para Melhorar os Recursos Humanos da Instituição.**

Formas de Melhorar	V.A.	%
Possibilitar aos Técnicos uma formação adequada e contínua	29	60,4
Possibilitar aos Voluntários uma formação adequada e contínua	3	6,3
Captação de mais Técnicos	11	22,9
Captação de mais Voluntários	5	10,4
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>100</b>

Os valores absolutos referem-se ao nº de respostas válidas obtidas.

Em suma, podemos deduzir que a formação adequada e contínua é sobretudo valorizada para os técnicos, enquanto que a captação de mais recursos, evidencia-se em relação ao voluntariado (técnicos: formação contínua – 60,4%; maior captação – 22,9% / voluntários: formação contínua – 6,3%; maior captação – 10,4%).



As instituições de Barcelos e de Esposende entendem que a melhor forma de melhorar os recursos humanos da instituição consiste em proporcionar formação aos técnicos – Gráficos N° 24 e N.º 25.

No entanto, verificamos que, comparativamente a Barcelos, as instituições de Esposende valorizam mais a formação contínua para os técnicos, enquanto que as instituições de Barcelos atribuem mais importância à captação de voluntários, apresentando uma maior percentagem (Barcelos – 13,8% ; Esposende – 5,3%), o que estará relacionado com o facto das práticas de voluntariado serem mais desenvolvidas neste concelho – como verificamos anteriormente.

## IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS NA ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO DA INSTITUIÇÃO

### Problemas Sociais Identificados na Área de Intervenção das Instituições

Uma das questões mais pertinentes deste estudo diz respeito à identificação dos principais problemas existentes na área de intervenção das instituições. Numa escala de classificação, foi solicitado aos inquiridos que classificassem determinado conjunto de problemáticas sociais de acordo com a gravidade que lhes atribuem.

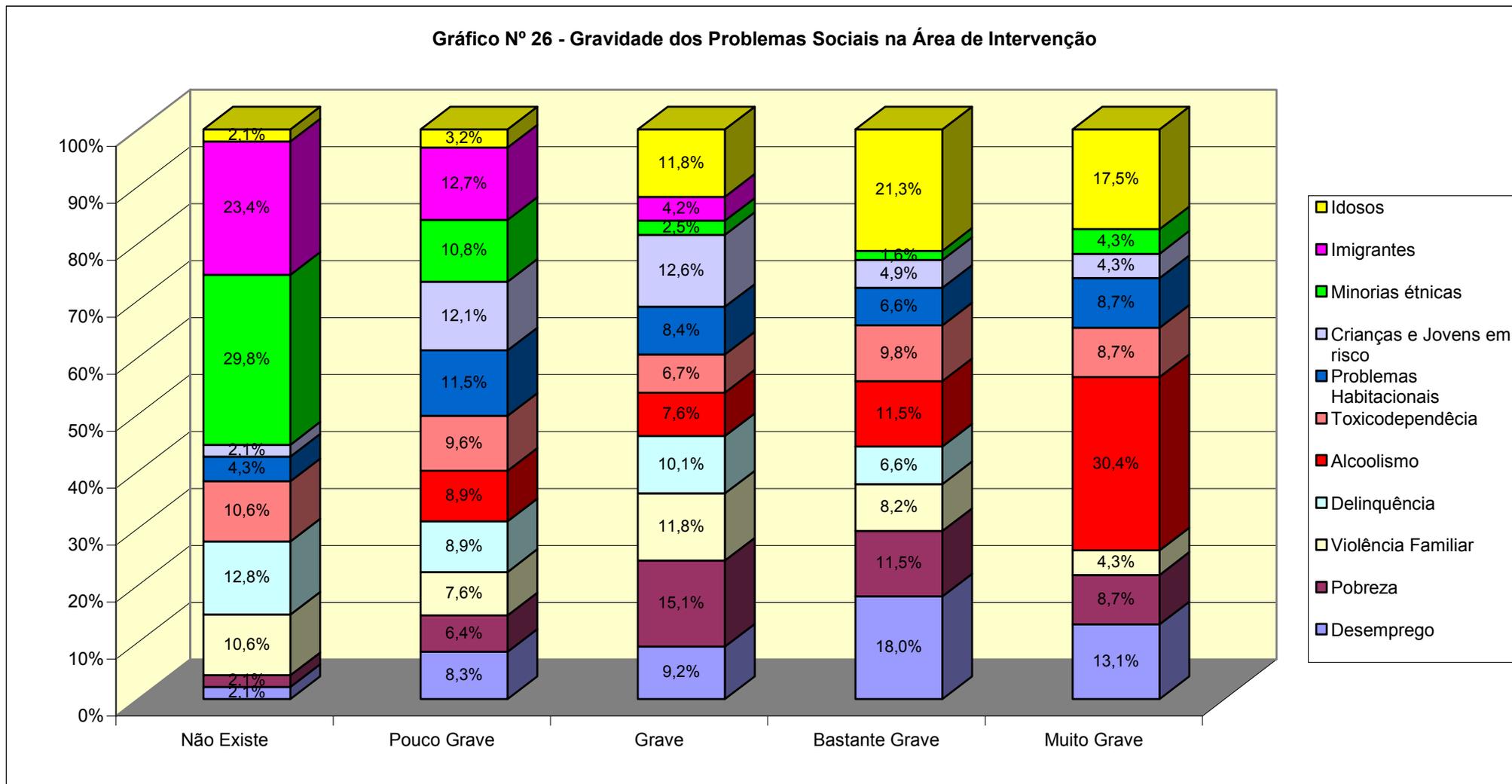
O Gráfico N° 26 ilustra precisamente os resultados destas atribuições. Parece evidenciar-se que as situações de exclusão vivenciadas pelos idosos, o alcoolismo e o desemprego são considerados problemas “muito graves”, sendo que o alcoolismo regista 30,4%.

O alcoolismo é uma doença caracterizada por uma dependência do álcool (etanol) do ponto de vista físico e psíquico, afectando o comportamento do indivíduo. Não é uma doença individual porque envolve todos os membros da família. O alcoolismo está muitas vezes associado às situações de violência familiar sobre os membros mais vulneráveis (mulheres, crianças e idosos), normalmente exercidas por indivíduos do sexo masculino, sob a forma de violência física, psicológica, sexual, verbal e emocional.

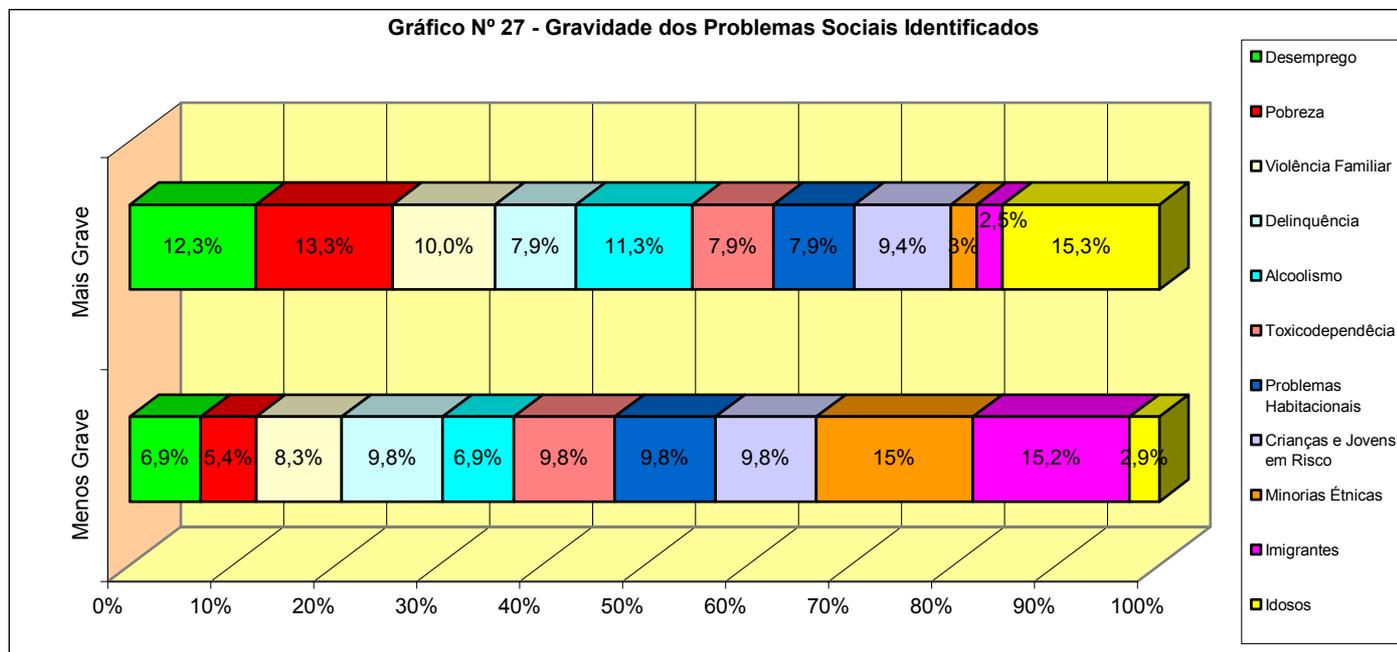
Em contrapartida, os problemas sociais aos quais é atribuída menor gravidade dizem respeito à imigração e às minorias étnicas. Com efeito, verifica-se que cerca de 30% e, aproximadamente 23,4% das instituições não atribuem, respectivamente, qualquer tipo de gravidade quer às minorias étnicas quer aos imigrantes.

Não podemos deixar de referir que todas as problemáticas sociais, independentemente da dimensão do fenómeno nas diversas áreas geográficas, abrangendo mais ou menos pessoas, devem e têm de ser alvo de intervenção por parte das instituições, mediante os objectivos a que se propõem e os recursos de que dispõem.

Gráfico Nº 26 - Gravidade dos Problemas Sociais na Área de Intervenção



Ainda acerca da gravidade dos problemas sociais identificados, de modo a facilitar a nossa análise, optamos por criar dois grandes grupos de classificação: mais grave (que integra as categorias “grave” e “muito grave”); e menos grave (que integra as categorias “não existe” e “pouco grave”) – Gráfico N.º 27.



De um modo geral, pela análise destes dados parece confirmar-se o que foi anteriormente referido. Verificamos que os idosos (15,3%), a pobreza<sup>4</sup> (13,3%), o desemprego (12,3%), o alcoolismo (11,3%), a violência familiar (10%) e as crianças e jovens em situação de risco acrescido (9,4%) são considerados os problemas mais graves.

Confirma-se também, que as minorias étnicas e os imigrantes não constituem um problema social tão grave nas áreas de intervenção das instituições, quanto os referidos anteriormente. Com efeito, estes problemas registam os valores mais elevados na classificação “menos grave” com respectivamente, 15,2%.

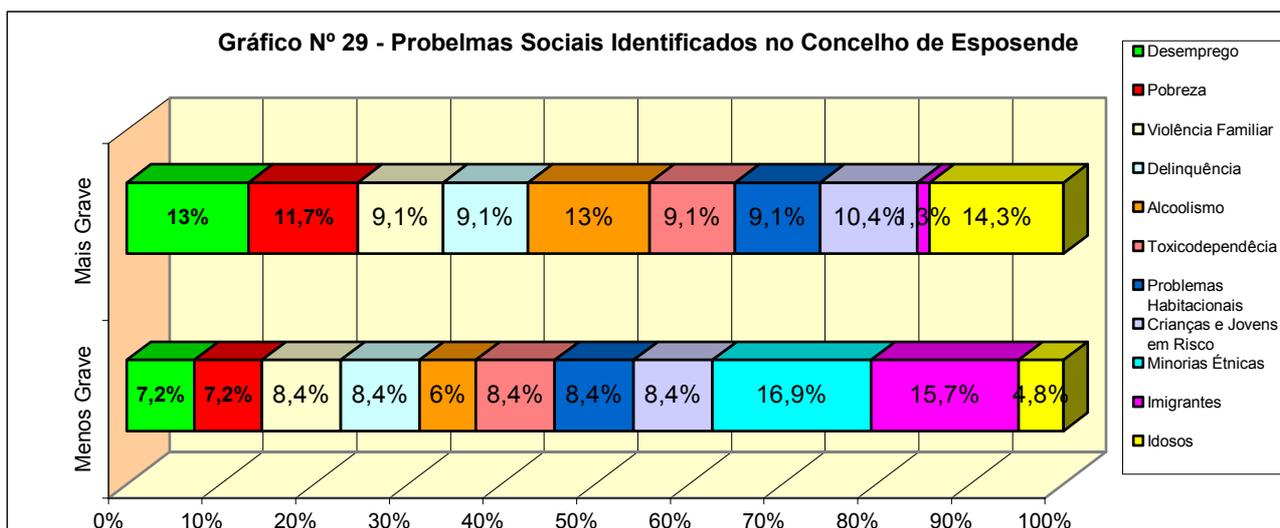
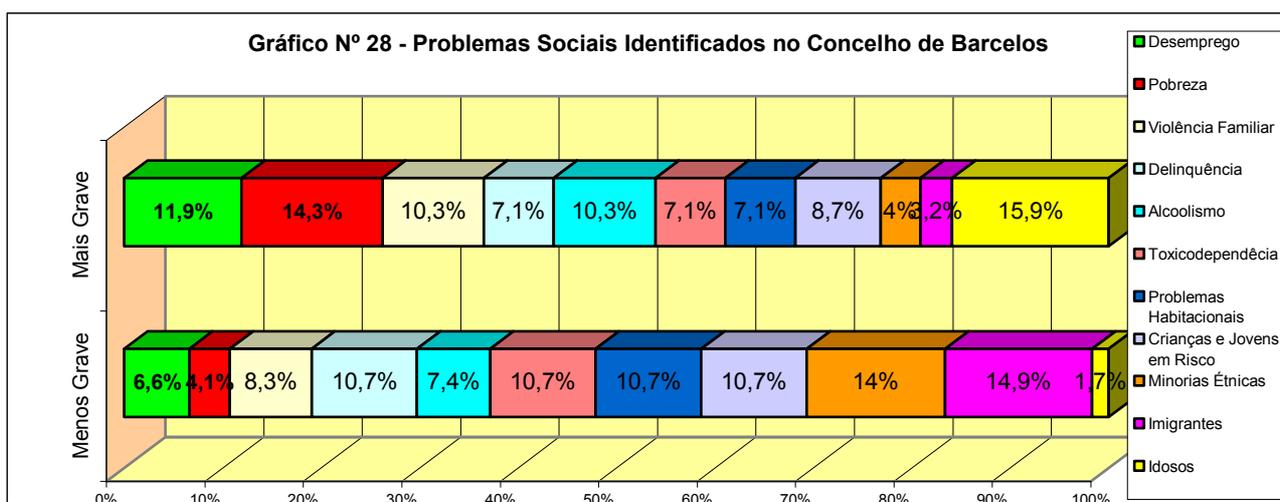
No que diz respeito à delinquência, à toxicod dependência, aos problemas habitacionais e às crianças e jovens em risco, verificamos que as opiniões divergem, uma vez que estes problemas sociais apresentam valores semelhantes tanto na classificação “menos grave”, como na classificação “mais grave”.

De modo a verificarmos se existem diferenças entre os principais problemas, optamos por fazer a nossa análise por concelho.

<sup>4</sup> Note-se que a Pobreza, problemática referida pelos nossos inquiridos é um problema social multifactorial que só por si, pode ou não integrar os restantes problemas sociais considerados na nossa análise.

Verifica-se que as opiniões emitidas em ambos os concelhos não apresentam grandes divergências. Com efeito os principais problemas sociais considerados (Gráficos N.º 28 e N.º 29) são a Terceira Idade, a pobreza, o alcoolismo, o desemprego e a violência familiar; e os considerados menos graves são, tanto num concelho como no outro, os que dizem respeito às minorias étnicas e aos imigrantes.

No entanto, é de referir que se por um lado as instituições de Esposende acentuam mais o problema do alcoolismo, por outro lado, as instituições de Barcelos acentuam ligeiramente a gravidade da pobreza no concelho. Acrescente-se ainda que apenas instituições de Barcelos (4%) consideraram as minorias étnicas um problema social grave.



## DESENVOLVIMENTO E FORMAS DE ACTUAÇÃO, DE TRABALHO E INTERVENÇÃO

### Respostas Sociais

Para além de percebermos quais os problemas sociais na área geográfica, procuramos saber que tipo de respostas são desenvolvidas no terreno pelas instituições. Será que as respostas sociais desenvolvidas pelas instituições vão de encontro aos problemas sociais identificados?

Observando o Quadro Nº 9, verificamos que as respostas sociais mais desenvolvidas são: o apoio às famílias (29,8%), as respostas dirigidas aos idosos (21,9%), as respostas para crianças e jovens em risco (14%), a pobreza (8,8%) e o desemprego (7,9%). Pelo contrário, os imigrantes (0,9%), a toxicod dependência (0,9%), as minorias étnicas (1,8%), a violência familiar (3,5%), o alcoolismo (3,5%), a deficiência (3,5%) e os problemas habitacionais (2,6%), registam os menores valores.

**Quadro Nº. 9 – Respostas Sociais aos Problemas Identificados pelas Instituições.**

Respostas Sociais	V.A.	%
Desemprego	9	7,9
Pobreza	10	8,8
Minorias Étnicas	2	1,8
Idosos	25	21,9
Violência Familiar	4	3,5
Alcoolismo	4	3,5
Toxicod dependência	1	0,9
Problemas Habitacionais	3	2,6
Crianças e Jovens em risco	16	14
Deficiência	4	3,5
Apoio às Famílias	34	29,8
Imigrantes	1	0,9
Educação Infantil	1	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

Os valores referem-se ao nº. total de respostas obtidas.

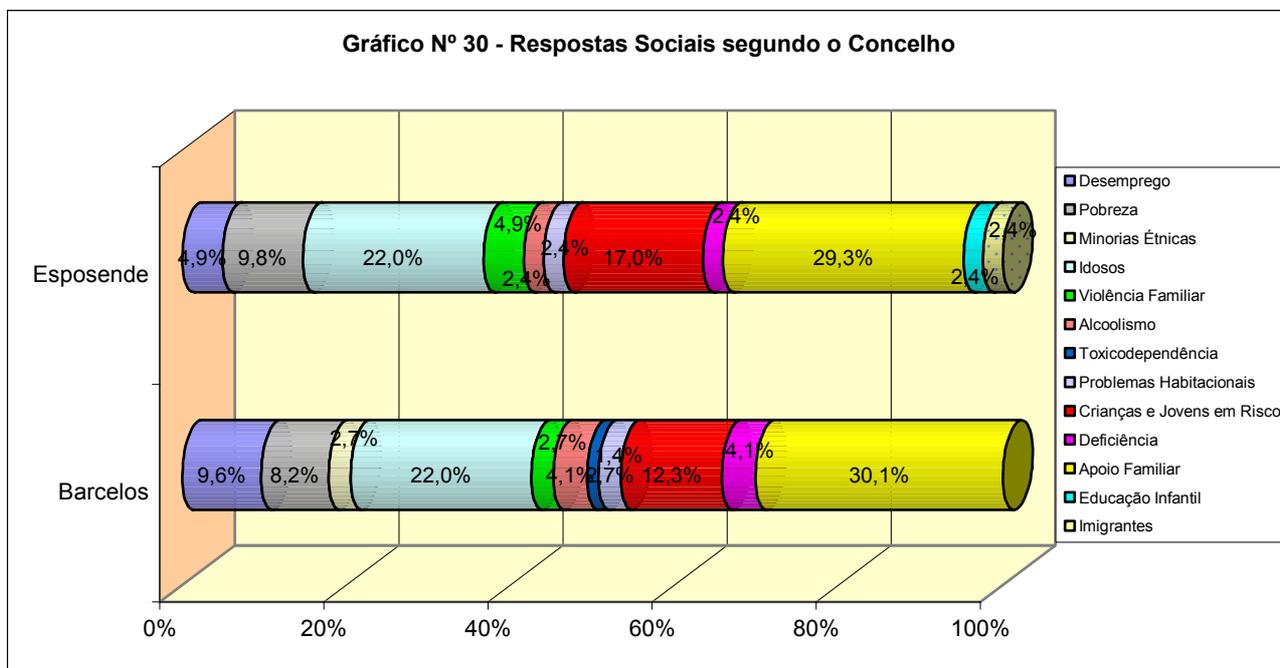
De um modo geral podemos concluir que as instituições desenvolvem respostas para os principais problemas sociais (Terceira Idade, alcoolismo, pobreza, desemprego e violência familiar), principalmente no que concerne os idosos, que vivem em situação de vulnerabilidade social, uma vez que 21,9% das respostas destinam-se a este público. A pobreza e o desemprego também têm respostas por parte das instituições, com respectivamente 8,8% e 7,9%.

No entanto, parece evidenciar-se que não existem respostas suficientes para os problemas da violência familiar e do alcoolismo (problema este considerado muito grave por 30,4%), uma vez que o número de respostas é baixo (3,5% respectivamente).

Não podemos deixar de referir que as respostas sociais com maior percentagem (apoio às famílias) é só por si, bastante abrangente, o que significa que os serviços disponibilizados neste âmbito, poderão eventualmente intervir ao nível da violência familiar, do alcoolismo, da toxicod dependência, entre outros.

Note-se ainda que não sendo considerados problemas muito graves, os imigrantes e minorias étnicas registam poucas respostas sociais.

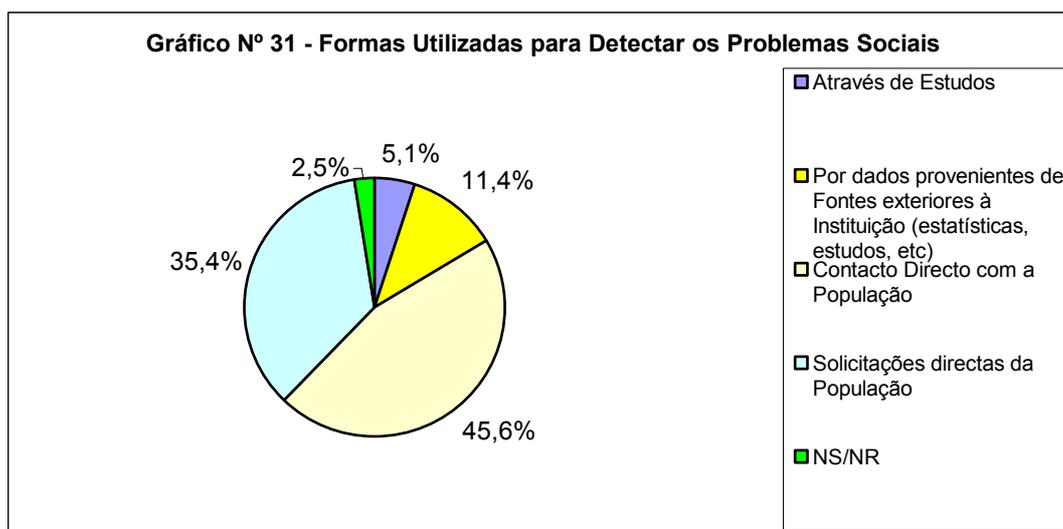
É ainda de salientar que as crianças e jovens apresentam um número considerável de respostas sociais (14%), o que estará relacionado com o facto destas serem um dos principais públicos-alvo das instituições.



Segundo o Gráfico Nº 30, observa-se que Esposende destaca-se ao reunir um maior número de respostas dirigidas para as crianças e jovens em risco e à violência familiar. Por sua vez, Barcelos desenvolve mais respostas no âmbito do desemprego, das minorias étnicas, da deficiência e do combate ao alcoolismo.

### Formas Utilizadas para Detectar os Problemas Sociais

As formas utilizadas pelas instituições, para detectar os problemas sociais, constituem uma questão pertinente, uma vez que nos remete para a ideia da construção do diagnóstico, instrumento fundamental para a definição de metodologias e estratégias de intervenção.



Os dados apresentados no Gráfico N.º 31, demonstram-nos a importância atribuída pelas instituições ao contacto e às solicitações directas da população (reunindo 81% das respostas), no que concerne as formas utilizadas para a detecção dos problemas sociais. Em contrapartida, a utilização de dados provenientes de fontes exteriores à instituição (estatísticas, estudos, etc.) e, a realização de estudos constituem instrumentos utilizados por 16,5% das instituições.

Em média, pelo número total de respostas obtidas – ver Quadro N° A44 em Anexo – cada instituição referiu utilizar duas formas para detectar os problemas sociais.

### **Auto-Avaliação das Instituições Face à sua Intervenção**

Podemos deduzir pelo Quadro N° 10 que a grande maioria das instituições possui uma opinião muito positiva acerca da sua intervenção. Salienta-se que 93% das instituições avaliam a sua intervenção de forma positiva uma vez que consideram contribuir de forma efectiva e directa para a resolução dos problemas sociais, sendo que 48,8% estão enquadrados num trabalho realizado em parceria alargada e 25,6% num trabalho realizado com uma ou duas entidades parceiras. Subentende-se que é atribuída pelas instituições grande importância ao trabalho em rede ou parceria.

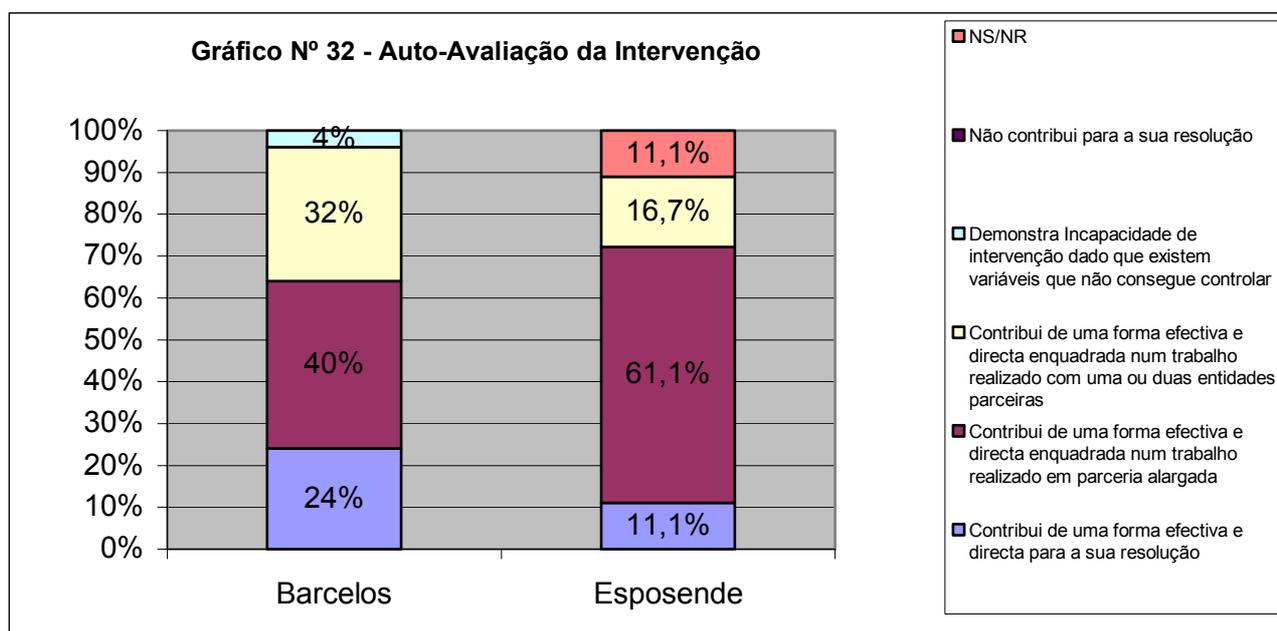
É de salientar ainda que uma instituição referiu que existem variáveis que não se consegue controlar pelo que a intervenção não tem, por vezes, os resultados desejáveis.

**Quadro N.º 10 - Auto-Avaliação da Intervenção em Relação aos Problemas identificados.**

Auto-Avaliação	V.A.	%
Contribui de forma efectiva e directa para a sua resolução.	8	18,6
Contribui de forma efectiva e directa enquadrada num trabalho realizado em parceria alargada.	21	48,8
Contribui de uma forma efectiva e directa enquadrada num trabalho realizado com um a ou duas entidades parceiras.	11	25,6
Demonstra incapacidade de intervenção dado que existem variáveis que não consegue controlar.	1	2,3
NS/NR	2	4,7
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Analisando a auto-avaliação da intervenção por concelho – Gráfico N.º 32 - verificamos que tanto em Barcelos como em Esposende, as instituições entendem que contribuem de forma efectiva e directa enquadrados num trabalho realizado em parceria alargada (embora isso seja mais evidente nas instituições de Esposende – Esposende: 61,1% / Barcelos: 40%).

A auto-avaliação feita pelas instituições de Barcelos, em relação às de Esposende, demonstra opiniões mais diversificadas: 40% entende contribuir de forma efectiva e directa para a resolução dos problemas sociais num trabalho realizado em parceria alargada; 32% intervém num trabalho realizado com uma ou duas entidades parceiras; e 24% referiu apenas que contribui de forma efectiva e directa para a resolução dos problemas sociais identificados.



## **Tipo de Trabalho/Colaboração**

Segue-se a análise do tipo de trabalho e colaboração que é desenvolvido pelas instituições com outras entidades – Quadro N.º 11.

O trabalho em parceria tem como objectivo actuar num local, capacitando os recursos disponíveis de meios para operar uma mudança estruturada.

Em média, cada instituição desenvolve o seu trabalho em parceria/colaboração com outras doze instituições, evidenciando-se a parceria efectuada ao nível local (68,4%); 30,1% desenvolve parcerias ao nível regional e nacional, e apenas 1,5% referiu a Comissão Europeia (nível internacional) como parceira para o desenvolvimento de projectos.

Ao nível local destacam-se as parcerias com a Câmara Municipal (12,2%), as Juntas de Freguesia (8,1%), os Estabelecimentos Educativos (8%), os Centros de Emprego (7,7%), os Serviços Locais de Segurança Social (7,1%), os Centros de Saúde, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (com respectivamente 6,6%).

Ao nível regional/nacional destacam o trabalho realizado em parceria com os Centros Regionais de Segurança Social (9%), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (7,1%), seguindo-se a Direcção Regional de Educação (3,6%), o Instituto Português da Juventude (3,4%) e a União das IPSS (3,4%).

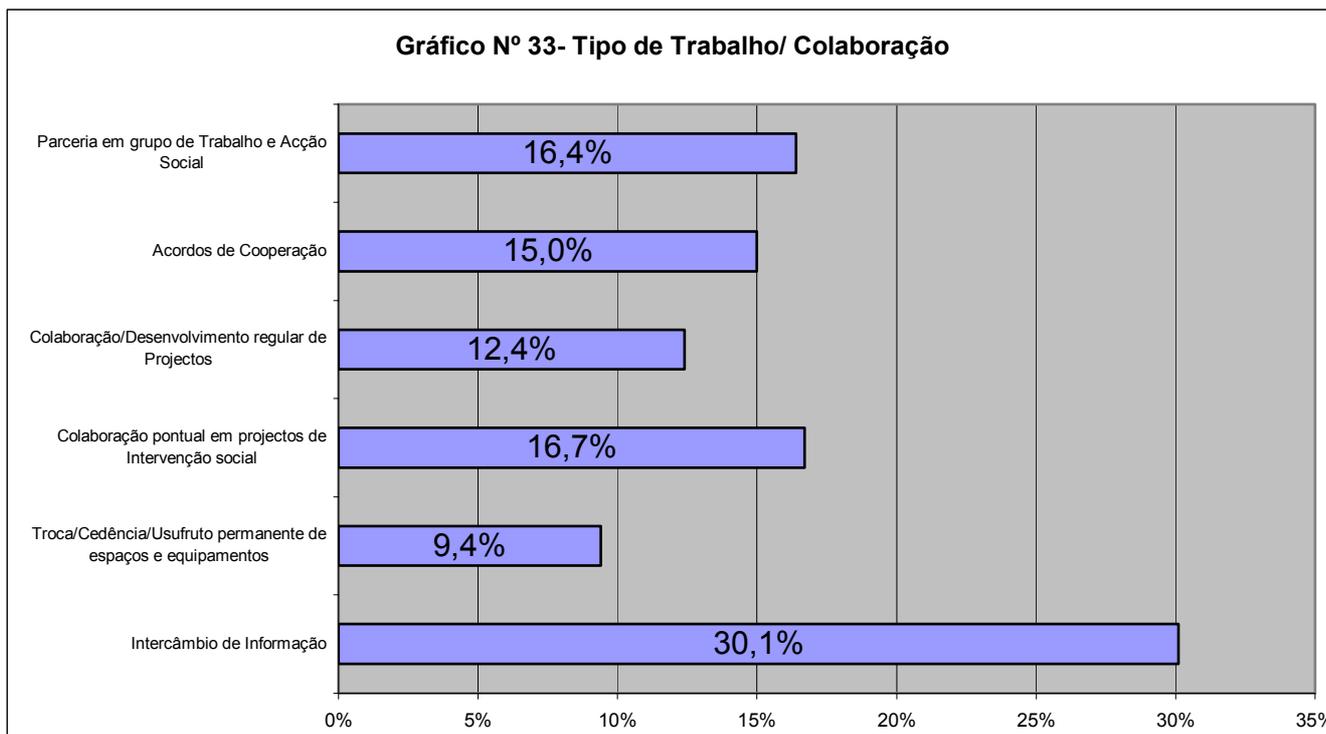
Quadro Nº. 11 – Trabalho/Colaboração

Instituições		Trabalho/Colaboração	
		V.A.	%
<b>A Nível Local</b>	Câmara Municipal	65	12,2
	Junta de Freguesia	43	8,1
	Santa Casa da Misericórdia	11	2,1
	IPSS	35	6,6
	Associações de Desenvolvimento Local	15	2,8
	Outras Associações sem fins Lucrativos	24	4,5
	Serviços Locais de Segurança Social	38	7,1
	Centros de Saúde	35	6,6
	Centros de Emprego	41	7,7
	Estabelecimentos Educativos	42	8
	Outros Organismos Públicos	15	2,8
<b>Sub-Total</b>		<b>364</b>	<b>68,4</b>
<b>A Nível Regional / Nacional</b>	Comissão de Coordenação Regional	3	0,6
	Direcção Regional de Educação	19	3,6
	Centro Regional de Segurança Social	48	9
	Administração Regional de Saúde	13	2,4
	IEFP	38	7,1
	Instituto Português da Juventude	18	3,4
	União das Mutualidades	1	0,2
	União das Misericórdias	2	0,4
União das IPSS	18	3,4	
<b>Sub-Total</b>		<b>160</b>	<b>30,1</b>
<b>A Nível Internacional</b>	Comissão Europeia	8	1,5
	Organização Mundial de Saúde	-	-
	Organizações Congéneres	-	-
	EAPN	-	-
<b>Sub-Total</b>		<b>8</b>	<b>1,5</b>
<b>TOTAL</b>		<b>532</b>	<b>100</b>

Os valores referem-se ao n.º total de respostas obtidas.  
Média = 12,4

Quanto ao tipo de trabalho/colaboração que é desenvolvido pelas entidades locais, verificamos pelo Gráfico Nº 33 que, o intercâmbio de informação regista a maior percentagem com 30,1%. Segue-se a colaboração pontual em projectos (16,7%), a parceria em grupos de trabalho e acção social (16,4%), os acordos de cooperação (15%), a colaboração e o desenvolvimento regular de projectos (12,4%) e a troca de equipamentos e espaços com 9,4%.

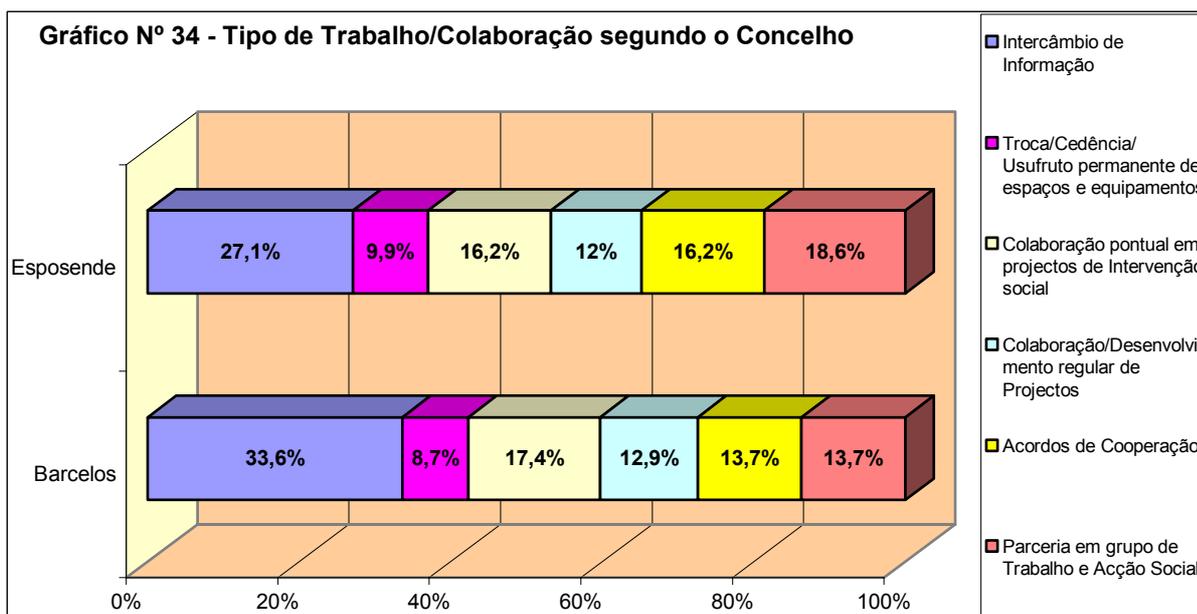
É de salientar que, algumas das parcerias enquadram-se no âmbito do apoio financeiro. Será o caso de alguns acordos de cooperação com a Segurança Social, com o IEFP, com a Comissão Europeia e com as Câmaras Municipais – ver Quadro Nº A47 em Anexo.



A nível concelhio, as instituições de Esposende apresentam em média, um maior número de parceiros – Esposende: 16; Barcelos: 9 - ver Quadro N° A48 em Anexo.

Pelo Gráfico N° 34, verificamos que as instituições de Barcelos evidenciam-se no que concerne a troca de informação, e que as instituições de Esposende reúnem maiores percentagens no que respeita os acordos de cooperação e as parcerias em grupo de trabalho e acção social.

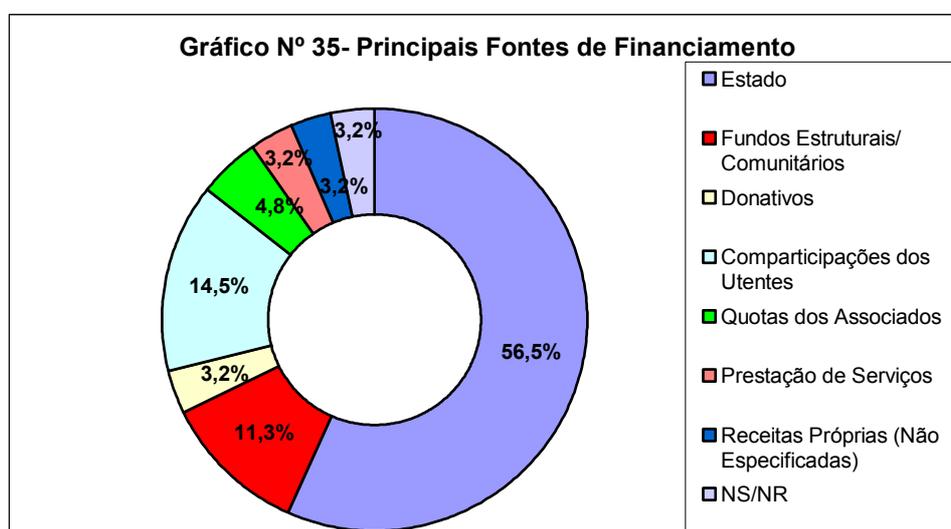
Podemos assim deduzir que a filosofia de intervenção das instituições de Esposende assentam mais no pressuposto do trabalho em parceria ou em rede, comparativamente a Barcelos.



## Fontes de Financiamento

A principal fonte de financiamento das entidades para o desenvolvimento das intervenções é o Estado (56,5%). A apresentação e a aprovação de candidaturas a programas Nacionais/Comunitários permitiram a 11,3% das instituições aceder a Fundos Estruturais/Comunitários. A comparticipação dos utentes corresponde a 14,5% do total das fontes de financiamento – Gráfico N° 35. As quotas dos associados (4,8%), os donativos, a prestação de serviços e as receitas próprias, com 3,2% respectivamente, representam outras fontes de financiamento das instituições.

Verificamos que as fontes de financiamento não divergem muito entre as instituições de Esposende e Barcelos – ver Quadro N° A50 em Anexo.



## Participação/ Desenvolvimento de Projectos no Âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários

Verifica-se em relação ao desenvolvimento de projectos que a grande maioria – 53,5% - não desenvolve nem participa em projectos de âmbito nacional e/ou comunitário – Quadro N.º 12. No entanto, 30,2% desenvolve e participa neste tipo de projectos, destacando-se com um valor mais elevado, as instituições de Esposende – Quadro N.º13.

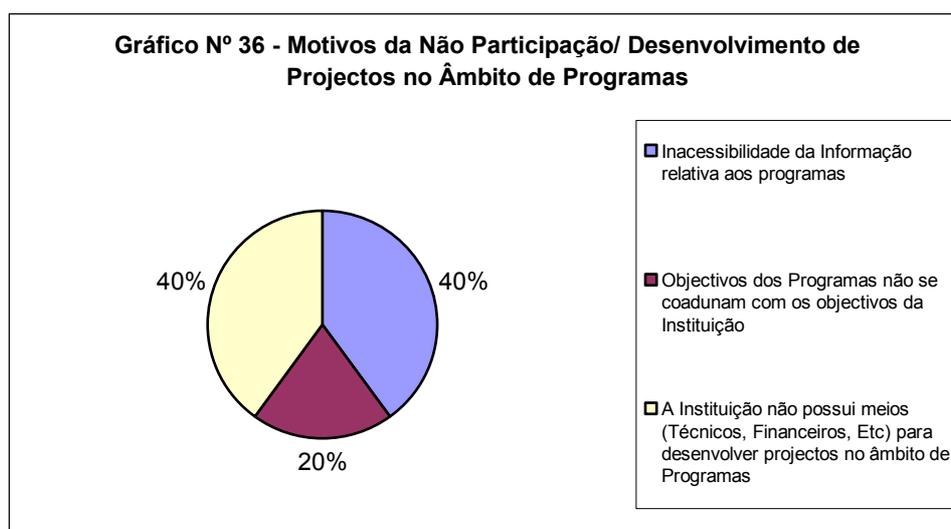
**Quadro N° 12 – Participação em Projectos.**

Participação	V.A.	%
Sim	13	30,2
Não	23	53,5
NS/NR	7	16,3
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

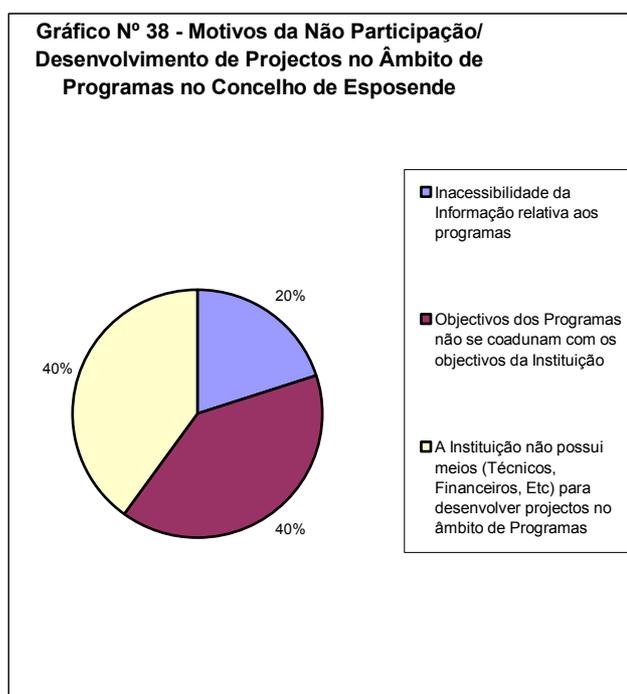
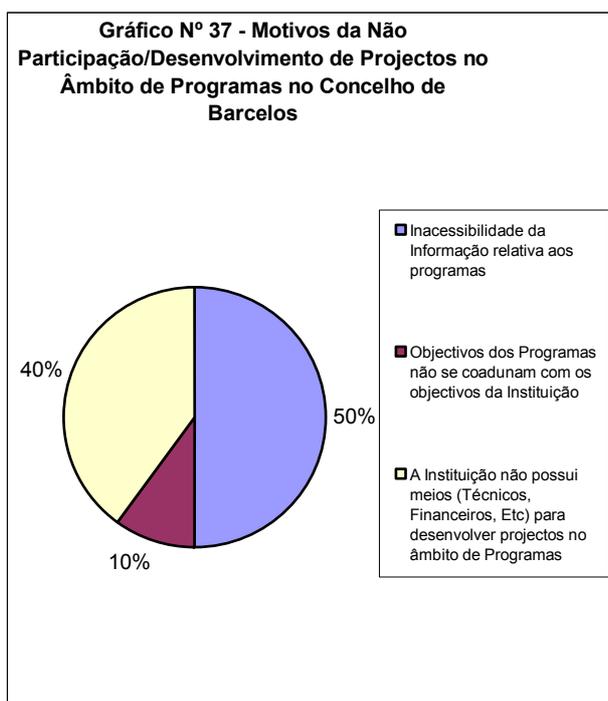
**Quadro N° 13 – Participação em projectos segundo o Concelho das Instituições.**

Participação em Projectos	Concelho			
	Barcelos		Esposende	
	V.A.	%	V.A.	%
Sim	7	28	6	33,3
Não	15	60	8	44,4
NS/NR	3	12	4	22,2
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

### Motivos da Não Participação/Desenvolvimento de Projectos



Do total das instituições que não desenvolvem projectos (ou seja, 23 instituições das quais 15 localizam-se em Barcelos e, 8 em Esposende), apontam como principais motivos: a inacessibilidade da informação relativa a programas e, o facto de não possuírem os meios suficientes (técnicos, financeiros, etc.) - com respectivamente 40% - Gráfico N° 36. Para além disso, 20% considera que os objectivos dos programas não se coadunam com os objectivos da instituição.



Pelos Gráficos N° 37 e N° 38, parece evidenciar-se que as instituições de Barcelos atribuem à inacessibilidade de informação o principal motivo da não participação em projectos. Este dado vem de alguma forma contrariar o que foi anteriormente referido acerca do tipo de trabalho/colaboração realizado, uma vez que o intercâmbio da informação foi considerado como a principal forma de colaboração entre as instituições localizadas em Barcelos. Assim, subentende-se que essa troca de informação não passará tanto pela divulgação de programas nacionais/comunitários

No que concerne Esposende, destaca-se a insuficiência de recursos técnicos e financeiros, e o facto dos objectivos dos programas não se coadunarem com os objectivos da instituição.

**Quadro N° 14 – A Instituição Mostra Interesse em Participar em Projectos.**

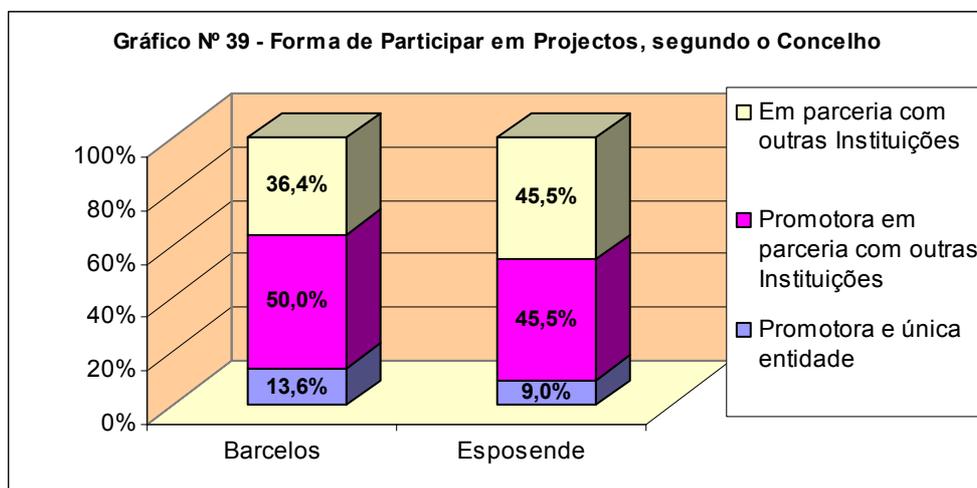
Interesse em participar	V.A.	%
Sim	29	67,4
NÃO	5	11,6
NS/NR	9	20,9
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

**Quadro N° 15 – De que forma a Instituição estaria interessada em participar nos Projectos.**

Forma de Participação	V.A.	%
Promotora e única entidade	4	12,1
Promotora em parceria com outras instituições	16	48,5
Em parceria com outras instituições	13	39,4
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

Os valores obtidos referem-se ao N°. total de respostas obtidas.

Segundo o Quadro N.º 14, apesar de não participarem em projectos, as instituições demonstram interesse neste tipo de intervenção. A maior parte gostaria de ser promotora em parceria com outras instituições (48,5%), ou de desenvolver projectos em parceria com outras instituições (39,4%). Para além disso, 12,1% gostaria de ser promotora e única entidade - Quadro N.º 15.



Pelo Gráfico N.º 39, verificamos que não existe grande diversidade de opinião entre as instituições de Barcelos e de Esposende.

## REPRESENTAÇÕES SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL E FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARA A SUA ATENUAÇÃO OU RESOLUÇÃO

### Vulnerabilidade dos Grupos Sociais

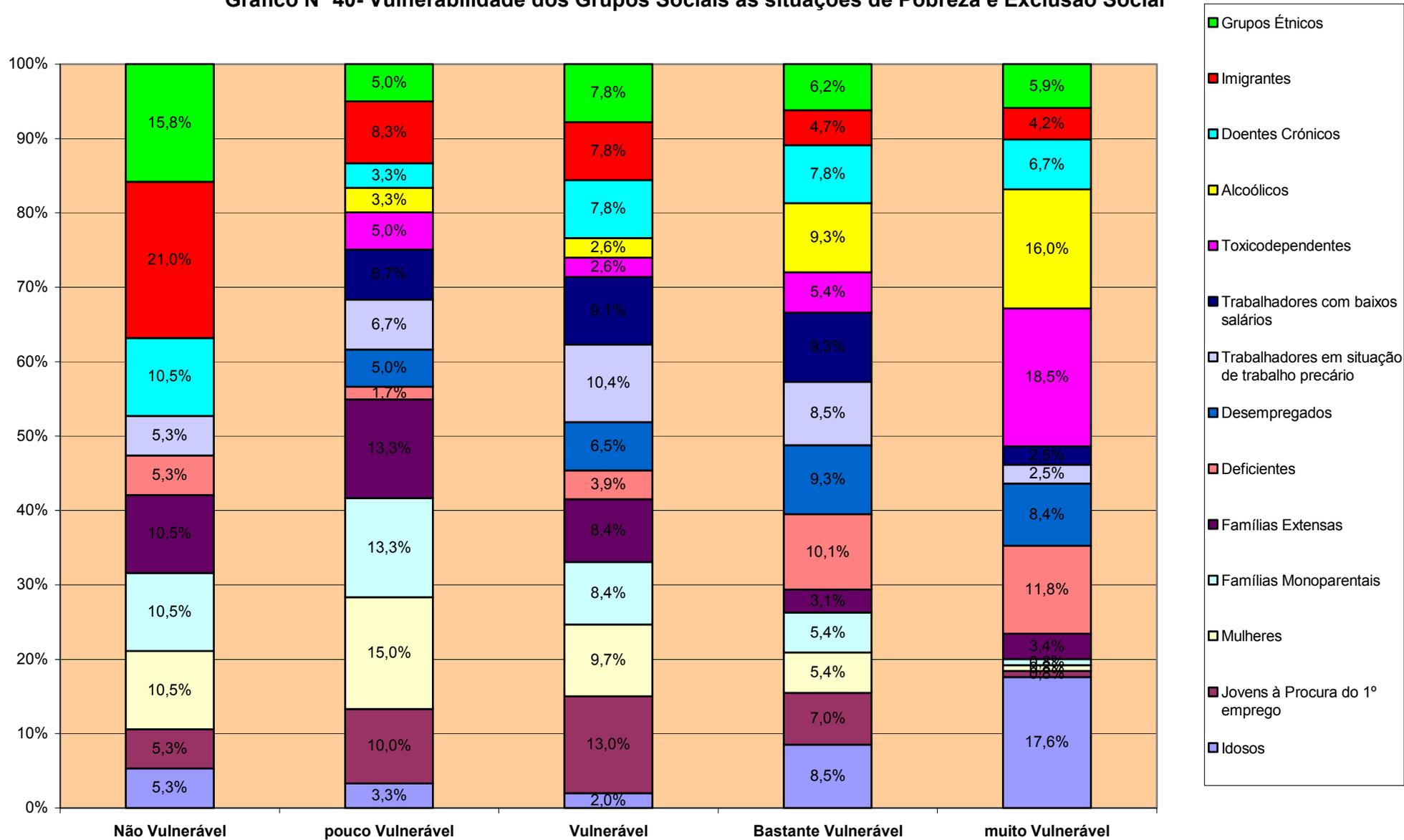
De modo a percebermos quais as representações sobre a Exclusão Social, analisamos em seguida o grau de vulnerabilidade, atribuída pelas instituições, aos diversos grupos sociais.

O Gráfico N.º 40 indica-nos que os toxicodependentes (18,5%)<sup>5</sup>, os idosos (17,6%), os alcoólicos (16%), os deficientes (11,8%) e os desempregados (8,4%), constituem grupos sociais muito vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social.

Os grupos sociais considerados menos vulneráveis são os imigrantes (21%) e ao grupos étnicos (15,8%).

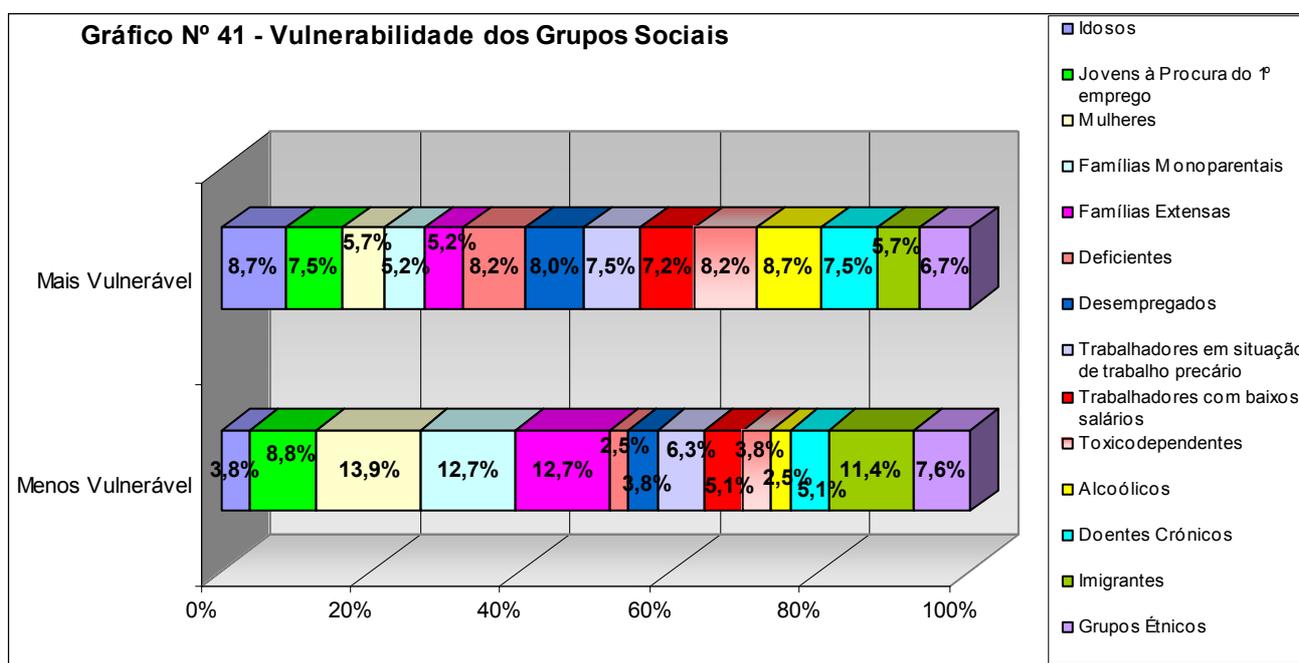
<sup>5</sup> Embora a toxicodependência não seja considerada um dos problemas sociais mais graves na área de intervenção das instituições, elas consideram este grupo muito vulnerável à pobreza e exclusão social.

**Gráfico N° 40- Vulnerabilidade dos Grupos Sociais às situações de Pobreza e Exclusão Social**

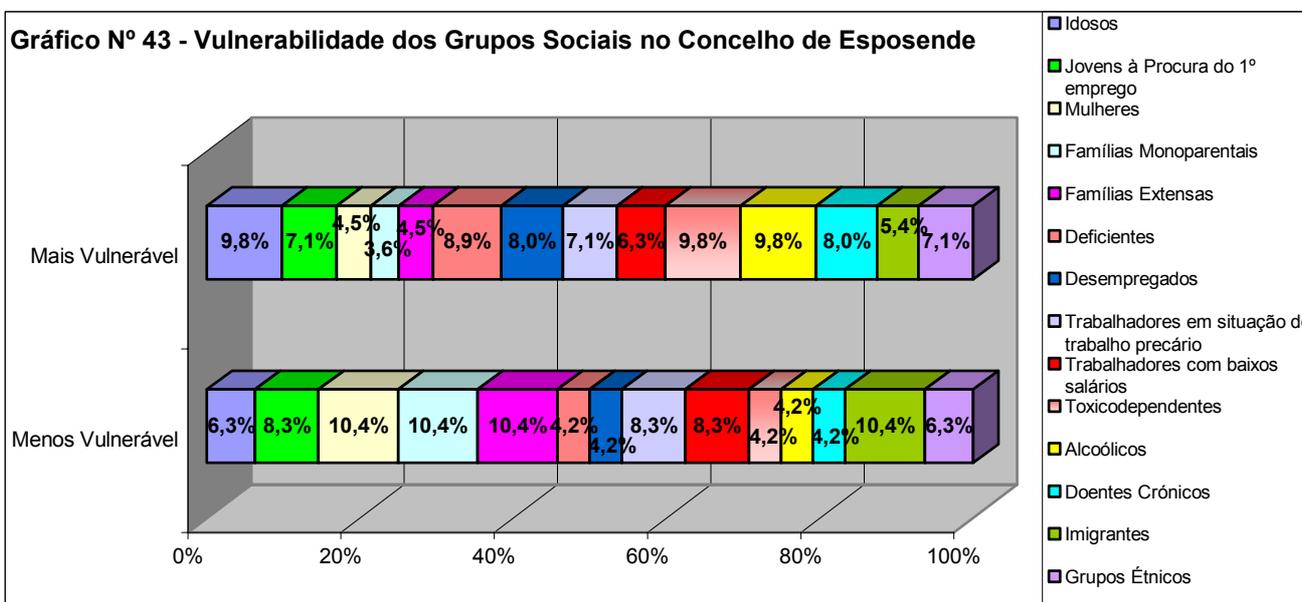
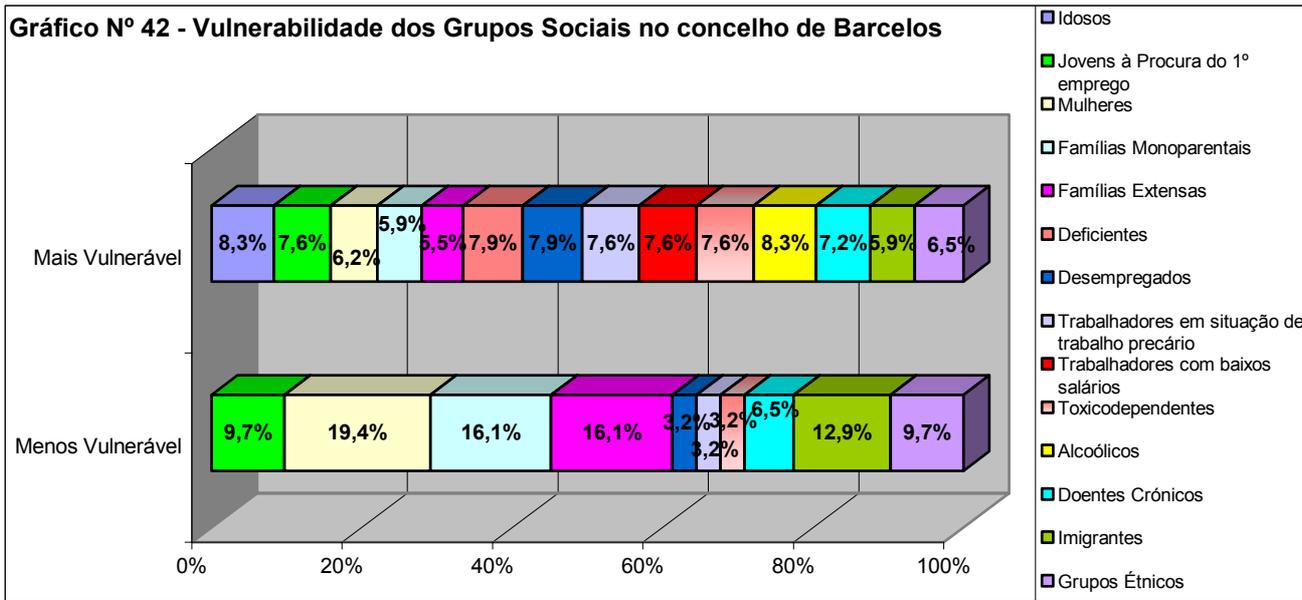


Uma vez mais para facilitar a nossa análise, uma vez que no Gráfico anterior os dados se encontram demasiado dispersos, criamos duas categorias: “menos vulnerável” (que congrega as categorias “não vulnerável” e “pouco vulnerável”) e “mais vulnerável” (que agrega as categorias “vulnerável”, “bastante vulnerável” e “muito vulnerável”).

Observa-se que, de um modo geral, todos os grupos são considerados vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social, destacando-se ligeiramente os alcoólicos (8,7%), os idosos (8,7%), os deficientes (8,2%), os toxicodependentes (8,2%) e os desempregados (8%). As mulheres (13,9%), as famílias monoparentais e as famílias extensas, com respectivamente 12,7% e os imigrantes (11,4%) parecem ser considerados os grupos sociais menos vulneráveis às situações de pobreza e de exclusão – Gráfico N.º 41.



Enquanto que nos grupos sociais considerados mais vulneráveis não se verifica grandes diferenças percentuais entre os concelhos – Gráficos N.º 42 e N.º 43, o mesmo não se verifica em relação aos considerados menos vulneráveis, uma vez que as instituições de Barcelos destacam as “mulheres”, as “famílias monoparentais” e as “famílias extensas”.



## Responsabilização pela resolução dos Problemas Sociais

Segundo o Decreto-Lei N° 119/83 de 25 de Fevereiro, da Segurança Social, é o Estado que a partir de acordos de cooperação viabiliza a sua relação com as acções das instituições. Assim «(...)quer as instituições prossigam os objectivos sociais por assim dizer complementares das que integram esquemas oficiais de protecção social (...), quer represente a intervenção principal no respectivo sector (...) em todas as situações está em causa o respeito e a preservação do princípio de que a acção das organizações particulares sem fins lucrativos, é

*fundamental para a própria consecução, mais rica e diversificada, dos objectivos de desenvolvimento social global de que o Estado é o superior garante (...)*» (CAPUCHA(coord) □ tal: s/d).

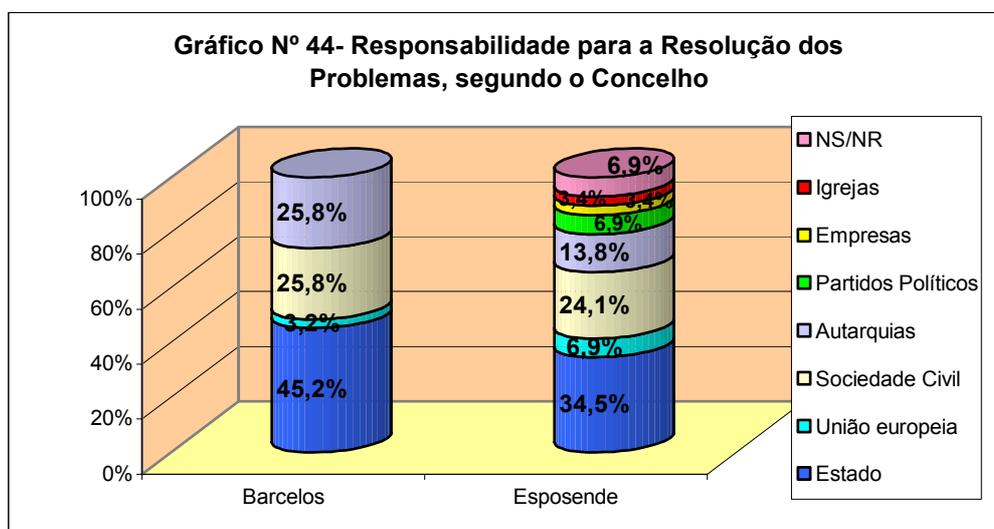
**Quadro Nº. 16 – Responsabilidade para a Resolução dos Problemas**

Entidades Responsáveis	V.A.	%
Estado	24	40
União Europeia	3	5
Sociedade Civil	15	25
Autarquias	12	20
Partidos Políticos	2	3,3
Empresas	1	1,7
Igrejas/Confissões Religiosas	1	1,7
NS/NR	2	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Os valores referem-se ao nº. total de respostas obtidas.  
Média: 1,4.

Em média cada instituição atribui a responsabilidade pela resolução dos problemas sociais a um organismo – Quadro Nº 16.

A atribuição da responsabilidade pela resolução dos problemas sociais recai, segundo 60% do nosso universo estatístico sobre o Estado (Estado:40%; Autarquias:20%). No entanto, a atribuição das responsabilidades é atribuída a outras entidades: Sociedade Civil (25%), à União Europeia (5%), aos partidos políticos (3,3%) a empresas e igrejas (1,7% respectivamente).



Em relação às opiniões emitidas nos concelhos em análise, as instituições de Esposende revelam maior diversidade de opinião quanto à responsabilização, enquanto que Barcelos atribui sobretudo responsabilidades ao Estado - 71% - (Estado:45,2%; Autarquias:25,8%) e à sociedade civil (25,8%) – Gráfico N.º44.

Apesar das instituições de Esposende também atribuírem uma maior responsabilidade ao Estado, destaca-se a atribuição de responsabilidade pela resolução dos problemas à Igreja, aos partidos políticos e às empresas. Segundo Amaro (2001), «a colaboração das empresas e das

suas associações na luta contra a exclusão social é fundamental, na medida em que completa o caminho que já se está a percorrer do social para o económico, como o percurso inverso, do económico para o social». As empresas têm hoje outras finalidades além da obtenção de lucros, que passa agora pelo desenvolvimento social e ambiental.

## Apoio Financeiro do Estado

Indo de encontro ao facto da maior parte das instituições atribuir ao Estado a responsabilidade pelos problemas sociais, verificamos igualmente que lhe é incumbido o dever de um maior apoio financeiro. Com efeito, 63% entende que o Estado deve reforçar os seus apoios à acção social para que as ONG's possam desenvolver o seu trabalho. Em contrapartida, 32,6% entende que o Estado não cobre nem pode cobrir todas as necessidades do sector – Quadro N° 17.

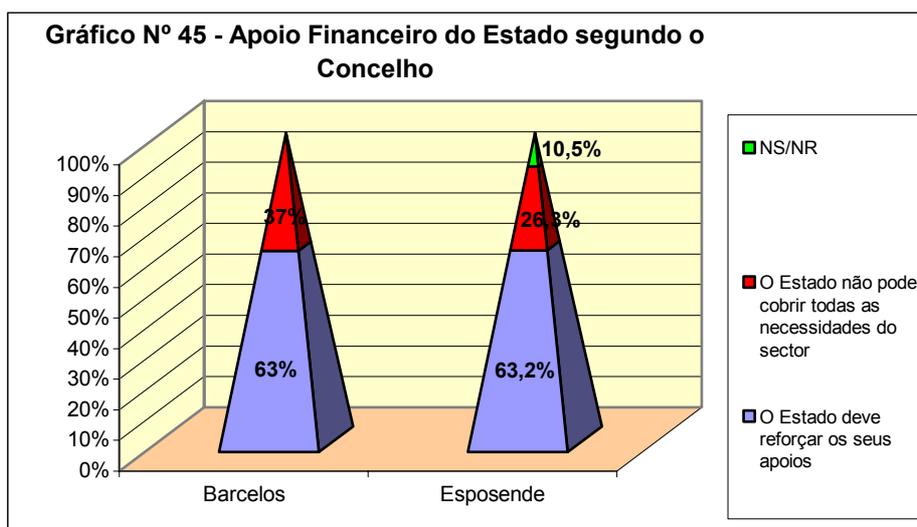
**Quadro N°. 17 – Percepção das Instituições sobre o Apoio Financeiro do Estado**

<b>Opinião sobre o apoio financeiro do Estado</b>	<b>V.A.</b>	<b>%</b>
O Estado deve reforçar os seus apoios à acção social já que aqueles que disponibiliza actualmente são manifestamente insuficientes para que as ONG's possam desenvolver o seu trabalho como o gostariam de fazer.	29	63
O Estado não cobre – nem pode cobrir todas as necessidades do sector, pelo que as ONG's devem procurar fontes de financiamento alternativas e desenvolverem formas inovadoras de captação de recursos.	15	32,6
NS/NR	2	4,4
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Os valores referem-se ao N°. total de respostas obtidas.

No que concerne as opiniões sobre o apoio financeiro do Estado, não parece haver grandes diferenças entre as instituições dos dois concelhos – Gráfico N.º 45.

Note-se que as instituições de Esposende, embora não atribuam tantas responsabilidades pela resolução dos problemas sociais ao Estado, quanto às de Barcelos, entendem que o Estado deve reforçar os seus apoios financeiros (percentagem idêntica à registada pelas instituições de Barcelos).



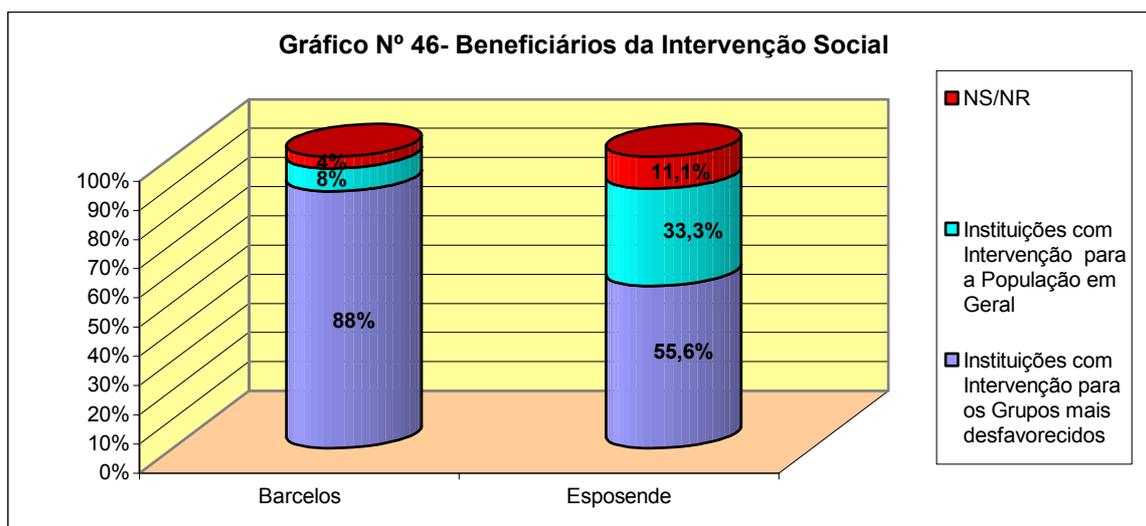
## Beneficiários da Intervenção Social

A maior parte das instituições (74,4%) entende que a sua acção deve dirigir-se para os públicos em situação de risco – Quadro N.º18. Em contrapartida 18,6% considera que a sua intervenção social deve dirigir-se para a população em geral.

**Quadro N.º18 – Beneficiários da Intervenção Social da Instituição**

Beneficiários da Intervenção	V.A.	%
As Instituições que intervêm socialmente devem dirigir preferencialmente a sua actuação para os grupos socialmente mais desfavorecidos ou em situação de risco.	32	74,4
As Instituições que intervêm socialmente devem dirigir preferencialmente a sua actuação para a população em geral.	8	18,6
NS/NR	3	7
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

As opiniões emitidas pelas instituições de Barcelos denotam que os grupos mais desfavorecidos devem ser o alvo da intervenção social. Em Esposende as opiniões estão mais repartidas – Gráfico N.º46.



### Forma de Actuação mais Adequada no Combate à Exclusão Social.

No que respeita à forma mais adequada no combate à Exclusão Social, a maior parte das instituições – 51,2%, defende que a intervenção deve ser promovida “para o local tendo em conta a envolvente global, para que o trabalho a ser desenvolvido, em rede, pelas várias instituições e actores sociais seja convergente no sentido de consubstanciar políticas sociais sólidas e melhor adequadas às várias realidades existentes”. Isto significa, por um lado que, é atribuída uma valorização ao nível do trabalho desenvolvido no local tendo em conta a envolvente global, e por outro lado, o trabalho em rede ou de parceria – Quadro N.º19.

No que concerne as opiniões emitidas em ambos os concelhos, não se verificam grandes divergências – ver Quadro N° A74 em Anexo.

**Quadro N° 19 – Forma de actuação mais adequada no combate à Exclusão Social.**

Formas de actuação mais adequadas	V.A.	%
A Intervenção Social de combate à exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelas instituições de âmbito similar existentes, de forma individualizada, segundo a área e a população específica que trabalham.	5	11,6
A Intervenção social de combate à Exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelo trabalho conjunto, em rede e em parceria, das Instituições de âmbito similar existentes.	11	25,6
A Intervenção social de combate à Exclusão social deve ser promovida globalmente (ao nível nacional e internacional), de forma especializada, segundo a área de trabalho das várias instituições de âmbito similar.	2	4,7
A Intervenção social de combate à Exclusão social deve ser promovida para o local, tendo em conta a envolvente global, para que o trabalho a ser desenvolvido, em rede, elas várias instituições e actores sociais seja convergente no sentido de consubstanciar políticas sociais sólidas e melhor adequadas às várias realidades existentes.	22	51,2
NS/NR	3	6,9
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

## CONCLUSÃO

Sendo Portugal, actualmente caracterizado por uma modernidade tardia, a nossa sociedade diferenciou-se rapidamente de tal modo que as desigualdades tornaram-se mais visíveis e incómodas. Por uma ou outra razão, na história do progresso, emergiram nas últimas décadas, novas categorias de pessoas e grupos em situação de exclusão social. O contexto desta crise, é o da globalização dos sistemas económicos, sociais e culturais, quer pelos acréscimos da capacidade produtiva, quer pelas redes e laços que facilita. Os problemas da exclusão social são hoje, uma questão central num contexto em que cada vez mais se fala em direitos e deveres de cidadania, problemas estes que apenas poderão ser combatidos através de um esforço conjugado entre o Estado, as diversas instituições e os próprios desfavorecidos.

Pretendeu-se com a realização deste estudo, aprofundar o conhecimento acerca da caracterização institucional e, sobre a dinâmica das entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos dos concelhos de Esposende e de Barcelos.

Através da aplicação de um inquérito por questionário a estas entidades, foi possível analisar os modelos de gestão e prioridades de organização, os principais problemas sociais existentes, as formas de actuação, de trabalho e intervenção das instituições e as representações sobre a exclusão social e a pobreza.

Após a recolha da informação, todos os dados foram tratados informaticamente através do Programa SPSS (*Statistical Program for Social Sciences*), que possibilitou a análise e o cruzamento de variáveis. Esta análise possibilitou-nos constatar que os dois concelhos objecto do presente estudo são heterogéneos entre si em relação aos modelos de gestão e de organização, bem como as formas de perceber os fenómenos de Pobreza e de Exclusão Social.

Do total das instituições que responderam ao nosso inquérito, a maior parte possui o estatuto jurídico de Associação, seguindo-se os Centros Sociais e Paroquiais. Sendo maioritariamente de constituição recente<sup>6</sup>, as instituições actuam geograficamente sobretudo ao nível do concelho ou freguesia/paróquia, existindo uma ligeira tendência para as instituições de Barcelos actuarem mais ao nível concelhio, e as instituições de Esposende intervirem mais ao nível da freguesia/paróquia. Ainda quanto ao que caracteriza as instituições, a maioria é de média dimensão (ou seja, possui entre onze e cinquenta funcionários), ou de pequena dimensão (de um a dez funcionários)<sup>7</sup>. Comparativamente ao concelho de Esposende, Barcelos reúne uma maior percentagem de instituições de pequena dimensão.

---

<sup>6</sup> 55,9% das instituições foram fundadas na 2ª metade do Século XX, sendo que destas, 51,3% foram criadas entre as décadas de 70 e 90. Para além disso, 11,6% foram criadas entre os anos 2000 e 2003.

<sup>7</sup> Média dimensão: 48,8%; Pequena dimensão: 30,2%.

Pelo facto das instituições de pequena dimensão actuarem a um nível mais restrito (concelho ou freguesia/paróquia), e da intervenção ao nível distrital, regional ou nacional ser desenvolvida apenas por instituições de média ou grande dimensão (mais de onze funcionários), constata-se que existe uma relação proporcional entre a área geográfica de intervenção e a dimensão das instituições.

Os principais destinatários da intervenção das instituições de Barcelos e de Esposende são: as crianças e jovens, e os idosos. Embora com uma percentagem menos significativa, segue-se a intervenção dirigida às famílias, às mulheres e aos alcoólicos. Os públicos-alvo que apresentam valores mais baixos enquadram-se nos fenómenos da chamada “nova pobreza”: imigrantes, grupos étnicos desfavorecidos, ex-reclusos, portadores de HIV/SIDA, sem-abrigo e toxicodependentes. Apesar de se verificar a intervenção com os públicos-alvo tradicionais, nota-se neste estudo, apesar das percentagens não serem muito elevadas, que começa a haver uma maior abertura para outros públicos em situação de desfavorecimento social, próprios das sociedades com características mais urbanas.

Em média, cada uma das instituições dos concelhos em análise possui três públicos-alvo, e desenvolve quatro valências/actividades. Existe uma correlação entre as valências/actividades desenvolvidas e os principais públicos-alvo (crianças/jovens e idosos), uma vez que destacam-se o Centro de Actividades para Tempos Livres (ATL), a Creche, o Jardim-de-Infância, o Apoio Domiciliário, o Centro de Dia e o Lar de Terceira Idade.

As instituições de Barcelos apresentam uma intervenção mais diversificada em termos de destinatários, e conseqüentemente uma maior diversidade de valências e actividades<sup>8</sup>. No que concerne os principais destinatários da intervenção identificados em comum pelas instituições de Barcelos e de Esposende (crianças/jovens, idosos e alcoólicos) as valências e actividades desenvolvidas são idênticas: ATL, Jardim-de-Infância, Creche, Lar de Jovens, Apoio a Jovens em Risco e Internamento/Centro de Acolhimento (para crianças e jovens); Lar de Terceira Idade, Apoio Domiciliário e Centro de Dia (para os idosos); e Apoio a Alcoólicos (para doentes alcoólicos). No entanto, as valências e actividades dirigidas às pessoas portadoras de deficiência, apresentam-se diferenciadas entre os concelhos. Ou seja, para além da Reabilitação Mental também referida pelas instituições de Esposende, as instituições de Barcelos desenvolvem outras valências e actividades dirigidas a este público: Intervenção Precoce e Reabilitação Física/Motora. Para além disso, as instituições de Esposende desenvolvem actividades no âmbito da Formação Escolar, tal não se verificando em Barcelos. Assim, confirma-se que os diferentes públicos-alvo nos concelhos de Barcelos e Esposende são objecto de intervenção diferenciada das instituições de solidariedade social (Hipótese 1).

---

<sup>8</sup> Note-se que as instituições de Barcelos referiram intervir e desenvolver actividades/valências dirigidas aos grupos sociais da “nova pobreza” – sem-abrigo, toxicodependentes, imigrantes, portadores de HIV/SIDA e ex-reclusos – para além de desenvolverem actividades destinadas aos desempregados (Formação Profissional e Empresa de Inserção).

Resta acrescentar que outras valências e actividades são desenvolvidas nos concelhos objecto do nosso estudo: Projecto de Luta Contra a Pobreza, Projecto de Desenvolvimento Local, Atendimento Integrado, Aconselhamento e Informação Geral, Hospital, Centro de Refeições, Banco Alimentar e o Apoio Psicossocial aos doentes e familiares<sup>9</sup>.

No que concerne os recursos humanos existentes, todas as instituições dos concelhos em análise estão dotadas de pelo menos um técnico superior. A grande maioria possui apenas um técnico superior (65,2%), sendo que as restantes possuem dois ou mais técnicos. Trata-se essencialmente de técnicos com formação nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências da Educação. Existe, igualmente colaboradores das áreas da Contabilidade, Gestão, Saúde e Direito.

Ainda quanto aos recursos humanos, as práticas de voluntariado são bastante mais desenvolvidas pelas instituições de Barcelos, apesar de verificar-se que em termos gerais (ou seja, nos dois concelhos), apenas metade das instituições possuem voluntários. Os trabalhos que exigem uma maior qualificação – cargos directivos, trabalho técnico e trabalho administrativo – são mais exercidos por indivíduos do sexo masculino. Em contrapartida, cabe sobretudo aos voluntários do sexo feminino, o desempenho de tarefas auxiliares, ou seja, tarefas que exigem menos qualificação.

Quanto aos meios informáticos disponíveis, as instituições localizadas nos concelhos em estudo, em termos gerais demonstram insatisfação, devido à ausência ou à insuficiência denotada deste tipo de recursos. A maior parte das instituições têm acesso à Internet, mas apenas uma parte pouco significativa possui um *site* institucional na *Web*. As instituições de Esposende possuem um maior número de *sites* oficiais.

No que diz respeito à qualificação dos dirigentes existe uma correlação directa e proporcional entre o nível de escolaridade e a hierarquia dos cargos directivos. A maior parte dos Presidentes/Provedores e Vice-Presidentes/Vice-Provedores, possuem um nível de ensino superior<sup>10</sup>, facto que não se verifica de forma tão linear nos restantes cargos (Secretário, Tesoureiro e Vogais).

Nenhuma instituição referiu pertencer a organismos internacionais, no entanto, em média cada instituição dos concelhos integra um organismo nacional, designadamente: União das IPSS, REAPN, União das Misericórdias e Federação Nacional para a Deficiência Mental - HUMANITAS.

A detecção dos problemas sociais por parte das instituições é sobretudo, efectuada através do contacto e solicitações directas da população, sendo que apenas uma minoria referiu recorrer à realização de estudos e a dados provenientes de fontes externas à instituição (nomeadamente, estatísticas e estudos).

---

<sup>9</sup> Note-se que estas actividades/valências não são dirigidas para um público-alvo específico, mas sim para diversos públicos.

<sup>10</sup> A maioria dos Presidentes/Provedores e Vice-Presidentes/Vice-Provedores desempenham profissões intelectuais e científicas (Contabilista, Professor, Enfermeiro, Advogado, Técnico Superior de Informática, entre outros), ou são Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (Empresário, Gestor e Administrador).

As situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelos idosos, a pobreza, o desemprego, o alcoolismo, a violência familiar e as situações de crianças e jovens em risco, constituem os principais problemas sociais identificados quer pelas instituições de Barcelos, quer pelas instituições de Esposende, nas respectivas áreas geográficas de intervenção. Considerados menos graves pelas instituições dos concelhos, são os problemas sociais associados à imigração e aos grupos étnicos desfavorecidos. O alcoolismo é considerado um problema particularmente grave em Esposende, enquanto que as instituições de Barcelos salientam a pobreza.

Em termos gerais, as principais respostas sociais desenvolvidas são o apoio: às famílias, aos idosos, às crianças em situação de risco acrescido, à pobreza e ao desemprego. Em contrapartida, as respostas sociais que apresentam valores mais baixos são as que se dirigem aos imigrantes, aos toxicodependentes, às minorias étnicas, à violência familiar, ao alcoolismo, à deficiência e aos problemas habitacionais.

Atendendo aos principais problemas identificados (Terceira Idade, alcoolismo, pobreza, desemprego, violência familiar, crianças e jovens em risco) e as respostas sociais desenvolvidas para o combate a estes fenómenos, confirma-se a Hipótese 2 (ver pág.45). No entanto, não podemos deixar de evidenciar que as respostas aos problemas da violência familiar e do alcoolismo (problemas considerados graves) são, pelo número de respostas que apresentam, insuficientes, o que pressupõe que deverão ser desenvolvidos esforços de financiamento que possibilitem o desenvolvimento de mais respostas dirigidas a estes problemas sociais, com uma forte interligação entre si.

A valorização do trabalho em parceria ou em rede está bem patente, inclusivé pelo número de entidades parceiras referidas. Com efeito, em média, cada instituição trabalha em colaboração com outras doze instituições<sup>11</sup>, sobretudo ao nível local e com entidades públicas (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Centro de Emprego, Serviço Local da Segurança Social e Centro de Saúde). A parceria é sobretudo efectuada ao nível do intercâmbio de informação, da colaboração pontual em projectos, de grupos de trabalho e acção social, de acordos de cooperação e, do desenvolvimento regular de projectos.

Apesar de uma alargada rede de parceiros, a maior parte das instituições dos concelhos em análise, não participa nem desenvolve projectos no âmbito de programas nacionais e/ou comunitários. Apenas 1/3 das instituições (principalmente as de Esposende), desenvolve projectos neste âmbito<sup>12</sup>. A inacessibilidade à informação relativa aos programas, e a insuficiência de meios técnicos e financeiros, são consideradas, as principais razões da não participação em projectos por parte das instituições de Barcelos e de Esposende. Estas instituições demonstram interesse em desenvolver projectos quer como entidade promotora em parceria com outras instituições, quer em parceria com outras instituições.

---

<sup>11</sup> Em média, cada instituição de Esposende trabalha em colaboração com outras dezasseis; e as instituições de Barcelos com outras nove.

<sup>12</sup> 33,3% das instituições de Esposende e 28% das instituições de Barcelos desenvolvem projectos.

A formação contínua e adequada é considerada a melhor forma de melhoria dos recursos humanos. A formação contínua é principalmente valorizada para os técnicos, enquanto que a captação de recursos humanos é mais enunciada no que concerne o voluntariado. Esta necessidade expressa pelas instituições em estudo, servirá para uma melhor intervenção e/ou atenuação dos fenómenos causadores do desfavorecimento dos grupos mais vulneráveis.

A imagem que as instituições têm delas próprias é muito positiva, uma vez que entendem que contribuem de forma efectiva e directa para a resolução dos problemas sociais, quer enquadrados num trabalho em parceria largada, quer enquadrados num trabalho realizado com uma ou duas entidades parceiras.

No que concerne as representações sobre a exclusão social e a pobreza, segundo as instituições inquiridas os grupos sociais mais vulneráveis a estes fenómenos são os toxicodependentes, os idosos, os alcoólicos, os deficientes e os desempregados. Pelo contrário, aos imigrantes, aos grupos étnicos, às mulheres, às famílias monoparentais e às famílias extensas, é atribuída uma menor vulnerabilidade às situações de pobreza e exclusão social.

A principal fonte de financiamento das instituições é o Estado, seguindo-se o recurso à comparticipação dos utentes e os financiamentos provenientes dos fundos Estruturais/Comunitários.

A responsabilidade pela resolução dos problemas sociais segundo as instituições cabe, sobretudo, ao Estado, pelo que este deve reforçar os seus apoios à acção social já que aqueles que disponibiliza actualmente são manifestamente insuficientes para que as ONG's possam desenvolver o seu trabalho como gostariam de o fazer. Também são atribuídas responsabilidades pela resolução dos problemas sociais a outras entidades, tais como à sociedade civil, à União Europeia, aos partidos políticos, às empresas e à Igreja.

Na opinião da maior parte das instituições, a intervenção social deve dirigir-se preferencialmente aos grupos socialmente desfavorecidos, ou em situação de risco em detrimento de dirigir-se para a população em geral.

Com este estudo, pretendeu-se perceber que tipo de trabalho social é desenvolvido no terreno pelas formas organizadas da sociedade civil de Barcelos e Esposende, em benefício de que grupos, com que meios e limitações o fazem e, de uma forma mais geral, saber qual a constituição de cada uma das instituições e qual a sua percepção em relação às problemáticas relacionadas com a exclusão social e com a pobreza. Esta resulta da pluridimensionalidade das estruturas sociais e políticas e, para a combater, é necessário encontrar-se respostas integradas num trabalho comunitário, onde os vários agentes e actores sociais interagem no terreno, para que a partir de um diagnóstico, possam intervir eficazmente nas necessidades daqueles que vivem em situação de desfavorecimento social, contrariando desta forma, os processos que conduzem ao empobrecimento dos indivíduos, das famílias e grupos sociais. A parceria é então, a melhor estratégia de intervenção social para o combate à Pobreza e à Exclusão Social.

## BIBLIOGRAFIA

N Actas do Fórum de Discussão sobre Pobreza, 17 de Outubro de 2003 (2004), Arquivo Distrital do Porto, REAPN (Núcleo Distrital do Porto).

N ALMEIDA, João Ferreira (1986), “Classes Sociais nos campos”, Lisboa, Edições Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa.

N ALMEIDA, João Ferreira (1993), “Integração social e exclusão social: algumas questões”, *in Análise Social*, Volume XXVIII (123-124), 829-834.

N ALMEIDA, João Ferreira *et al* (1994), “Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal”, Oeiras, Celta Editora.

N ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira (1980) “A Investigação nas Ciências Sociais”, Lisboa, Edição Presença.

N “Anuário Estatístico da Região Norte, 2003”, INE, Censos 2001.

N AMORIM, Isabel (2004) “Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Braga”, Trabalho de Investigação realizado pela Técnica do Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal.

N BANDEIRA, Mário Leston (1997) “Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal” *in Análise Social*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

N BAPTISTA, Isabel (2000), “O fenómeno da Pobreza”, *in A Pobreza e Marginalização do século XV aos nossos dias*, Universidade Portucalense Instituto de Formação e Cooperação Internacional, Porto 2000, 87-91

N BARROS, Afonso de (1999) “A Sociologia rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º8, 1999, pp.43-53.

N BATISTA, Isabel *et al* (1995), “A Pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais”, *in Sociologia: Problemas e Práticas*, Lisboa, Edições CIES, nº17, 35-61.

N Biblioteca Salvat de Grandes Temas (1979), “A Pobreza nas grandes cidades”, Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil SA.

N CABRAL, Manuel Villaverde (coord); SILVA, Pedro Alcântara da; MENDES, Hugo (2002) “Saúde e Doença em Portugal”, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

N CAPUCHA, L. (1998) “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades”, *in VIEGAS, José Manuel; COSTA, Firmino da (Org.), Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta Editora.

N CAPUCHA, Luís (Coord.), AIRES, Sérgio; QUINTELA, João; REIS, Ana Luzia; SANTOS, Paulo Costa (s/d), “ONG’s de Solidariedade Social: Práticas e Disposições”, Cadernos REAPN.

N CAPUCHA, Luís; GUERRA, Isabel; QUINTELA, João; TORRES, Anália (1993) “Dinâmicas dos Projectos de Luta contra a Pobreza: Problemas e percursos de intervenção – Estruturas Sociais e desenvolvimento”, Actas do II Congresso de Sociologia, Lisboa, Fragmentos.

N CARAPINHEIRO, Graça (2001) “A Globalização do risco social”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (Coord.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto: Edições Afrontamento.

N CARREIRA, Henrique Medina (1996) “As Políticas Sociais em Portugal”, Edições Gradiva.

N COSTA, A. Firmino da (1985) “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, in *Análise Social*, Vol XXI (87-88-89), Lisboa, 735-756.

N COSTA, Alfredo Bruto da (1984) “O Conceito de Pobreza”, in *Estudos de Economia*, Vol. IV, N.º3, Abril - Jun.

N COSTA, Alfredo Bruto da “Exclusões Sociais” (1998), Cadernos Democráticos 2, Fundação Mário Soares, Lisboa: Gradiva.

N Dicionário de Sociologia (2000), Porto Editora.

N DURKHEIM, Émile (1989), “A Divisão Social do trabalho”, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença.

N DURKHEIM, Émile (1995), “As regras do método Sociológico”, Lisboa, Editorial Presença

N DUVIGNAUD, Jean (1986) “A Solidariedade - Laços de Sangue. Laços de Razão”, Lisboa, Gráfica 2000, Instituto Piaget.

N ESPANHA, Maria José Ferros (1993) “Para além do Estado: a saúde e a velhice na Sociedade-Providência”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org), *Portugal: um retrato singular*, CES e Edições Afrontamento.

N ESTIVILL, Jordi (org.); HIERRAUX, Jean-Pierre; GEDDENS, Michael (1997) “O parceria Social na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção”, Cadernos REAPN, N.º3.

N ESTIVILL, Jordi; RODRIGUES, Fernanda (2004), “10 anos de Reapn em Portugal”, Cadernos REAPN.

N FERNANDES, A. Teixeira (Coord); RODRIGUES, Eduardo Victor; GONÇALVES, Carlos Manuel; ESTEVES, António Joaquim; AZEVEDO, Natália; MAGALHÃES, Dulce; AZEVEDO, José; LOPES, Alexandre; DIAS, Isabel (2002), “A inserção social: marginalidades difusas”, Ed: Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

N FERNANDES, Ana Alexandre (1997) “ Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal”, Oeiras, Celta Editora.

N FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de Exclusão Social”, *in Sociologia*, Porto, pp. 9-66.

N FERNANDES, António Teixeira (1998), “O pobre em luta pela cidadania” *in Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a Projectos de Luta contra a Pobreza, Coimbra 17 a 19 de Dezembro, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

N FERNANDES, António Teixeira (2000), “Desigualdades e representações sociais”, *in Sociologia*, Revista da Faculdade de letras da Universidade do porto, N°10, 203-215.

N FERREIRA, Leonor Vasconcelos (Coord); RODRIGUES, Carlos Farinha (2002), “Distribuição do Rendimento, Pobreza e Papel das Políticas redistributivas”, Ed: Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

N FITTOUSSI, Jean-Paul, ROSAVALLON, Pierre (1996), “A Nova Era das Desigualdades”, Oeiras: Celta Editora.

N FONSECA, Teotónio da (1987), “ O Concelho de Barcelos – Aquém e Além Cávado, Vol. I”, Barcelos, Companhia Editora do Minho.

N GAMA, António (1993) “Espaço e Sociedade numa situação de crescimento urbano difuso”, *in SANTOS, Boaventura de Sousa (org) Portugal: Um retrato singular*, Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento.

N GARCIA, José Luís (2000), “Estranhos, Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa”, Oeiras, Celta Editora.

N GIDDENS, Antony (2000), “Sociologia”, Fundação Gulbenkian, Lisboa.

N GOMES, Paulino; SILVA, João Belmiro Pinto da (s/d), “*Barcelos, Princesa do Cávado*”, Arégia Editores.

N Governo Civil de Braga (2003) “Deficiência, Prevenção e Inclusão” – Ano Europeu da Pessoa com Deficiência.

N Guia da XXXII Peregrinação Franciscana (Novembro de 2004), *in Mãos Dadas N°93*, Comunidade Cristã de Sto. António, Barcelos.

N HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (Org.) (2001), “Risco Social e incerteza – Pode o Estado Social recuar mais?”, Porto: Edições Afrontamento.

N HESPANHA, Pedro (2001) “Mal-estar e risco social num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social” *in SANTOS, Boaventura de Sousa (Coord.)*, *Globalização: fatalidade ou utopia?* , Porto: Edições Afrontamento.

N HESPANHA, Pedro (coord); PORTUGAL, Sílvia (2002) “A Transformação da Família e a regressão da Sociedade-Providência”, Ed: Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

N HESPANHA, Pedro *et al.* (2000), “Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal”. Coimbra: Ed. Quarteto.

N INE, Censos 2001.

N Instituto de Emprego e Formação Profissional (1994), Classificação Nacional das Profissões.

N LALANDA, Piedade (1999) “Profissão Sociólogo”, Oeiras, Celta Editores.

N LESEMANN, Frédéric; MARTIN, Claude (1995) “Estado, Comunidade e família face à dependência dos idosos. Ao encontro de um “Welfare-Mix”, in Sociologia – Problemas e Práticas, N.º17, 1995, pp. 115-139.

N LIMA, Marinús Pires de (1994), “Inquérito Sociológico – problemas de metodologia”, Lisboa, Editorial Presença Lda.

N LOURENÇO, Nelson (1991) “Família rural e indústria”, Lisboa, Fragmentos, pp.66-145.

N MANN, Peter H. (1973) “Métodos de Investigação Sociológica” (2ª Ed.), Rio de Janeiro, Zahar Editores.

N “Marginalia – between the lines...outside the margins” (2003), Multidimensional readings and responses to Social Exclusion; On the Road Edizioni.

N MARX, Karl (1990) “O Capital: Crítica da Economia Política, 1878-1883”.

N Ministério do Emprego e da Segurança Social; Secretaria de Estado da Segurança Social; Centro Regional de Segurança Social de Braga (s/d), “O idoso no distrito de Braga”.

N Ministérios da Segurança Social e do Trabalho (MSST) – Departamento de Estado, Estatística e Planeamento (DEEP), *Carta Social* – Rede de serviços e Equipamentos, Relatório de 2001.

N MOZZICAFREDDO, Juan Pedro (1992) “O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias”, Revista Sociologia – Problemas e Práticas, N.º12, 1992, pp. 57-89.

N MOZZICAFREDDO, Juan Pedro (1994) “O Estado-Providência em transição”, Revista Sociologia – Problemas e Práticas, N.º16, 1994, pp. 11-40.

N NUNES, João Arriscado (1995) “Com mal ou bem, aos teus te além: as Solidariedades primárias e os limites da Sociedade-Providência”, in Revista Crítica de Ciências Sociais, N.º42, Maio de 1995, pp. 5-25.

N OLIVEIRA, Maria da Luz; PAIS, Maria João; CABRITO, Belmiro Gil (1985), “Sociologia”, Lisboa, Texto Editora.

N PAUGAM, Serge (2000), “Desqualificação Social”, *in De não-integração-relativas teóricas de um problema social contemporâneo*, org. Soulet, Marc Henry, Coimbra, Quarteto Editora.

N PAUGAM, Serge (2003) “ A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza”.

N PEREIRINHA, José (1996), “Pobreza e Exclusão Social: Algumas reflexões sobre os conceitos e aspectos de mediação”, *in FERREIRA, J.M., et al, Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp.208-232.

N PINTO, José Madureira (1985) “Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos campos”, Porto, Afrontamento.

N PINTO, José Madureira (s/d) “Metodologia I”, Porto, Edições Afrontamento.

N PINTO, Segismundo (2001), “O Exercício do Voluntariado – dos pressupostos espirituais às motivações e acção prática”, Edição do Conselho Nacional de Portugal da Sociedade de S. Vicente de Paulo.

N PORTUGAL, Sílvia (2001) “Os trajectos da Globalização das Políticas Sociais” *in HESPAÑA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (Org.), Risco Social e incerteza – Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto: Edições Afrontamento, Cap.8.

N PRETEXTOS N.º0 (Junho 2000), “Seminário – A Pobreza e a Exclusão social no Espaço Europeu”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N PRETEXTOS N.º1 (Outubro 2000), “Um olhar especial sobre crianças e jovens”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N PRETEXTOS N.º10 (Abril 2002), “Participação Activa”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N PRETEXTOS N.º13 (Maio 2003), “Sistemas de Protecção Social”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N PRETEXTOS N.º9 (Fevereiro 2002), “A Nova Era das Políticas Sociais Activas”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N PRETEXTOS N.º7 (Outubro 2001), “Formação e Qualificação”, ED. Instituto para o Desenvolvimento Social.

N QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Edições Gradiva.

N “Racismo e Pobreza na Europa” (Dez.1997), EAPN.

N Rede Social de Esposende.

N REDITEIA Nº.12 (Novembro de 1998) “Jornadas de luta contra a pobreza”, REAPN.

N REDITEIA Nº.17 (Outubro de 1999), “Vencer a Pobreza, dever da Sociedade, direito de cidadania”, REAPN.

N REDITEIA Nº.23 (Abril/Maio 2001), “2001 Ano Internacional dos Voluntários”, REAPN.

N REDITEIA Nº.27 (Abril, Maio, Junho 2001), “A União Europeia a caminho de um espaço sem fronteiras”, REAPN.

N REDITEIA Nº.28 (s/d), “ A Pobreza em foco”, REAPN

N REDITEIA Nº.29 (s/d), “2003 – Ano Internacional das pessoas com deficiência”, REAPN.

N RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1992), “A Cidade: rumo a uma nova definição?”, Coleção Cidade em Questão/9, Edições Afrontamento.

N Resumo – V Congresso Português de Sociologia; “Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Acção”, Associação Portuguesa de Sociologia.

N RIBEIRO, Liseta de Jesus; BARATA, Jaime Manuel Henriques (2004)  
“ Elabora um sítio Web passo a passo”, Lisboa, Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação(FDTI).

N RODRIGUES, Eduardo Victor (2000) “O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português”, *in Sociologia*, Porto.

N RODRIGUES, Eduardo Vítor; SAMAGAIO, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria Manuela; JANUÁRIO, Susana (1999) “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, *in Sociologia*, Porto, pp. 63-101.

N RODRIGUES, Fernanda (2001) “ Assistência Social: uma política reticente em termos de globalização” *in* HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (Org.), *Risco Social e incerteza – Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto: Edições Afrontamento, Cap.7.

N SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), “Um discurso sobre as ciências”, Porto, edições Afrontamento.

N SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (1993) “Portugal: Um retrato singular”, Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento.

N SANTOS, Boaventura de Sousa; FERREIRA, Sílvia (2001) “ A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes”, *in* HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (Org.), *Risco Social e incerteza – Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto: Edições Afrontamento, Cap. 5.

N Segurança Social (2005) “Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal Continental”.

N SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.) (1986) “Metodologia das Ciências Sociais” , Edições Afrontamento.

N SILVA, Manuel Carlos (s/d) “Geografia e Sociologia” in BRITO, Raquel Soeiro; POEIRA, M<sup>a</sup> de Lurdes, *Didáctica de Geografia*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.172-175.

N SILVESTRE, Manuela; MOINHOS, Maria Rosa (2002) “Sociologia 12ºano/Ensino Secundário”, Lisboa Editora SA.

N SPOSATI, Aldaíza (1988) “Vida Urbana e Gestão da Pobreza”, São Paulo, Cortez Editora.

N TOSCANO, Maria de Fátima (1991), “Dimensões sociocêntricas dos estudos sociais em torno do grupo dos pobres”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Volume II, Lisboa, APS Editorial Fragmentos, 303-312.

N VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno (Orgs.) (s/d) “Exclusão na História – Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social”, Celta Editora.

N WILKINSON, Marie-Françoise (Ed.) (2002), “Making a decisive impact on poverty and social exclusion? – A progress report on the European strategy or social inclusion”, EAPN.

N XIBERRAS, Martine (1993), “As teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio”, Lisboa: Instituto Piaget.

## **OUTRAS FONTES E PESQUISAS:**

N Motores de pesquisa Google

N **Apontamentos das disciplinas** de Solidariedade e Exclusão Social; Sociologia das Migrações; Sociologia da Saúde; Sociologia da Família; Sociologia Rural e Urbana; Métodos e Técnicas de Investigação Social I e II; Análise de Dados.

N **Jornal de Notícias**, 14 de Novembro de 2004.

N **Jornal de Notícias**, 25 de Novembro de 2004.

N **Jornal de Notícias**, 16 de Janeiro de 2005.

N **Jornal de Notícias**, 18 de Janeiro de 2005.

N **A voz do Minho**, 8 de Dezembro de 2004.

N **Barcelos Popular**, 14 de Abril de 2005

N **Correio do Minho**, 2 de Maio de 2005

N **Jornal de Barcelos**, 25 de Maio de 2005

N **Correio do Minho**, 1 de Junho de 2005

N **Jornal de Notícias**, 12 de Junho de 2005

N **Conclusões do Seminário** “Insucesso e abandono escolar”, realizado no dia 16 de Junho de 2005, em Vila Nova de Famalicão.

N **Notas do Fórum do Voluntariado**, realizado dia 26 de Outubro de 2004, na Universidade do Minho.

**N Sites na Internet:**

- [www.socialgest.pt](http://www.socialgest.pt)
- [www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt)
- [www.cnasti.pt](http://www.cnasti.pt)
- [www.cm-barcelos.pt](http://www.cm-barcelos.pt)
- [www.online.bcl.pt](http://www.online.bcl.pt)
- [www.cm-esposende.pt](http://www.cm-esposende.pt)
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- [www.mse.pt](http://www.mse.pt)
- [www.voluntariadojovem.pt](http://www.voluntariadojovem.pt)
- [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)
- [www.esposendeonline.pt](http://www.esposendeonline.pt)
- [www.adrvc.pt](http://www.adrvc.pt)
- [www.anmp.pt](http://www.anmp.pt)

